



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
1 CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	14
4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	32
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	51
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	52
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	53
8 ESTOQUES	54
9 TRIBUTOS A RECUPERAR	55
10 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	56
11 PARTES RELACIONADAS	56
12 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")	62
13 ATIVOS BIOLÓGICOS	67
14 INVESTIMENTOS	68
15 IMOBILIZADO	70
16 INTANGÍVEL	71
17 FORNECEDORES	74
18 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	75
19 ARRENDAMENTO	82
20 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS	84
21 PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	89
22 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	92
23 CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS	94
24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95
25 RESULTADO POR AÇÃO	99
26 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	100
27 RECEITA LÍQUIDA	101
28 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	101
29 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA	105
30 COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO	106
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	107
PARECER DO CONSELHO FISCAL	113
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")	114
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	117
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	118
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DE DESEMPENHO	119

BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Aplicações financeiras	6	12.788.054	5.204.755	12.971.547	12.823.886
Contas a receber de clientes	7	8.899.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454
Estoques	8	5.498.126	4.324.219	7.962.324	5.946.948
Tributos a recuperar	9	996.934	824.638	1.109.619	888.539
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.006.427	2.676.526	1.006.427	2.676.526
Adiantamentos a fornecedores	10	76.799	90.810	92.133	113.743
Dividendos a receber	11	6.113	5.570		
Outros ativos		781.210	873.483	889.232	925.105
Total do ativo circulante		32.525.456	22.576.933	42.182.960	38.569.072
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	6	391.964	443.400	391.964	443.400
Tributos a recuperar	9	1.144.843	1.337.076	1.179.125	1.373.647
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	8.201.685	813.936	7.984.015	545.213
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.880.673	1.753.928	2.880.673	1.753.928
Adiantamentos a fornecedores	10	2.402.200	2.141.717	2.503.537	2.242.229
Depósitos judiciais		461.329	338.212	487.993	361.693
Outros ativos		64.764	138.615	156.880	182.463
Ativos biológicos	13	21.523.239	17.613.303	22.283.001	18.278.582
Investimentos	14	10.880.920	15.344.834	1.816.923	608.013
Imobilizado	15	62.743.605	57.006.173	64.986.040	59.289.069
Direito de uso	19.1	5.046.062	5.101.922	5.180.691	5.196.631
Intangível	16	13.268.944	14.133.278	13.902.303	14.749.085
Total do ativo não circulante		129.010.228	116.166.394	123.753.145	105.023.953
TOTAL DO ATIVO		161.535.684	138.743.327	165.936.105	143.593.025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	5.028.365	4.933.151	6.033.285	5.572.219
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.967.441	1.868.169	10.501.387	4.758.247
Contas a pagar de arrendamentos	19	838.537	734.275	872.228	753.399
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.756.045	578.763	2.760.273	578.763
Tributos a recolher		356.853	229.061	363.715	443.454
Salários e encargos sociais		1.073.236	709.495	1.232.971	766.905
Empréstimos com partes relacionadas	11	5.610.208	2.359.363		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	21.166	93.405	21.166	93.405
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.195.475	1.312.561	2.200.917	1.316.528
Adiantamentos de clientes		132.049	157.239	145.200	172.437
Outros passivos		1.766.510	702.358	346.796	339.683
Total do passivo circulante		21.745.885	13.677.840	24.477.938	14.795.040
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	24.151.133	17.577.160	90.934.144	72.414.445
Contas a pagar de arrendamentos	19	5.979.139	5.412.594	6.100.687	5.490.383
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	7.692.334	1.857.309	7.694.547	1.857.309
Empréstimos com partes relacionadas	11	65.487.570	51.447.182		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	99.324	93.782	99.324	93.782
Provisão para passivos judiciais	20	2.878.195	2.816.886	2.926.750	2.860.409
Passivos atuariais	21	699.684	810.137	721.560	833.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12			12.596	11.377
Pagamento baseado em ações	22	328.643	212.104	361.974	268.489
Provisão para perda em investimentos em controladas	14	26.307			
Adiantamentos de clientes		74.715	74.715	74.715	74.715
Outros passivos		88.486	70.848	116.295	83.093
Total do passivo não circulante		107.505.530	80.372.717	109.042.592	83.987.685
TOTAL DO PASSIVO		129.251.415	94.050.557	133.520.530	98.782.725
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		19.235.546	9.235.546	19.235.546	9.235.546
Reservas de capital		60.226	26.744	60.226	26.744
Ações em tesouraria		(1.339.197)	(1.484.014)	(1.339.197)	(1.484.014)
Reservas de lucros		12.978.898	35.376.198	12.978.898	35.376.198
Ajustes de avaliação patrimonial		1.348.796	1.538.296	1.348.796	1.538.296
Patrimônio líquido de acionistas controladores		32.284.269	44.692.770	32.284.269	44.692.770
Participação de acionistas não controladores				131.306	117.530
Total do patrimônio líquido		32.284.269	44.692.770	32.415.575	44.810.300
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		161.535.684	138.743.327	165.936.105	143.593.025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	27	43.585.214	28.447.291	47.403.282	39.755.575
Custo dos produtos vendidos	29	(26.233.133)	(21.467.264)	(27.401.527)	(25.076.675)
LUCRO BRUTO		17.352.081	6.980.027	20.001.755	14.678.900
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	29	(2.003.728)	(1.744.622)	(2.938.547)	(2.596.377)
Gerais e administrativas	29	(2.145.067)	(1.559.872)	(2.619.844)	(1.923.228)
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.195.650	5.927.178	(13.845)	(19.379)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	1.010.925	1.818.187	1.261.573	2.076.372
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		16.409.861	11.420.898	15.691.092	12.216.288
RESULTADO FINANCEIRO	26				
Despesas		(5.265.780)	(4.606.858)	(5.541.903)	(4.659.162)
Receitas		1.284.709	880.153	1.737.434	1.825.649
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		(9.106.243)	5.526.956	(9.112.683)	5.526.714
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(16.762.785)	4.443.975	(15.884.993)	3.087.727
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.440.238)	17.665.124	(13.111.053)	17.997.216
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	(1.096.946)	(75.184)	(1.365.599)	(395.392)
Diferidos	12	7.462.986	(3.505.092)	7.431.946	(3.495.443)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(7.074.198)	14.084.848	(7.044.706)	14.106.381
Atribuível aos acionistas					
Controladores		(7.074.198)	14.084.848	(7.074.198)	14.084.848
Não controladores				29.492	21.533
Resultado do exercício					
Básico	25.1	(5,59313)	10,85794	(5,59313)	10,85794
Diluído	25.2	(5,59313)	10,85387	(5,59313)	10,85387

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	(7.074.198)	14.084.848	(7.044.706)	14.106.381
Outros resultados abrangentes				
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente ⁽¹⁾	(362.797)	(1.311)	(362.797)	(1.311)
IR/CSLL sobre o valor justo de investimentos	(1.434)	446	(1.434)	446
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego das Controladas	5.430	(480)	5.430	(480)
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial	(1.846)	163	(1.846)	163
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego da Controladora	132.344	(128.047)	132.344	(128.047)
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial	(44.997)	43.536	(44.997)	43.536
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	(273.300)	(85.693)	(273.300)	(85.693)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	163.185	4.707	163.185	4.707
Realização da variação cambial de investimento no exterior		471		471
Itens com efeitos subsequentes no resultado	163.185	5.178	163.185	5.178
Total do resultado abrangente	(7.184.313)	14.004.333	(7.154.821)	14.025.866
Atribuível aos acionistas				
Controladores	(7.184.313)	14.004.333	(7.184.313)	14.004.333
Não controladores			29.492	21.533

(1) Inclui valor justo da mensuração da Lenzing Aktiengesellschaft (nota 1.2.5).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos acionistas controladores													
	Capital social		Reservas de capital	Reservas de lucros										
	Capital social	Custos com emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Ações em tesouraria	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Reserva de Investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.269.281	(33.735)	18.425	(2.120.324)	879.278	1.404.099	19.732.050	2.192.442		1.719.516		33.061.032	105.333	33.166.365
Resultado abrangente total														
Resultado do exercício											14.084.848	14.084.848	21.533	14.106.381
Resultado abrangente do exercício										(80.515)		(80.515)		(80.515)
Transações de capital com os sócios														
Opções de ações outorgadas (nota 22)			8.319									8.319		8.319
Recuperação de ações (nota 24.5)				(880.914)								(880.914)		(880.914)
Cancelamento de ações (nota 24.5)				1.517.224				(1.517.224)						
Juros sobre capital próprio											(1.500.000)	(1.500.000)		(1.500.000)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio													(9.336)	(9.336)
Mutações internas do patrimônio líquido														
Constituição de reserva (nota 24.6)					118.959	443.010	10.911.226	1.212.358			(12.685.553)			
Constituição de reserva de investimentos (nota 24.3)							(14.972.324)		14.972.324					
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL										(100.705)	100.705			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.269.281	(33.735)	26.744	(1.484.014)	998.237	1.847.109	15.670.952	1.887.576	14.972.324	1.538.296		44.692.770	117.530	44.810.300
Resultado abrangente total														
Resultado do exercício											(7.074.198)	(7.074.198)	29.492	(7.044.706)
Resultado abrangente do exercício										(110.115)		(110.115)		(110.115)
Transações de capital com os sócios														
Opções de ações outorgadas (nota 22.2)			81.276									81.276		81.276
Opções de ações exercidas (notas 22.2 e 24.5)			(47.794)	47.794										
Recuperação de ações (nota 24.5)				(2.806.764)								(2.806.764)		(2.806.764)
Reversão de dividendos prescritos											1.300	1.300		1.300
Cancelamento de ações (nota 24.5)				2.903.787			(2.863.320)	(40.467)						
Juros sobre capital próprio (nota 1.2.8)									(2.500.000)			(2.500.000)		(2.500.000)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio													(15.716)	(15.716)
Absorção de prejuízos (nota 24.3)									(7.315.184)		7.315.184			
Mutações internas do patrimônio líquido														
Aumento de capital social (nota 1.2.4)	10.000.000						(10.000.000)							
Constituição de reserva (nota 24.3.2)					321.671						(321.671)			
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL										(79.385)	79.385			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.269.281	(33.735)	60.226	(1.339.197)	1.319.908	1.847.109	2.807.632	1.847.109	5.157.140	1.348.796		32.284.269	131.306	32.415.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	(7.074.198)	14.084.848	(7.044.706)	14.106.381
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização	8.616.353	6.654.018	8.874.931	6.999.839
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	328.807	299.564	349.064	321.271
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	446.162	435.649	451.148	441.596
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, intangível e biológico, líquido (nota 29)	157.278	327.726	163.033	331.285
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14)	(2.195.650)	(5.927.178)	13.845	19.379
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 26)	16.762.785	(4.443.975)	15.884.993	(3.087.727)
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 26)	1.809.579	1.621.460	5.413.707	4.797.094
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos – partes relacionadas (nota 26)	3.727.337	3.391.952		
Custos de empréstimos capitalizados (nota 26)	(959.968)	(1.160.364)	(959.968)	(1.160.364)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(988.072)	(680.247)	(1.254.424)	(1.352.522)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 26)	26.978	21.634	80.099	67.353
Ganhos (perdas) com derivativos, líquidos (nota 26)	9.106.243	(5.526.956)	9.112.683	(5.526.714)
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(1.399.808)	(1.945.760)	(1.431.530)	(1.989.831)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	(7.462.986)	3.505.092	(7.431.946)	3.495.443
Juros sobre passivo atuarial e custo do serviço corrente (nota 21.2)	71.809	65.450	75.850	69.231
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	131.792	145.534	138.318	139.934
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	3.772	31.016	2.585	35.202
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	74.816	43.445	77.353	31.419
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	133.128	328.881	130.727	348.628
Outras	36.853	81.567	69.535	66.938
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Partes relacionadas	2.011	(2.115)		
Contas a receber de clientes	(1.416.176)	(2.949.285)	(808.785)	2.155.448
Estoques	(653.278)	(274.779)	(863.648)	(48.673)
Tributos a recuperar	(65.010)	(501.597)	(95.411)	(666.681)
Outros ativos	178.077	296.683	6.185	328.800
Acrécimo (decrécimo) em passivos				
Fornecedores	1.878.505	155.692	2.164.832	463.003
Tributos a recolher	126.535	(112.110)	296.169	329.556
Salários e encargos sociais	264.483	70.014	364.817	73.096
Outros passivos	1.037.577	(897.130)	(27.706)	(277.538)
Caixa gerado das operações	22.705.734	7.138.729	23.751.750	20.510.846
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(1.760.312)	(1.594.294)	(5.241.389)	(4.728.998)
Custos de empréstimos capitalizados pagos	959.968	1.160.364	959.968	1.160.364
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(3.523.333)	(3.373.289)		
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.059.359	446.708	1.500.437	681.268
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(366.339)	(308.002)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	19.441.416	3.778.218	20.604.427	17.315.478
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado (nota 15)	(9.018.267)	(11.450.416)	(9.190.589)	(11.674.183)
Adições de intangível (nota 16)	(114.381)	(7.774)	(162.042)	(104.931)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(6.874.237)	(5.507.107)	(7.180.450)	(5.777.952)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado e biológico	167.983	183.576	167.983	183.576
Aumento de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)	(486.449)	(358.992)	(41.281)	(48.462)
Redução de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)		25.405		
Aplicações financeiras, líquidas	(7.656.135)	(2.109.235)	205.954	(5.296.370)
Adiantamentos para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	(294.126)	(697.553)	(294.952)	(690.908)
Dividendos recebidos	6.961.026	14.171.158		44.789
Aquisição de ativos (notas 1.2.6 e 1.2.7)	(2.143.821)	(1.615.140)	(2.595.974)	(1.615.140)
Aquisição de controladas		(1.060.718)		(1.060.718)
Aquisição de outros investimentos			(1.440.503)	
Caixa líquido de aquisição de controladas (nota 1.2.6)		142.691	19.113	5.002
Caixa e equivalente de caixa de empresa incorporada	(1.102)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(19.459.509)	(8.284.105)	(20.512.741)	(26.035.297)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.3)	10.640.543	9.966.219	15.692.905	10.944.794
Empréstimos e financiamento – partes relacionadas	13.997.068	2.859.380		
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(550.171)	3.559.527	(550.581)	3.559.286
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(5.671.021)	(4.213.094)	(9.410.807)	(4.296.447)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(12.046.164)	(4.898.981)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.294.716)	(1.190.862)	(1.325.398)	(1.218.399)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.615.786)	(190.158)	(1.624.653)	(192.532)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(58.467)	(116.924)	(58.467)	(116.924)
Recompra de ações (nota 24.5)	(2.806.764)	(880.914)	(2.806.764)	(880.914)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	594.522	4.894.193	(83.765)	7.798.864
EFEITO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.119	25.422	665.026	(239.125)
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	579.548	413.728	672.947	(1.160.080)
No início do exercício	1.893.129	1.479.401	8.345.871	9.505.951
No final do exercício	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	579.548	413.728	672.947	(1.160.080)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1 - RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (nota 27)	46.026.028	30.483.330	49.845.869	41.919.038
Outras receitas	337.705	332.663	430.092	482.888
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	7.361.141	10.530.204	7.490.762	10.742.118
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(3.772)	(31.016)	(2.585)	(35.202)
	<u>53.721.102</u>	<u>41.315.181</u>	<u>57.764.138</u>	<u>53.108.842</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.812.644)	(13.863.669)	(17.525.164)	(16.907.773)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.968.771)	(10.909.583)	(9.888.340)	(11.869.884)
Provisão de perdas estimadas de ativos, líquida (notas 8.1 e 9.1)	(207.944)	(372.326)	(208.080)	(380.047)
	<u>(25.989.359)</u>	<u>(25.145.578)</u>	<u>(27.621.584)</u>	<u>(29.157.704)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>27.731.743</u>	<u>16.169.603</u>	<u>30.142.554</u>	<u>23.951.138</u>
4 - DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(8.945.160)</u>	<u>(6.953.582)</u>	<u>(9.223.995)</u>	<u>(7.321.110)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	<u>18.786.583</u>	<u>9.216.021</u>	<u>20.918.559</u>	<u>16.630.028</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial (nota 14)	2.195.650	5.927.178	(13.845)	(19.379)
Receitas financeiras	1.354.936	880.153	1.808.348	1.825.649
Variações cambiais ativas	888.388	4.876.557	3.167.760	4.633.890
Instrumentos financeiros derivativos	2.669.394	10.149.730	2.669.394	10.149.730
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos ⁽¹⁾	7.462.986	(3.505.092)	7.431.946	(3.495.443)
	<u>14.571.354</u>	<u>18.328.526</u>	<u>15.063.603</u>	<u>13.094.447</u>
7 - VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	<u>33.357.937</u>	<u>27.544.547</u>	<u>35.982.162</u>	<u>29.724.475</u>
Pessoal	<u>4.153.148</u>	<u>3.251.180</u>	<u>4.683.703</u>	<u>3.694.734</u>
Remuneração direta	3.213.745	2.482.094	3.659.655	2.843.529
Benefícios	769.175	624.065	845.969	695.798
F.G.T.S.	170.228	145.021	178.079	155.407
Impostos, taxas e contribuições	<u>1.401.019</u>	<u>388.734</u>	<u>1.735.010</u>	<u>907.870</u>
Federais	778.287	10.199	1.079.083	411.604
Estaduais	560.849	322.944	588.481	438.156
Municipais	61.883	55.591	67.446	58.110
Remuneração do capital de terceiros	<u>34.877.968</u>	<u>9.819.785</u>	<u>36.608.155</u>	<u>11.015.490</u>
Despesas financeiras	5.265.780	4.606.858	5.541.903	4.659.162
Variações cambiais passivas	17.651.173	432.582	19.052.753	1.546.163
Instrumentos financeiros derivativos	11.775.637	4.622.774	11.782.077	4.623.016
Aluguéis	185.378	157.571	231.422	187.149
Remuneração de capitais próprios	<u>(7.074.198)</u>	<u>14.084.848</u>	<u>(7.044.706)</u>	<u>14.106.381</u>
Juros sobre capital próprio		1.500.000		1.500.000
Resultado do exercício, líquido	(7.074.198)	12.584.848	(7.074.198)	12.584.848
Participação de não controladores			29.492	21.533
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>33.357.937</u>	<u>27.544.547</u>	<u>35.982.162</u>	<u>29.724.475</u>

(1) Considerando os efeitos no exercício, a Companhia adotou, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. ("Suzano"), em conjunto com suas controladas (coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada no Brasil, com matriz localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, no. 1.752 – 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e o principal escritório de negócios localizado na cidade de São Paulo.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3 e *American Depositary Receipts* ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" - "NYSE") sob o *ticker* SUZ.

A Companhia possui 16 unidades industriais, sendo 14 unidades no Brasil nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Mogi das Cruzes e duas unidades em Suzano (São Paulo) e Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (Mato Grosso do Sul) e duas unidades nos Estados Unidos localizadas nas cidades de Pine Bluff (Arkansas) e Waynesville (Carolina do Norte). Adicionalmente, possui sete centros de tecnologia, sendo quatro localizados no Brasil, um no Canadá, um na China e um em Israel, 28 centros de distribuição e quatro portos, todos localizados no Brasil.

Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e *cut size*, bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Áustria, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura.

A Companhia também tem por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista de qualquer outra sociedade ou empreendimento, e a geração de energia elétrica no processo produtivo da celulose e a sua comercialização.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 49,25% de participação nas ações ordinárias do capital social.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.



1.1 Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação/Tipo de participação	Atividade principal	País	% de participação	
			31/12/2024	31/12/2023
Consolidado				
F&E Tecnologia do Brasil S.A. (Direta)	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc. (Direta)	Escritório comercial	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd. (Direta) ⁽¹⁾	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman		100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. (Direta)	Operação portuária	Brasil	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. (Direta)	Holding	Brasil	100,00%	100,00%
Itacel – Terminal de Celulose de Itaquí S.A. (Indireta)	Operação portuária	Brasil	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A. (Direta)	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda. (Direta)	Transporte rodoviário	Brasil	100,00%	100,00%
Portocel – Terminal Espec. Barra do Riacho S.A. (Direta)	Operação portuária	Brasil	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda. (Direta)	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda. (Direta)	Produção de embalagens	Brasil	100,00%	100,00%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp. (Direta)	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH. (Direta)	Escritório comercial	Áustria	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	100,00%	100,00%
Suzano Ecuador S.A.S. (Direta)	Escritório comercial	Equador	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy (Direta)	Produção e comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel	Finlândia	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V (Direta)	Captação de recursos financeiros	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano International Holding B.V. (Direta)	Holding	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH. (Direta)	Escritório comercial	Áustria	100,00%	100,00%
Suzano Packaging LLC (Indireta) ⁽³⁾	Produção de papelcartão revestido e não revestido para embalagens de líquidos	Estados Unidos da América	100,00%	
Suzano Material Technology Development Ltd. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	100,00%	100,00%



Denominação/Tipo de participação	Atividade principal	País	% de participação	
			31/12/2024	31/12/2023
Suzano Netherlands B.V. (Direta)	Captação de recursos financeiros	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A. (Direta)	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc. (Direta)	Escritório comercial	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. (Direta)	Escritório comercial	Suíça	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd. (Direta)	Escritório comercial	China	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Trading Ltd. (Direta)	Captação de recursos financeiros	China	100,00%	100,00%
Suzano Singapore Pte. Ltd (Direta)	Escritório comercial	Singapura	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT (Direta)	Escritório comercial	Hungria	100,00%	100,00%
Suzano Ventures LLC (Direta)	Corporate venture capital	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Consolidação dos ativos e passivos correspondentes (joint operation)				
Veracel Celulose S.A. (Direta)	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	50,00%	50,00%
Equivalência patrimonial				
Biomás Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (Direta)	Restauração, conservação e preservação de florestas	Brasil	16,66%	16,66%
Ensyn Corporation (Direta) ⁽⁷⁾	Pesquisa e desenvolvimento de biocombustível	Estados Unidos da América	24,80%	25,53%
F&E Technologies LLC (Direta/Indireta)	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	50,00%	50,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel (Direta)	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	49,90%	49,90%
Simplifyber, Inc. (Indireta) ⁽⁶⁾	Produção de bens de consumo por meio da transformação de líquidos à base de celulose	Estados Unidos da América	13,91%	
Spinnova Plc (Direta) (“Spinnova”)	Pesquisa de matérias-primas sustentáveis para a indústria têxtil	Finlândia	18,77%	18,78%
Woodspin Oy (Direta/Indireta) (“Woodspin”)	Desenvolvimento e produção de fibras, fios e filamentos têxteis à base de celulose	Finlândia	50,00%	50,00%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A. (Indireta) ⁽⁴⁾	Soluções de software baseadas em inteligência artificial e visão computacional para o agronegócio	Brasil	5,82%	
Celluforce Inc. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	8,28%	8,28%
Lenzing Aktiengesellschaft (Indireta) ⁽⁵⁾	Produção de fibras de celulose à base de madeira	Áustria	15,00%	
Nfinite Nanotechnology Inc. (indireta) ⁽²⁾	Pesquisa e desenvolvimento de nanorevestimentos inteligentes	Canadá	5,00%	

(1) Em 27 de março de 2024, a entidade foi liquidada.
(2) Em 8 de março de 2024, a Suzano Ventures LLC adquiriu participação societária na entidade legal Nfinite Nanotechnology Inc., a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(3) Em 9 de julho de 2024, foi constituída a entidade legal, a qual é uma controlada da Suzano S.A.
(4) Em 19 de julho de 2024, a Suzano Ventures LLC adquiriu participação societária na entidade legal Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A., a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(5) Em 30 de agosto de 2024, a Suzano International Trade GmbH adquiriu participação societária na entidade legal Lenzing Aktiengesellschaft (nota 1.2.5), a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(6) Em 13 de dezembro de 2024, a Suzano Ventures LLC adquiriu participação societária na entidade legal Simplifyber, Inc., a qual é uma coligada da Suzano S.A.
(7) Em 30 de julho, 30 de agosto e 31 de dezembro de 2024, houve alteração no percentual de participação em razão da diluição das ações.

1.2 Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1 Efeitos decorrentes dos conflitos entre Rússia e Ucrânia, e Oriente Médio

Em decorrência dos atuais conflitos entre a Rússia e Ucrânia, e Oriente Médio, a Companhia monitora continuamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios.

Dessa maneira, podemos separar em 5 as principais áreas de avaliação da Companhia:

- (i) pessoas: a Suzano possui em Israel, através de sua subsidiária, FuturaGene Israel Ltd, colaboradores locais e instalações na cidade de Rehovot. A Companhia monitora de forma contínua a situação. No âmbito do conflito entre Rússia e Ucrânia, a Suzano não possui colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito.
- (ii) insumos: não identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades industriais e florestais. Até o momento, foi verificado apenas uma maior volatilidade nos preços de insumos energéticos e *commodities*.
- (iii) logística: no âmbito internacional não houve alteração relevante nas operações logísticas, ou seja, todas as rotas utilizadas permanecem substancialmente inalteradas e estão mantidas as atracções nas localidades previstas. No âmbito doméstico, também não foi identificada alteração dos fluxos logísticos.
- (iv) comercial: até o presente momento, a Companhia continua com as suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade. Foi determinada apenas a suspensão das vendas para poucos clientes localizados na Rússia, sem impacto financeiro significativo.
- (v) continuidade das operações: O conflito em Israel pode resultar em interrupções nas operações de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia na FuturaGene Israel Ltd.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem mantido ações para ampliar o monitoramento, em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e o fluxo de informações tempestivas à dinâmica da conjuntura global para as suas tomadas de decisão.

1.2.2 Projeto Cerrado

Em 21 de julho de 2024, foi iniciada a operação do Projeto Cerrado. A planta tem capacidade nominal de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano. O investimento total é de R\$22.200.000, com pagamentos substanciais durante os anos de 2021 a 2025.

1.2.3 Cancelamento de ações em tesouraria e novo programa de recompra de ações

Em 26 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 20.000.000 ações ordinárias, com custo médio de R\$42,69 por ação, no valor de R\$853.725, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis.

Adicionalmente, em 9 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de mais 40.000.000 ações ordinárias, com custo médio de R\$51,25 por ação, no valor de R\$2.050.062, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis.

Após o cancelamento das ações, o capital social de R\$19.269.281 passa a ser dividido em 1.264.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na mesma data, a Companhia deliberou sobre um novo programa de recompra de ações, no qual poderá adquirir até 40.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, com prazo máximo para realização de 18 meses, encerrando-se em 9 de fevereiro de 2026.

1.2.4 Aumento de capital social

Em 25 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou o o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$10.000.000, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, integralizado mediante a capitalização do saldo da Reserva para Aumento de Capital, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2.5 Aquisição de participação societária em negócio de fibras especiais

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia adquiriu da B & C Alpha Zweite Holding GmbH & Co KG ("B&C") 5.792.727 ações, representando 15% das ações emitidas da Lenzing Aktiengesellschaft ("Lenzing"), denominada "Transação Lenzing". A transação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes, com o valor justo da contraprestação em dinheiro transferida sendo de EUR 229.971 (equivalente a R\$1.436.814), a um preço de EUR 39,70 por ação.

A transação incluiu:

(a) o direito de deter dois dos dez assentos no Conselho de Administração da "Lenzing"; e

(b) o direito de alterar a posição de controle da "Lenzing" pela Suzano International Trade GmbH adquirindo um adicional de 15,00% (quinze por cento) das ações da "Lenzing" detidas pela "B&C" através de um procedimento de oferta pública de aquisição obrigatória de acordo com a Lei de Aquisição Austríaca ("Transação").

A administração avaliou a Transação Lenzing de acordo com o CPC 18 (R3)/IAS 28 e o CPC 36/IFRS10, mesmo com duas cadeiras no Conselho de Administração da Lenzing, concluiu que a Suzano não tem influência significativa sobre a Lenzing, já que não possui poder para participar das decisões sobre políticas, dividendos ou outras distribuições. Portanto, o investimento foi registrado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

1.2.6 Compra de participação societária - Timber

Em 31 de julho de 2024, a Companhia concluiu a transação de compra de 100% do capital social das empresas Timber VII SPE S.A. (Timber VII) e Timber XX SPE S.A. (Timber XX), após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de R\$2.143.821.

Considerando as características dos ativos (substancialmente terras e ativo biológico), a Companhia optou por aplicar o teste opcional para identificar a concentração do valor justo de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 e, portanto, a operação foi contabilizada como uma compra de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram inicialmente refletidos na rubrica de investimentos na controladora e nas rubricas de ativos biológicos e imobilizado no consolidado, no balanço patrimonial e em aquisição de controladas, líquido do caixa na demonstração dos fluxos de caixa da controladora. O caixa destas empresas foi de R\$19.113.

Em 30 de setembro de 2024, estas empresas foram incorporadas pela Companhia. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Companhia já era titular, direta ou indireta, de 100% do capital social destas empresas.

1.2.7 Aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen Inc.

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio de sua subsidiária indireta Suzano Packaging LLC, concluiu a aquisição dos estoques e dos ativos imobilizados que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, anteriormente de propriedade da Pactiv Evergreen Inc. A transação foi efetivada após o cumprimento de todas as condições precedentes.

O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de US\$82.932 (equivalentes a R\$452.153).

Considerando as características dos ativos (substancialmente estoques), a Companhia optou por aplicar o teste de concentração opcional para identificar uma concentração de valor justo nos termos do parágrafo B7A do IFRS 3 e, portanto, a Transação Pactiv foi contabilizada como uma aquisição de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram refletidos na rubrica de investimentos na controladora e na rubrica de estoques no consolidado, no balanço patrimonial.

1.2.8 Juros sobre capital próprio

Em 04 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP") pela Companhia, no valor bruto total de R\$2.500.000 à razão de R\$ 2,017362506 por ação, considerando o número de ações "ex-tesouraria", na presente data, a título de remuneração baseada no lucro demonstrado no balanço trimestral da Companhia datado de 30 de setembro de 2024.

Os juros sobre capital próprio possuem retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação em vigor. Este imposto, no valor de R\$306.327, foi retido e pago em dezembro de 2024.

1.2.9 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.34.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e
- (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomas, Ensyn, Simplifyber e Spinnova, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024.

3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.1.1 Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada)

As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem:

- (a) os termos e as condições dos acordos;
- (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e
- (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais, visto que, (a) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (b) (i) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na nota 17; (ii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores das instituições financeiras; (iii) não houve alteração nas datas de vencimentos; e (c) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores.

3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)

O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador.

As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.3 Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants

As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants).

A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de

requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.4 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22 / IFRS 8)

Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e incluiu o custo do produto vendido na nota 28.

3.2 Políticas contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.2.1 Demonstrações financeiras

3.2.1.1 Demonstrações financeiras individuais

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas

São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomas, Ensyn, Simplifyber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28 e não apresentam efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2024, o efeito seria ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como, políticas contábeis consistentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R\$95.254, representando 18,77% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado.

A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.

A participação dos acionistas não controladores está destacada.

3.2.1.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.2 Investimentos em controladas

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.3 Investimentos em operações em conjunto

São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.4 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

3.2.5 Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para a controlada Suzano Packaging, cuja moeda funcional é o Dólar, e para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC e Simplifyber, cuja moeda funcional é o Dólar, Spinnova e Woodspin, cuja moeda funcional é o Euro. Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.5.1 Transações e saldos em moeda estrangeira

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e
- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação.

3.2.6 Economias hiperinflacionárias

Entidades sediadas na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente.

Entretanto, a controlada da Companhia sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico.

3.2.7 Combinações de negócios

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.

As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial.

Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.8 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente (nota 28).

3.2.9 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.10 Instrumentos financeiros

3.2.10.1 Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e
- (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.10.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, juros sobre capital próprio e dividendos a pagar e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.10.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo apresentado na nota 14.1 como outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.2.10.1.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

3.2.10.2 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

3.2.10.2.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos

financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.10.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

A Companhia avalia periodicamente, na mensuração do valor justo, se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável.

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.11 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.12 Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.13 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.14 Ativos não circulantes mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

3.2.15 Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (*"income approach"*) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Companhia considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3.2.16 Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.17 Arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
 - tem o direito de operar o ativo, ou
 - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

- (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;
- (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou
- (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de:

- (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;
- (ii) garantia de valor residual; e

(iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.18 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivos são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.19 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23)

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.2.20 Fornecedores e operações de risco sacado

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre às instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Companhia paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

3.2.21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Companhia não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.22 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança.

Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando

as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de “provisões para passivos judiciais”. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

- (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
- (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

Os valores de principal e multas referentes aos processos: tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido.

A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial.

3.2.23 Provisão para desmobilização de ativos

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

3.2.24 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parte de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado (despesas administrativas) pelo valor justo das ações, apurado na data da outorga, de forma linear durante o período de serviço exigido pelos planos, em contrapartida ao passivo não circulante para planos com liquidação em dinheiro, e patrimônio líquido para os planos com liquidação em ações.

3.2.25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.26 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.27 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.28 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de imposto de renda.

3.2.29 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

3.2.30 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é

reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.31 Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.32 Resultado básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.33 Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.34 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1);
- transações com pagamento baseado em ações (nota 22);
- transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 27);
- valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16);
- perdas de créditos esperadas no contas a receber (nota 7);
- provisão para perdas nos estoques (nota 8);
- análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12);
- valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);

- análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16);
- arrendamento (nota 19);
- provisão para passivos judiciais (nota 20); e
- benefícios de aposentadoria (nota 21).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18, conforme divulgado abaixo.

3.3.1 Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

3.3.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- **esclarecem** a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- **esclarecem e adicionam** mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- **adicionam** novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- **atualizam** as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.3 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

(i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, a Companhia espera que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas nas novas categorias impactará como o lucro operacional é calculado e relatado. Da avaliação de impacto de alto nível realizada pela Companhia, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional:

- As diferenças cambiais atualmente agregadas no item de linha 'outras receitas e outros ganhos/ (perdas) – líquidos' no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentadas abaixo do lucro operacional.
- O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos – que é a mesma categoria que as receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Companhia atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Companhia está atualmente avaliando a necessidade de mudança.

(ii) Os itens apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente na demonstração da posição financeira, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente na demonstração financeira.

(iii) A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas porque o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- medidas de desempenho definidas pela administração;
- uma abertura da natureza das despesas para linhas apresentados por função na categoria operacional da demonstração do resultado – essa abertura é necessária apenas para despesas de certa natureza; e
- para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha na demonstração do resultado entre os valores reformulados apresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

(iv) Da perspectiva de demonstração de fluxo de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que é uma mudança da apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais.

A Companhia aplicará o novo padrão a partir de sua data efetiva obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é necessária e, portanto, as informações comparativas para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026 serão reformuladas de acordo com o IFRS 18.

3.3.4 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio;
- (iv) taxas de juros;
- (v) oscilações de preços de celulose e de commodities; e
- (vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

- (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
- (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e
- (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

- (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
- (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
- (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

- (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);

(ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e

(iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 26.

4.1.2 Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Contas a receber de clientes	7	8.899.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454
Dividendos a receber	11	6.113	5.570		
Outros ativos ⁽¹⁾		533.427	692.358	628.275	737.222
		<u>11.911.333</u>	<u>9.274.860</u>	<u>18.779.953</u>	<u>15.931.547</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Outros investimentos	14.1	27.823	23.606	1.138.066	23.606
		<u>27.823</u>	<u>23.606</u>	<u>1.138.066</u>	<u>23.606</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	3.887.100	4.430.454	3.887.100	4.430.454
Aplicações financeiras	6	13.180.018	5.648.155	13.363.511	13.267.286
		<u>17.067.118</u>	<u>10.078.609</u>	<u>17.250.611</u>	<u>17.697.740</u>
		<u>29.006.274</u>	<u>19.377.075</u>	<u>37.168.630</u>	<u>33.652.893</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	5.028.365	4.933.151	6.033.285	5.572.219
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	26.118.574	19.445.329	101.435.531	77.172.692
Contas a pagar de arrendamento	19.2	6.817.676	6.146.869	6.972.915	6.243.782
Partes relacionadas	11	71.097.778	53.806.545		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	120.490	187.187	120.490	187.187
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	11	2.195.475	1.312.561	2.200.917	1.316.528
Outros passivos ⁽¹⁾		112.732	94.568	143.330	116.716
		<u>111.491.090</u>	<u>85.926.210</u>	<u>116.906.468</u>	<u>90.609.124</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	10.448.379	2.436.072	10.454.820	2.436.072
		<u>10.448.379</u>	<u>2.436.072</u>	<u>10.454.820</u>	<u>2.436.072</u>
		<u>121.939.469</u>	<u>88.362.282</u>	<u>127.361.288</u>	<u>93.045.196</u>
		<u>92.933.195</u>	<u>68.985.207</u>	<u>90.192.658</u>	<u>59.392.303</u>

(1) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3 Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices

é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e do *Federal Reserve Bank of New York* e *Bloomberg* para transações de taxa *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto / Metodologia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cotados no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
Bonds	Mercado secundário			48.734.909	38.703.379
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	SOFR	942.390	678.667	22.740.891	17.783.760
Financiamento de ativos	SOFR	422.115	278.107	422.115	278.107
ECA - Export Credit Agency	SOFR	860.487		864.202	
IFC - International Finance Corporation	SOFR	6.261.715	3.198.761	6.261.715	3.198.761
Panda Bonds - CNH	Fixed			951.125	
Em moeda nacional					
BNDES – TJLP	DI 1	142.295	160.016	171.109	215.458
BNDES – TLP	DI 1	3.143.102	2.639.077	3.275.012	2.712.762
BNDES – Fixo	DI 1		3.903		3.903
BNDES – TR	DI 1	33.466		33.466	
BNDES – Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	645.139	686.798	645.139	686.798
BNDES – UMBNDES	DI 2	106.966		106.966	
Financiamento de ativos	DI 1	60.566	75.622	60.566	75.622
Debêntures	DI 1/IPCA	12.002.992	8.881.277	12.002.992	8.881.277
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1			108.308	110.396
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	2.424.457	2.228.806	2.424.457	2.228.806
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1		788.186		824.035
		27.045.690	19.619.220	98.802.972	75.703.064

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço.

Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não são reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	6.033.285	6.033.285	6.033.285			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	101.435.531	142.028.543	13.599.011	14.235.170	50.858.667	63.335.695
Contas a pagar de arrendamento	6.972.915	12.099.294	1.302.590	1.176.832	3.094.493	6.525.379
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	120.490	146.082	23.425	22.400	100.257	
Instrumentos financeiros derivativos	10.454.820	13.878.150	1.676.180	957.540	1.489.357	9.755.073
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	2.200.917	2.200.917	2.200.917			
Outros passivos	143.330	143.330	60.892	82.438		
	<u>127.361.288</u>	<u>176.529.601</u>	<u>24.896.300</u>	<u>16.474.380</u>	<u>55.542.774</u>	<u>79.616.147</u>

	Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	Mais que 5 anos		
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos					
Fornecedores	5.572.219	5.572.219	5.572.219		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	77.172.692	105.526.852	7.648.237	12.983.542	31.355.362
Contas a pagar de arrendamento	6.243.782	11.021.519	1.172.568	1.045.795	2.743.793
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	187.187	215.891	94.948	18.314	87.520
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072	2.801.258	66.433	1.278.953	1.191.014
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.316.528	1.316.528	1.316.528		
Outros passivos	116.716	116.716	58.955	57.761	
	93.045.196	126.570.983	15.929.888	15.384.365	35.377.689
					59.879.041

4.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("Letters of Credit – LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1 Contas a receber de clientes

A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação à performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Baixo ⁽¹⁾	8.899.516	6.549.975
Médio ⁽²⁾	174.048	156.883
Alto ⁽³⁾	89.596	173.558
	9.163.160	6.880.416

1) Vencendo e em atraso até 30 dias.

2) Em atraso entre 30 e 90 dias.

3) Em atraso acima de 90 dias.

Parte dos montantes acima, não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$30.300 e R\$31.962 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

4.3.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Aplicações financeiras	13.180.018	5.648.155	13.363.511	13.267.286
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	3.887.100	4.199.982	3.887.100	4.199.982
	19.539.795	11.741.266	26.269.429	25.813.139

1) Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

Classificação de risco ⁽¹⁾	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
AAA			232.908	878.241
AA-			286.906	1.007.537
A+			148.029	136.864
A				55.547
brAAA	20.830.651	20.856.072	2.747.948	1.682.513
brAA+	658.880	511.589		439.280
brAA	755	6.565		
brAA-	19	2.169		
brA	31.504			
brBBB-	3	3		
brBB	710	1.132		
brBB-	750.359	385	156.450	
Outros	109.448	235.242	314.859	
	22.382.329	21.613.157	3.887.100	4.199.982

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

4.4 Administração de riscos de mercado

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção, preço de celulose e de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

- (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
- (ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
- (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e
- (iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1 Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$") e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Companhia contrata operações de venda de "US\$" nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Os ativos e passivos que estão expostos a moeda estrangeira, substancialmente em US\$, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	6.496.039	6.432.557
Aplicações financeiras	70.255	7.378.277
Contas a receber de clientes	7.090.160	5.049.609
Instrumentos financeiros derivativos	3.887.100	3.070.594
	17.543.554	21.931.037
Passivos		
Fornecedores	(1.350.763)	(1.625.011)
Empréstimos e financiamentos	(83.004.915)	(61.304.673)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(93.308)	(127.598)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.448.379)	(1.867.882)
	(94.897.365)	(64.925.164)
	(77.353.811)	(42.994.127)

4.4.1.1 Análise de sensibilidade – exposição cambial – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em reais na data base do balanço patrimonial R\$/US\$ = R\$6,1923.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao US\$ em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	6.496.039	1.624.010	3.248.020
Aplicações financeiras	70.255	17.564	35.128
Contas a receber de clientes	7.090.160	1.772.540	3.545.080
Fornecedores	(1.350.763)	(337.691)	(675.382)
Empréstimos e financiamentos	(83.004.915)	(20.751.229)	(41.502.458)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(93.308)	(23.327)	(46.654)

4.4.1.2 Análise de sensibilidade – exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além da operação descrita acima, a Companhia também contrata instrumentos derivativos atrelados ao dólar e sujeitos a variação cambial, buscando adequar o indexador cambial da dívida a moeda de geração de caixa, conforme previsto em suas políticas financeiras.

Para o cálculo da marcação a mercado ("MtM") é utilizada a taxa de câmbio do último dia útil do período em análise. Estes movimentos de mercado causaram impacto negativo na marcação a mercado da posição contratada.

A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável em 31 de dezembro de 2024.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível 25%	Remoto 50%
Dólar/Real			
Instrumentos financeiros derivativos			
Derivativos opções	(4.328.970)	(9.226.995)	(19.121.860)
Derivativos swaps	(1.843.087)	(2.604.422)	(4.992.835)
Derivativos NDF	(331.876)	(896.742)	(1.788.477)
Derivativos embutido	(80.759)	(183.663)	(367.326)
Derivativos commodity	16.973	4.236	8.478

4.4.2 Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa devido às oscilações de taxas de juros no Brasil ou no exterior.

4.4.2.1 Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa de Longo Prazo ("TLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e SOFR e que podem gerar impacto no resultado.

O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	2.422.308	73.578	147.155
Aplicações financeiras	13.293.256	403.783	807.565
Empréstimos e financiamentos	9.290.595	282.202	564.404
TJLP/TLP			
Empréstimos e financiamentos	202.961	3.770	7.540
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	28.534.005	320.294	640.588

4.4.2.2 Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

		Consolidado		
		31/12/2024		
		Efeito no resultado		
		Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI				
Instrumentos financeiros derivativos				
Passivo				
	Derivativos opções	(4.328.970)	(943.363)	(1.868.091)
	Derivativos swaps	(1.843.087)	(91.012)	(178.459)
SOFR				
Instrumentos financeiros derivativos				
Passivo				
	Derivativos swaps	(1.843.087)	(136.036)	(261.559)

4.4.2.3 Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index – US-CPI") em 31 de dezembro de 2024. O cenário provável foi extrapolado considerando uma desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

		Consolidado		
		31/12/2024		
		Efeito no resultado		
		Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
	Derivativo embutido em compromisso de compra de madeira em pé, proveniente de contrato de parceria florestal	(80.759)	(32.607)	(66.859)

4.4.3 Administração de risco de preço de celulose e de commodities

A Companhia está exposta principalmente ao preço de venda da celulose e a preços de *commodities* no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de

logística e serviços. Neste caso, a Companhia avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

- (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva é estimado pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da SOFR, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (ii) Opções (“*Zero Cost Collar*”): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.
- (iii) *Non-deliverable forward* (“*NDF*”): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (iv) *Swap* de *US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana *US-CPI*, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação (“*Tesouro Protegido contra a Inflação – TIPS*”), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
- (v) *Swap* VLSFO (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *SOFR* divulgada pela *Bloomberg*.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros		Cupom de dólar sujo ⁽¹⁾
	Brasil ⁽¹⁾	Estados Unidos da América ⁽²⁾	
1M	12,15%	4,33%	8,46%
6M	14,19%	4,25%	6,37%
1A	15,41%	4,17%	6,41%
2A	15,94%	4,16%	6,29%
3A	15,89%	4,21%	6,22%
5A	15,60%	4,36%	6,41%
10A	14,96%	4,88%	7,31%

1) Fonte B3

2) Fonte Bloomberg

4.5.1 Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Controladora e Consolidado			
	Valor de referência (nacional, líquido) – em US\$		Valor justo – em R\$	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos contratados com estratégia de proteção dos fluxos de caixa				
Hedge de fluxos de caixa				
Zero Cost Collar	6.852.200	4.500.200	(4.328.970)	1.968.337
NDF (US\$)	581.000	505.000	(331.876)	162.776
NDF (€ x US\$)		262.088		100.362
Hedge de dívida				
Swap SOFR para Fixed (US\$)	1.973.705	2.555.626	394.129	741.492
Swap IPCA para CDI (nacional em reais)	8.128.395	4.274.397	(825.899)	47.645
Swap CNH para Fixed (US\$)	165.815		(6.440)	
Swap CDI x Fixed (US\$)	909.612	1.025.000	(776.261)	(1.081.964)
Swap Pré Fixada R\$ para US\$		200.000		(203.045)
Swap CDI x SOFR (US\$)	610.171	125.000	(590.764)	25.774
Swap SOFR para SOFR (US\$)	150.961	150.961	(37.850)	(16.615)
Hedge de commodities				
Swap US\$ e US-CPI ⁽¹⁾	138.439	131.510	(80.759)	230.471
Zero Cost Collar (Brent)	163.941	163.100	6.097	(3.148)
Swap VLSFO/Brent	39.706	142.794	10.873	22.297
			<u>(6.567.720)</u>	<u>1.994.382</u>
Ativo circulante			1.006.427	2.676.526
Ativo não circulante			2.880.673	1.753.928
Passivo circulante			(2.760.273)	(578.763)
Passivo não circulante			(7.694.547)	(1.857.309)
			<u>(6.567.720)</u>	<u>1.994.382</u>

(1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em US\$ e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- Swap CDI x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- Swap IPCA x CDI (nacional em reais)*: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais, alinhando-se com a posição de caixa em reais da Companhia, que também é indexada a DI.
- Swap SOFR x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada (SOFR) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.

- (iv) *Swap Pré Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (v) *Swap SOFR x SOFR US\$*: posição em *swap* trocando taxa pré-fixada adicionada à *SOFR* por outra taxa fixa adicionada à *SOFR*. O objetivo é gerar desconto de taxa para o pré-pagamento junto à instituição bancária, permitindo mecanismos de reversão.
- (vi) *Swap CDI x SOFR*: posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pós-fixada ("*SOFR*") em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia e capturar um menor custo de dívida por meio da flutuação das projeções da taxa *SOFR*.
- (vii) *Swap CNH x USD*: posições em *swaps* trocando taxa prefixada em yuans da China por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em yuans para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (viii) *Zero Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do real.
- (ix) *Non-Deliverable Forward ("NDF")*: Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.
- (x) *Swap US\$ e US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e com fornecimento de madeira em pé.
- (xi) *Non-Deliverable Forward Paridade ("NDF")*: EUR e US\$: Posições compradas na paridade EUR/US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do CAPEX do Projeto Cerrado contra a apreciação do euro.
- (xii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil / Brent ("VLSFO")* (petróleo – *Brent*): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo.
- (xiii) *Zero Cost Collar (Brent)*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de compra (*call*) e venda de opções de venda (*put*) de petróleo – *Brent*, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger custos com insumos derivados de petróleo. Nessa estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o custo contra o aumento do preço do petróleo.

A variação do valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2024 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é explicada substancialmente pela desvalorização do Real frente ao US\$ e pelas liquidações do exercício.

Houve também impactos causados pelas variações nas curvas Pré, Cupom Cambial e *SOFR* nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

4.5.2 Cronograma de vencimentos do valor justo (valores líquidos)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	(1.753.846)	2.097.763
2026	(1.699.768)	233.072
2027	(36.905)	(574.871)
2028 em diante	(3.077.201)	238.418
	(6.567.720)	1.994.382

4.5.3 Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo - em R\$	
Moeda		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI para Fixed	US\$	4.748.394	3.898.011	1.482.759	223.776
Swap Pré Fixada para US\$	US\$		738.800		
Swap SOFR para Fixed	US\$	1.973.705	2.555.626	424.824	1.104.984
Swap IPCA para CDI	R\$	8.382.699	4.320.471	927.586	161.542
Swap CDI para SOFR	US\$	3.117.625	644.850	754.173	32.560
Swap CNH para Fixed	CNH	1.200.000			
Swap SOFR para SOFR	US\$	150.961	150.961	4.949	6.681
				<u>3.594.291</u>	<u>1.529.543</u>
Passivos					
Swap CDI para Fixed	US\$	909.612	1.025.000	(2.259.020)	(1.305.740)
Swap Pré Fixada para US\$	US\$		200.000		(203.045)
Swap SOFR para Fixed	US\$	1.973.705	2.555.626	(30.695)	(363.492)
Swap IPCA para CDI	R\$	8.128.395	4.274.397	(1.753.485)	(113.897)
Swap CDI para SOFR	US\$	610.171	125.000	(1.344.937)	(6.786)
Swap CNH para Fixed	CNH	165.815		(6.440)	
Swap SOFR para SOFR	US\$	150.961	150.961	(42.799)	(23.296)
				<u>(5.437.376)</u>	<u>(2.016.256)</u>
				<u>(1.843.085)</u>	<u>(486.713)</u>
Hedge de fluxos de caixa					
Zero Cost Collar (US\$ x R\$)	US\$	6.852.200	4.500.200	(4.328.970)	1.968.337
NDF (R\$ x US\$)	US\$	581.000	505.000	(331.876)	162.776
NDF (€ x US\$)	US\$		262.088		100.362
				<u>(4.660.846)</u>	<u>2.231.475</u>
Hedge de commodities					
Swap US\$ e US-CPI ⁽¹⁾	US\$	138.439	131.510	(80.759)	230.471
Zero Cost Collar (Brent)	US\$	163.941	163.100	6.097	(3.148)
Swap VLSFO/Brent	US\$	39.706	142.794	10.873	22.297
				<u>(63.789)</u>	<u>249.620</u>
				<u>(6.567.720)</u>	<u>1.994.382</u>

(1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

4.5.4 Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Hedge de fluxos de caixa		
Zero Cost Collar (US\$)	645.759	2.987.953
NDF (US\$)	(68.695)	155.458
NDF (€ x US\$)	73.781	84.332
	650.845	3.227.743
Hedge de commodities		
Swap VLSFO/outros	89.327	80.516
	89.327	80.516
Hedge de dívida		
Swap CDI para Fixed (US\$)	(1.635.058)	(438.417)
Swap IPCA para CDI (reais)	(59.243)	256.683
Swap IPCA para Fixed (US\$)		21.139
Swap Pré Fixada para US\$	(221.462)	(104.827)
Swap SOFR	2.199	
Swap CDI para SOFR (US\$)	19.074	7.729
Swap SOFR para Fixed (US\$)	603.737	508.720
	(1.290.753)	251.027
	(550.581)	3.559.286

4.6 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

- (i) Nível 1 – Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;
- (ii) Nível 2 – Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros (*"accrual"*), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os inputs observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e
- (iii) Nível 3 – Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Companhia aplica a técnica da abordagem de receita (*"income approach"*) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Total			
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		3.887.100	3.887.100
Aplicações financeiras	1.203.776	12.159.735	13.363.511
	1.203.776	16.046.835	17.250.611
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos (nota 14.1)			1.138.066
			1.138.066
Ativo biológico			22.283.001
			22.283.001
Total do Ativo	1.203.776	16.046.835	23.421.067
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		10.454.820	10.454.820
		10.454.820	10.454.820
Total do Passivo		10.454.820	10.454.820

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	4.430.454		4.430.454
Aplicações financeiras	13.267.286		13.267.286
	17.697.740		17.697.740
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos (nota 14.1)		23.606	23.606
		23.606	23.606
Ativo biológico		18.278.582	18.278.582
		18.278.582	18.278.582
Total do Ativo	17.697.740	18.302.188	35.999.928
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072		2.436.072
	2.436.072		2.436.072
Total do Passivo	2.436.072		2.436.072

4.7 Cibersegurança

A Suzano possui uma Política Pública de Segurança da Informação, que visa estabelecer diretrizes, quanto ao gerenciamento e controles de segurança cibernética na Suzano, buscando mitigar vulnerabilidades, preservar e proteger os ativos, principalmente a informação e os dados pessoais, conforme leis, regulamentações e obrigações contratuais vigentes, contemplando a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade da informação. A Política estabelece responsabilidades para evitar danos, que podem representar impactos financeiros, à imagem e à reputação, exposição de informações, paralisação de operações, entre outros danos devido a ataques cibernéticos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados incidentes materiais associados a segurança cibernética que poderiam afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Companhia.

4.8 Mudanças climáticas

4.8.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente aos riscos relacionados com as mudanças climáticas.

Os ativos da Companhia, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (nota 13), os ativos imobilizados (nota 15) e intangíveis (nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:

- i. eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo:
- perdas de ativos biológicos devido a incêndios e a impactos decorrentes de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
 - redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias e outros eventos climáticos atípicos como estiagens, geadas e chuvas torrenciais; e
 - interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.
- ii. escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.
- iii. mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:
- regulatórias e legais: decorrentes de alterações em âmbito brasileiro e/ou internacional que demandem investimento de capital em novas tecnologias e/ou custos de operação. Entre os temas esperados, estão a precificação de carbono, a taxação de carbono aduaneiro, barreiras e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas, que aumentem o risco de litígio;
 - tecnológicas: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono; A Suzano deve continuar com investimentos em P&D para reduzir as emissões de gases do efeito estufa;
 - de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; O mercado deve priorizar cada vez mais a redução das emissões de carbono e práticas de negócios mais sustentáveis, o que pode levar à queda na demanda e receita dos produtos descartáveis da Suzano e no aumento da demanda por florestas renováveis e outros produtos sustentáveis; e
 - reputacionais: relacionadas à percepção dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.
- iv. Tempestades naturais, furacões e ciclones: eventos agravados pelas mudanças climáticas e podem gerar impactos, diretos e/ou indiretos, tanto nas operações industriais da Suzano (danos materiais e interrupções operacionais) como nas operações logísticas e em sua cadeia de valor.

4.8.2 Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida e empréstimos sustentáveis (Sustainability Linked Bonds – “SLB” e Sustainability Linked Loans – “SLL”)

A Companhia emitiu títulos de dívida e empréstimos atrelados a metas de performance de sustentabilidade (“Sustainability Performance Targets – SPT”) relacionadas com a redução da intensidade de nossas emissões de gases do efeito estufa, redução da intensidade da captura de água para utilização em processos industriais e o aumento do percentual de mulheres em cargos de liderança até 31 de dezembro de 2025. O não atingimento dessas metas pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, enquanto que o atingimento pode gerar uma redução de custo nos SLL’s, conforme previsto nos respectivos contratos.

Em 2020, a Companhia emitiu o seu primeiro título baseado nos SLB Principles. Em 2021, a Suzano emitiu dois novos títulos baseados nesse mecanismo e, pela primeira vez, atrelou, além de uma meta ambiental, uma meta

social – no caso, uma meta de diversidade, equidade e inclusão. As metas e seus impactos financeiros nos instrumentos denominados como SLBs estão disponíveis no prospecto público de cada uma das operações.

O primeiro Sustainability Linked Loan (SLL) da Companhia foi contratado em 2021 e, em 2022 e 2024 a Companhia contratou novos empréstimos com a International Finance Corporation (IFC) e com sindicatos de bancos comerciais seguindo as diretrizes dos SLL Principles.

4.8.3 Gestão de riscos climáticos

A Companhia possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas.

A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos físicos das mudanças climáticas, bem como decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo.

4.8.4 Oportunidades atreladas às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

4.8.4.1 Títulos com cláusulas relacionadas à sustentabilidade

Conforme divulgado na nota 4.8.2, a Suzano tem emissões de Sustainability Linked Bonds (SLB) e Sustainability Linked Loan (SLL) atrelados a indicadores de performance ambientais associados a metas de redução de gases do efeito estufa, intensidade da captura de recursos hídricos, e aspectos de diversidade e inclusão, evidenciando o compromisso da Companhia como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de sua meta. Essas captações atreladas a metas de sustentabilidade possibilitam taxas diferenciadas.

4.9 Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Companhia, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos ⁽¹⁾	4,62%	56.006	120.032	6.596.510	6.561.558
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo (compromissadas)	100,96% do CDI	2.416.671	1.773.097	2.422.308	1.784.313
		2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871

(1) Refere-se, substancialmente, a aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado de forma automática e diariamente.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional					
Fundos exclusivos	97,76% do CDI	454.862	1.067.268	552.635	1.295.296
Títulos públicos ⁽¹⁾	IPCA + 6,1%	1.203.776		1.203.776	
Títulos privados (CDBs)	100,91% do CDI	11.129.416	4.137.487	11.144.881	4.150.313
Títulos privados (CDBs) ⁽²⁾	101,76% do CDI	391.964	443.400	391.964	443.400
		13.180.018	5.648.155	13.293.256	5.889.009
Em moeda estrangeira					
Títulos privados ⁽³⁾					7.333.308
Outros				70.255	44.969
				70.255	7.378.277
		13.180.018	5.648.155	13.363.511	13.267.286
Circulante		12.788.054	5.204.755	12.971.547	12.823.886
Não circulante		391.964	443.400	391.964	443.400

(1) Aquisição de Notas do Tesouro Nacional indexados ao IPCA (NTN-B).

(2) Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes relativas às transações de venda de imóveis rurais.

(3) Refere-se a aplicações na modalidade Time Deposit, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cientes no país				
Terceiros	1.989.455	1.782.016	1.989.455	1.785.157
Partes relacionadas (nota 11.1) ⁽¹⁾	83.343	46.010	83.343	45.650
Cientes no exterior				
Terceiros	614.293	503.311	7.090.160	5.049.609
Partes relacionadas (nota 11.1)	6.238.753	4.380.214	202	
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	(26.728)	(27.748)	(30.300)	(31.962)
	8.899.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454

(1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.

A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Companhia e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. A decisão de ceder os recebíveis é continuamente reavaliada com base nas condições de mercado e na estratégia de fluxo de caixa da Companhia, podendo o volume de descontos variar ao longo do tempo. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$6.821.539 no consolidado (R\$4.273.623 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

7.2 Análise dos vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	8.569.103	6.362.649	8.216.570	5.904.402
Valores vencidos				
até 30 dias	194.975	177.691	682.142	644.644
31 a 60 dias	61.625	42.812	134.674	57.395
61 a 90 dias	24.963	21.386	38.187	97.639
91 a 120 dias	17.700	12.862	17.701	40.533
121 a 180 dias	10.045	20.971	12.402	34.708
A partir de 181 dias	20.705	45.432	31.184	69.133
	8.899.116	6.683.803	9.132.860	6.848.454

7.3 Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(27.748)	(20.925)	(31.962)	(21.109)
(Provisão)/Reversões, líquidas	(3.772)	(31.016)	(2.585)	(35.202)
Baixa	5.589	24.230	5.790	24.230
Variação cambial	(797)	(37)	(1.543)	119
Saldo no final do exercício	(26.728)	(27.748)	(30.300)	(31.962)

A Companhia mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4 Informações sobre os principais clientes

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui cliente responsável acima de 10% da receita líquida total dos segmentos operacionais celulose e papel. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 1 (um) cliente responsável por 10,27% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum principal cliente no segmento operacional papel.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	754.593	554.247	801.623	576.774
No exterior			1.510.985	1.271.335
Papel				
No Brasil	561.409	568.530	561.409	569.771
No exterior			362.027	137.653
Produtos em elaboração	101.068	93.313	135.380	93.325
Matérias-primas				
Madeira para produção	2.212.561	1.600.180	2.287.406	1.666.817
Insumos e embalagens	925.285	766.598	1.098.894	795.274
Materiais de almoxarifado e outros	1.030.776	822.868	1.302.534	931.052
(-) Perdas estimadas	(87.566)	(81.517)	(97.934)	(95.053)
	<u>5.498.126</u>	<u>4.324.219</u>	<u>7.962.324</u>	<u>5.946.948</u>

8.1 Movimentação da provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(81.517)	(77.983)	(95.053)	(105.989)
Adições	(77.921)	(54.824)	(83.705)	(65.085)
Reversões	3.105	11.379	6.352	33.666
Baixas	68.767	39.911	74.472	42.355
Saldo no final do exercício	<u>(87.566)</u>	<u>(81.517)</u>	<u>(97.934)</u>	<u>(95.053)</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estoques oferecidos em garantia.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL – antecipações e impostos retidos	190.326	439.217	227.464	464.188
PIS/COFINS – sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	182.286	84.816	187.126	93.866
PIS/COFINS – operações	753.996	675.542	789.667	699.717
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽²⁾	400.556	437.493	405.407	443.210
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	462.862	425.852	471.825	432.793
ICMS - operações ⁽⁴⁾	1.422.981	1.263.178	1.654.162	1.470.949
Programa Reintegra ⁽⁵⁾	69.462	63.824	70.610	64.077
Outros impostos e contribuições	56.471	37.028	64.444	45.821
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁶⁾	(1.397.163)	(1.265.236)	(1.581.961)	(1.452.435)
	2.141.777	2.161.714	2.288.744	2.262.186
Circulante	996.934	824.638	1.109.619	888.539
Não circulante	1.144.843	1.337.076	1.179.125	1.373.647

(1) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.

(2) A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992.

(3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado (“CIAP”).

(4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde a Companhia busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (*tissue*) no mercado interno.

(5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras (“Reintegra”): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.

(6) Refere-se à provisão para perda de ICMS com baixa perspectiva de realização.

9.1 Movimentação da provisão para perda

	Controladora		ICMS Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(1.265.236)	(936.355)	(1.452.435)	(1.103.807)
Adição ⁽¹⁾	(293.128)	(365.748)	(316.741)	(399.838)
Reversão ⁽²⁾	160.000	36.867	186.014	51.210
Baixa	1.201		1.201	
Saldo no final do exercício	(1.397.163)	(1.265.236)	(1.581.961)	(1.452.435)

(1) Refere-se, substancialmente, aos créditos de ICMS acumulados do estado de Mato Grosso do Sul, advindo das operações de construção do Projeto Cerrado, e do estado do Espírito Santo, dos créditos acumulados em função do volume de exportações.

(2) Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do estado do Espírito Santo, mediante venda a terceiros.

9.2 Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
2025	1.109.619
2026	403.717
2027	432.243
2028	166.700
2029 em diante	176.465
	2.288.744

10 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Programa de fomento florestal e parcerias	2.402.200	2.141.717	2.503.537	2.242.229
Adiantamentos a fornecedores - outros	76.799	90.810	92.133	113.743
	2.478.999	2.232.527	2.595.670	2.355.972
Circulante	76.799	90.810	92.133	113.743
Não circulante	2.402.200	2.141.717	2.503.537	2.242.229

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece as mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados em volume de madeira em pé ou cortada. Adicionalmente, a Companhia apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Companhia tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11 PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a:

Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) juros sobre capital próprio e dividendos a receber; (iii) reembolso de despesas e (iv) serviços sociais.

Valores passivos: (i) contratos de mútuo; (ii) compra de bens de consumo; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) comissão de agente; (v) serviços portuários; (vi) reembolso de despesas; (vii) serviços sociais; (viii) consultoria imobiliária e (ix) juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) encargos com empréstimos e variação cambial; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) serviços portuários; (v) concessão de fianças e gastos administrativos; (vi) geração e distribuição de energia; (vii) serviços sociais e (viii) consultoria imobiliária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

11.1 Saldo patrimonial e montantes incorridos durante o exercício

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional ⁽⁵⁾	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com acionista controlador								
Suzano Holding S.A. ⁽¹⁾	4	24	(630.387)	(363.520)			66	9
Controladores ⁽¹⁾			(336.205)	(193.883)				
Administradores e pessoas vinculadas ⁽¹⁾			(55.627)	(31.748)				
Alden Fundo de Investimento em Ações ⁽¹⁾			(52.764)	(30.428)				
	4	24	(1.074.983)	(619.579)			66	9
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Fibria Celulose (U.S.A.) INC.	1.832.466	51.124	(5.996)		198.676	(7)	5.976.482	56.561
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	30	324	(13.961)		7	(5)	(30.027)	(76)
Fibria Overseas Finance Ltd.						(2)		70
FuturaGene Ltd.					(10)		(1.188)	
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	52	415	(41.766)	(12.443)	8	(9)	(70.883)	(71.070)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	449	1.441						
Mucuri Energética S.A.	45	341	(2.259)		7	(7)	(2.254)	2
MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda.								137.949
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	94	39	(22.055)	(15.772)			(83.795)	(120.188)
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	6.949	7.128	(5.946)	(4.164)	33	(23)	(82.209)	(84.430)
SBFC Participações Ltda.			(3.649)				56	(43)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	22.899	45.374	(778)	(1.198)	5.723	(28.386)	77.130	123.371
Suzano Austria GmbH ⁽²⁾			(45.963.468)	(35.921.119)	(12.090.598)	817.107		
Suzano Ecuador S.A.S.	38.649	4.894			7.740	(79)	46.492	4.974
Suzano Finland Oy							(36)	
Suzano International Finance B.V. ⁽²⁾	17.557		(16.587.269)	(11.777.223)	(4.371.803)	384.001		
Suzano International Trading GmbH ⁽²⁾	3.028.890	4.278.833	(8.569.050)	(6.110.056)	(2.045.809)	(29.051)	24.266.289	18.397.142
Suzano Material Technology Development Ltd.	95				20		147	
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.						(277.443)	974	392
Suzano Pulp and Paper America Inc.	222.692		(16.680)		31.414		385.185	
Suzano Singapore Pte. Ltd		1						
Suzano Shanghai Ltd. ⁽³⁾	1.075.599				84.223		1.534.805	

Suzano Ventures LLC	156		(168)	(6)	(3)	156	(527)
Veracel Celulose S.A.						(11.593)	453
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.			(8.342)				
	6.246.622	4.389.914	(71.241.219)	(53.842.143)	(18.180.375)	866.093	32.005.731
							18.444.580

Controladora

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional ⁽⁵⁾	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas								
Administradores (exceto remuneração - nota 11.2)	61	61					538	(906)
Bexma Participações Ltda							7	9
Bizma Investimentos Ltda.								7
Naman Capital Ltda							9	
Civelec Participações Ltda	3.860	4.575			28			4.825
Fundação Arymax							5	3
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽³⁾	83.343	45.659	(1.413)	(1.023)			211.482	168.621
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	21	2					(5.173)	(5.549)
IPLF Holding S.A.							10	5
Mabex Representações e Participações Ltda			(23)				(915)	(817)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda							(177)	(178)
	87.286	50.297	(1.436)	(1.023)	28		205.786	166.020
	6.333.912	4.440.235	(72.317.638)	(54.462.745)	(18.180.347)	866.093	32.211.583	18.610.609

Ativo

Contas a receber de clientes (nota 7)	6.322.096	4.426.224
Dividendos a receber	6.113	5.570
Outros ativos	5.703	8.441

Passivo

Fornecedores (nota 18)		(144.898)	(36.621)
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ⁽⁴⁾		(1.074.962)	(619.579)
Empréstimos com partes relacionadas – circulante		(5.610.208)	(2.359.363)
Empréstimos com partes relacionadas – não circulante		(65.487.570)	(51.447.182)
	6.333.912	4.440.235	(72.317.638)
			(54.462.745)

(1) Refere-se à juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

(2) Refere-se ao total entre curto e longo prazo dos empréstimos com partes relacionadas.

(3) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

(4) O montante de R\$1.074.962 refere-se aos juros sobre capital próprios a pagar para os acionistas controladores e o montante de R\$1.120.513 refere-se, aos outros acionistas não controladores pulverizados, totalizando R\$2.195.475 (nota 1.2.8)

(5) Refere-se à transações de compra e venda.

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado operacional	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com acionista controlador						
Suzano Holding S.A. ⁽¹⁾	4	24	(630.387)	(363.520)	66	9
Controladores ⁽¹⁾			(336.205)	(193.883)		
Administradores e pessoas vinculadas ⁽¹⁾			(55.627)	(31.748)		
Alden Fundo de Investimento em Ações ⁽¹⁾			(52.764)	(30.428)		
	4	24	(1.074.983)	(619.579)	66	9
Transações com empresas controladas e operações em conjunto						
Administradores (exceto remuneração – nota 11.2)	61	61			538	(906)
Bexma Participações Ltda					7	9
Bizma Investimentos Ltda.						7
Naman Capital Ltda					9	
Civelec Participações Ltda	3.860	4.575				4.825
Fundação Arymax					5	3
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽²⁾	83.343	45.659	(1.413)	(1.023)	211.482	168.621
Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	21	2			(5.173)	(5.549)
IPLF Holding S.A.	1				10	5
Mabex Representações e Participações Ltda			(23)		(915)	(817)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda					(177)	(178)
Woodspin Oy	203				854	
	87.489	50.297	(1.436)	(1.023)	206.640	166.020
	87.493	50.321	(1.076.419)	(620.602)	206.706	166.029
Ativo						
Contas a receber de clientes (nota 7)	83.545	45.650				
Outros ativos	3.948	4.671				
Passivo						
Fornecedores (nota 18)			(1.457)	(1.023)		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ⁽³⁾			(1.074.962)	(619.579)		
	87.493	50.321	(1.076.419)	(620.602)		

(1) Refere-se à juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

(2) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

(3) O montante de R\$1.074.962 refere-se aos juros sobre capital próprios a pagar para os acionistas controladores e o montante de R\$1.125.955 refere-se, aos outros acionistas não controladores pulverizados, totalizando R\$2.200.917 (nota 1.2.8)

11.2 Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	48.469	49.165
Benefícios direto ou indireto	1.896	2.286
Bônus	14.881	10.829
	65.246	62.280
Benefícios de longo prazo		
Pagamento baseado em ações	99.051	42.130
	99.051	42.130
	164.297	104.410

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social – INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")

A Companhia calcula o IRPJ e a CSLL, corrente e diferido, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% para CSLL, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL sobre o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não há provisão quanto ao imposto relativo a não bitributação ao lucro da referida controlada em 2024. As divulgações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social (ICPC 22/IFRIC 23) estão apresentadas na nota 20.2.

12.1 Impostos diferidos

12.1.1 Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda	783.307	1.204.641	796.831	1.209.968
Base negativa da contribuição social	302.233	455.088	307.143	457.030
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	309.387	309.966	324.873	324.158
Provisões operacionais e para perdas diversas	1.222.497	1.127.364	1.308.352	1.214.807
Variação cambial	7.385.034	2.384.153	7.385.034	2.384.153
Perdas com derivativos ("MtM") ⁽²⁾	2.230.835		2.230.835	
Amortização da mais valia decorrente de combinação de negócios	625.745	654.358	625.745	654.358
Lucro não realizado nos estoques	539.157	151.578	539.157	151.578
Arrendamento ⁽²⁾	602.349	355.282	606.944	356.110
	14.000.544	6.642.430	14.124.914	6.752.162
Diferenças temporárias passivas				
Ágio – Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	1.589.887	1.301.654	1.589.887	1.301.654
Imobilizado - Custo atribuído	1.065.042	1.134.949	1.066.883	1.137.483
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração ⁽¹⁾	733.640	799.857	733.640	799.857
Juros capitalizados	947.482	640.063	947.482	640.063
Valor justo dos ativos biológicos	1.318.223	1.110.360	1.317.095	1.115.432
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/ menos valia alocado, líquido			342.141	370.947
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	136.189	148.747	137.928	150.691
Ganhos com derivativos ("MtM") ⁽²⁾		678.090		678.090
Demais diferenças temporárias	8.396	14.774	18.439	24.109
	5.798.859	5.828.494	6.153.495	6.218.326
Ativo não circulante	8.201.685	813.936	7.984.015	545.213
Passivo não circulante			12.596	11.377

(1) A depreciação incentivada é atribuída somente ao IRPJ.

(2) A Companhia apresenta o saldo líquido de derivativos e arrendamento, pois os ganhos e perdas dos tributos diferidos são compensados de forma simultânea. Para a linha de derivativos, a diferença temporária passiva foi de R\$1.321.614 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.552.449 no consolidado (diferença temporária passiva de R\$1.506.354 e diferença temporária ativa de R\$828.264 no consolidado em 31 de dezembro de 2023). Para a linha de arrendamento, a diferença temporária passiva foi de R\$1.763.847 e a diferença temporária ativa de R\$2.370.791 no consolidado (diferença temporária passiva de R\$1.766.776 e diferença temporária ativa de R\$2.122.886 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

12.1.2 Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda a compensar	3.133.228	4.818.564	3.187.324	4.839.872
Base negativa da contribuição social a compensar	3.358.144	5.056.533	3.412.700	5.078.111

12.1.3 Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	813.936	4.290.540	533.836	3.985.297
Prejuízo fiscal do imposto de renda	(421.334)	(270)	(413.137)	2.872
Base negativa da contribuição social	(152.855)	10.625	(149.887)	11.780
Provisão para passivos judiciais	(579)	56.820	715	55.562
Provisões operacionais e para perdas diversas	95.133	208.472	93.545	215.779
Variação cambial	5.000.881	(1.913.350)	5.000.881	(1.913.350)
Perdas (ganhos) com derivativos ("MtM")	2.908.925	(668.926)	2.908.925	(668.926)
Amortização da mais e menos valia decorrente de combinação de negócios	(28.613)	(25.784)	193	2.219
Lucro não realizado nos estoques	387.579	(211.474)	387.579	(211.474)
Arrendamento	247.067	(8.718)	250.834	(8.728)
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(288.233)	(278.551)	(288.233)	(278.551)
Imobilizado - custo atribuído	69.907	79.398	70.600	79.866
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração	66.217	70.140	66.217	70.140
Juros capitalizados	(307.419)	(429.229)	(307.419)	(429.229)
Valor justo do ativo biológico	(207.863)	(409.960)	(201.663)	(412.158)
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	12.558	45.374	12.763	43.430
Demais diferenças temporárias	6.378	(1.171)	5.670	(10.693)
No final do exercício	8.201.685	813.936	7.971.419	533.836

12.1.4 Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com suas controladas no exterior. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado
2025	1.631.442
2026	1.350.610
2027	301.456
2028	391.301
2029	1.748.739
2030 a 2032	4.078.819
2033 a 2034	4.622.547
	14.124.914

O prazo de realização dos tributos diferidos ativo acompanha, substancialmente a realização da variação cambial, quando da liquidação dos empréstimos e financiamentos.

12.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	(13.440.238)	17.665.124	(13.111.053)	17.997.216
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	4.569.681	(6.006.142)	4.457.758	(6.119.053)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior ⁽¹⁾	(128.388)	(132.260)	484.717	1.688.656
Resultado de equivalência patrimonial	746.521	2.015.241	(4.707)	(6.589)
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") ⁽²⁾		(46.796)		(46.796)
Juros sobre capital próprio	850.000	510.000	850.000	510.000
Crédito Programa Reintegra	11.581	6.852	11.896	7.176
Gratificações dos diretores	(9.530)	(4.839)	(9.587)	(4.907)
Incentivos fiscais aplicáveis (nota 12.3) ⁽³⁾	322.484	112.123	336.541	128.650
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	3.691	(34.455)	(60.271)	(47.972)
	6.366.040	(3.580.276)	6.066.347	(3.890.835)
Imposto de renda				
Corrente	(740.352)	(49.715)	(999.421)	(352.577)
Diferido	5.505.895	(2.566.592)	5.482.647	(2.561.991)
	4.765.543	(2.616.307)	4.483.226	(2.914.568)
Contribuição social				
Corrente	(356.594)	(25.469)	(366.178)	(42.815)
Diferido	1.957.091	(938.500)	1.949.299	(933.452)
	1.600.497	(963.969)	1.583.121	(976.267)
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	6.366.040	(3.580.276)	6.066.347	(3.890.835)

(1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no exterior.

(2) As regras brasileiras de subcapitalização ("*thin capitalization*") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social se o valor da despesa de juros atender aos limites estabelecidos, que proporcionalizam as despesas de juros ao Patrimônio Líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 todos os limites e requisitos foram atendidos, e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade.

(3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes a utilização dos incentivos fiscais (i) lucro da exploração, (ii) gastos com pesquisa e desenvolvimento, (iii) PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador"), (iv) doações realizadas em projetos de caráter cultural, (v) fundos de direito da criança e adolescente, (vi) incentivos ao desporto, (vii) fundos do idoso e (viii) prorrogação da licença maternidade e paternidade.

12.3 Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da

atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE")		
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
Imperatriz (MA)	Suzano	2032
Mucuri (BA)	Suzano	2032
São Luís (MA)	Itacel	2033
Eunápolis (BA)	Veracel	2033
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM")		
Belém (PA)	Suzano	2025

Em 13 de junho de 2024, foi aprovado o incentivo fiscal referente ao lucro da exploração para a empresa Terminal de Celulose de Itaqui S/A e em 22 de julho de 2024, foi renovado o pleito de incentivo fiscal para a empresa Veracel Celulose S/A, em áreas da SUDENE, garantindo a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), com vigência de 10 anos para a utilização desse benefício fiscal.

Esses incentivos têm como objetivo fomentar o desenvolvimento regional, estimulando investimentos em áreas estratégicas.

12.4 Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") anunciou as diretrizes do modelo Pilar Dois, buscando uma reforma na tributação corporativa internacional para assegurar que grupos econômicos multinacionais, abrangidos por tais normativas, contribuam com um imposto mínimo efetivo à taxa de 15% sobre o lucro. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, conforme calculado por esse modelo, é denominada alíquota efetiva Global Anti-Base Erosion Rules ("GloBE"). No contexto da Suzano, a conformidade com as diretrizes da OCDE em matéria de tributação internacional é uma prioridade estratégica.

Muitos dos países já divulgaram legislações ou planos sobre a adoção das regras do Pilar Dois e do cálculo da receita GloBE, considerando a taxa mínima global de 15% para as multinacionais com receita consolidada acima de EUR750 milhões.

A partir de 2024, a Companhia está sujeita às regras modelo do Pilar Dois da OCDE em determinadas jurisdições europeias onde opera, destacando-se à Áustria como operação relevante. Até o momento, não houve impacto material nas demonstrações financeiras em função desse tema.

Em dezembro de 2024, foi publicada a Lei 15.079/2024 que institui o Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às regras GloBE, cuja aplicação entra em vigor a partir de 01/01/2025. O impacto principal ocorre na necessidade de adaptação das estruturas de *compliance* e de cálculo do eventual adicional de CSLL (*Top-up Tax*).

A Companhia reafirma seu compromisso com a conformidade tributária e já está conduzindo ações necessárias para assegurar a implementação adequada da nova regra no Brasil, alinhando-se às melhores práticas globais e à legislação vigente.

A Companhia também avalia continuamente os desdobramentos legislativos nas jurisdições em que atua, a fim de mapear os efeitos potenciais em suas operações.

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	17.613.303	14.053.921	18.278.582	14.632.186
Adições	6.874.237	5.507.107	7.180.450	5.777.952
Incorporação de controladas ⁽¹⁾	386.518			
Aquisição de controladas ⁽¹⁾			366.785	
Exaustões	(4.611.039)	(3.455.721)	(4.831.916)	(3.680.997)
Transferências	102.790	(136.297)	102.790	(136.297)
Ganho na atualização do valor justo	1.399.808	1.945.760	1.431.530	1.989.831
Alienações	(130.264)	(128.370)	(130.922)	(128.370)
Baixas	(112.114)	(173.097)	(114.298)	(175.723)
Saldo no final do exercício	21.523.239	17.613.303	22.283.001	18.278.582

(1) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio de dados não observáveis, portanto se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo.

As premissas de Incremento Médio Anual ("IMA") e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- (i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
- (ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;
- (iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- (iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- (v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, que foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia e com terceiros independentes; e
- (vi) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost of Capital – WACC").

A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Área útil plantada produtiva (hectare)	1.243.191	1.094.611
Ativos maduros (6 a 7 anos)	191.737	144.942
Ativos imaturos (1 a 5 anos)	1.051.454	949.669
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare/ano	37,62	37,92
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m³	101,38	96,04
Taxa de desconto (após os impostos)	8,80%	8,80%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$1.431.530 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 29).

	31/12/2024	31/12/2023
Mudanças físicas e taxa de desconto ⁽¹⁾	609.259	1.575.017
Preço	822.271	414.814
	1.431.530	1.989.831

1) Inclui a variação dos indicadores: IMA, taxa de desconto e área.

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento por meio de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área da Companhia especializada em fisiologia e fitossanidade, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas (nota 4.8).

A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

14 INVESTIMENTOS

14.1 Composição dos investimentos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos	9.940.193	14.380.070	453.371	355.520
Mais valia de ativos na aquisição de controladas	661.111	712.271		
Investimentos - Ágio	225.486	228.887	225.486	228.887
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	27.823	23.606	1.138.066	23.606
	10.854.613	15.344.834	1.816.923	608.013
Investimentos	10.880.920	15.344.834	1.816.923	608.013
Provisão para perda em investimentos em controladas	(26.307)			
	10.854.613	15.344.834	1.816.923	608.013

(1) Inclui a aquisição da participação societária da Lenzing Aktiengesellschaft (nota 1.2.5). Em 31 de dezembro de 2024, o valor do investimento era de R\$1.099.870 no consolidado.

14.2 Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos

	Informações das entidades em			Participação da Companhia			
	31/12/2024			No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas, coligadas, operações em conjunto							
No Brasil							
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	200	1	100,00%	200	199	1	
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	327.430	(15.118)	100,00%	327.430	245.748	(15.118)	(24.539)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	394.086	1.890	100,00%	394.086	392.645	1.890	6.067
MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda.			100,00%				31.968
Mucuri Energética S.A.	106.136	7.578	100,00%	106.136	98.558	7.578	14.499
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	33.458	1.779	100,00%	33.458	31.679	1.779	9.206
Portocel – Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	257.003	60.188	51,00%	131.071	111.140	30.696	22.419
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	9.567	8.412	100,00%	9.567	1.155	8.412	45
SFBC Participações Ltda.	6.998	616	100,00%	6.998	6.382	616	(8.802)
Veracel Celulose S.A.	2.773.119	(85.976)	50,00%	1.386.559	1.425.964	(42.988)	6.489
Timber ⁽²⁾						(67.525)	
No exterior							
Ensyn Corporation	6	(17.776)	24,80%	2	387	(6.966)	(12.448)
Fibria Celulose (USA) Inc.	(23.305)	9.044	100,00%	(23.305)	206.684	9.044	18.688
Fibria Overseas Finance Ltd.							9.168
FuturaGene Ltd.	4.700	(38.024)	100,00%	4.700	15.332	(38.024)	(47.543)
Spinnova Plc ⁽¹⁾	507.482	(56.117)	18,77%	95.254	95.736	(19.690)	(20.109)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	86.248	34.403	100,00%	86.248	173.427	34.403	46.770
Suzano Austria GmbH.	309.946	253.424	100,00%	309.946	440.143	253.424	149.130
Suzano Canada Inc.	14.460	(18.988)	100,00%	14.460	17.821	(18.988)	(18.352)
Suzano Ecuador S.A.S.	(236)	(3.219)	100,00%	(236)	(170)	(3.219)	(922)
Suzano Finland Oy	84.578	(38.651)	100,00%	84.578	103.872	(38.651)	(25.282)
Suzano International Finance B.V.	222.981	43.321	100,00%	222.981	22.137	43.321	(51.840)
Suzano International Holding B.V.	33	(236)	100,00%	33		(236)	
Suzano International Trade GmbH.	6.200.964	1.963.144	100,00%	6.200.964	10.473.720	1.963.144	5.715.528
Suzano Material Technology Development Ltd.	37.539	(5.559)	100,00%	37.539	23.176	(5.559)	(6.306)
Suzano Netherlands B.V.	44	(279)	100,00%	44		(279)	
Suzano Pulp and Paper America Inc.	12.995	13.610	100,00%	12.995	103.476	13.610	468
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	18.495	(113)	100,00%	18.495	108.770	(113)	98.392
Suzano Shanghai Ltd.	78.584	71.053	100,00%	78.584	7.530	71.053	2.752
Suzano Shanghai Trading	2.775	174	100,00%	2.775	2.601	174	1.592
Suzano Singapore PTE. LTD.	(2.766)	(3.541)	100,00%	(2.766)	775	(3.541)	27
Suzano Trading International KFT	64	(140)	100,00%	64	81	(140)	(92)
Suzano Ventures LLC	73.278	4.731	100,00%		11.705	4.731	(2.973)
				9.612.138	14.120.673	2.182.839	5.914.000
Negócios em conjunto							
No Brasil							
Biomax - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda.	17.536	(30.151)	16,66%	2.923	2.797	(4.874)	(2.203)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	388.580	74.547	49,90%	193.901	156.703	37.199	35.161
No Exterior							
F&E Technologies LLC	12.756		50,00%	6.378	4.987		
Woodspin Oy	249.706	(38.665)	50,00%	124.853	94.910	(19.514)	(19.780)
				328.055	259.397	12.811	13.178
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas				661.111	712.271		
Ágio				225.486	228.887		
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				27.823	23.606		
				914.420	964.764		
Total do investimento da controladora				10.854.613	15.344.834	2.195.650	5.927.178

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o preço da ação cotado na Nasdaq First North Growth Market (NFMGM) era de EURO,95 e de EUR2,40 em 31 de dezembro de 2023.

(2) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

14.3 Movimentação dos investimentos, líquidos – Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	15.344.834	23.332.461
Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	2.195.650	5.927.649
Aumento de capital em controladas	486.449	358.992
Redução de capital em controladas		(25.405)
Amortização de mais valia de controladas	(51.160)	(66.920)
Aquisição de controladas ⁽²⁾	2.143.821	1.060.718
Dividendos a receber	(6.992.657)	(14.160.518)
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(362.797)	(1.311)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego das Controladas, líquido de IR/CSLL	3.584	(317)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, líquido de IR/CSLL	163.185	4.707
Outras movimentações		146
Incorporação de controladas ⁽²⁾	(2.076.296)	(1.085.368)
	10.854.613	15.344.834
Reclassificação para provisão para perda em investimentos em controladas	26.307	
Saldo no final do exercício	10.880.920	15.344.834

(1) Saldo não considera a realização de outros resultados abrangentes.

(2) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

15 IMOBILIZADO

	Controladora				Consolidado		
	Total	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Taxa de depreciação média a.a. %			3,34	6,78		19,38	
Custo acumulado	76.950.221	14.486.408	9.644.875	45.160.365	10.373.151	1.281.328	80.946.127
Depreciação acumulada	(28.549.509)		(3.879.898)	(25.541.712)		(867.883)	(30.289.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.400.712	14.486.408	5.764.977	19.618.653	10.373.151	413.445	50.656.634
Adições	11.057.374	54.027	15	467.032	10.742.118	17.949	11.281.141
Valor proveniente da aquisição da MMC Brasil	564.963	4.572	111.495	453.617	8.306	11.175	589.165
Baixas	(243.966)	(25.090)	(36.184)	(133.249)		(56.869)	(251.392)
Depreciação	(2.828.521)		(313.304)	(2.570.734)		(145.092)	(3.029.130)
Transferências e outros	55.611	339.272	379.495	2.702.633	(3.638.466)	259.717	42.651
Custo acumulado	88.160.426	14.859.189	10.032.317	48.456.537	17.485.109	1.491.663	92.324.815
Depreciação acumulada	(31.154.253)		(4.125.823)	(27.918.585)		(991.338)	(33.035.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	57.006.173	14.859.189	5.906.494	20.537.952	17.485.109	500.325	59.289.069
Adições ⁽²⁾	7.763.746	697	558	415.147	7.490.762	28.904	7.936.068
Incorporação de controladas ⁽³⁾	1.702.655						
Aquisição de controladas ⁽³⁾		1.699.588	775	413		1.992	1.702.768
Baixas	(136.940)	(10.724)	(7.455)	(118.499)		(9.324)	(146.002)
Depreciação	(3.600.107)		(366.398)	(3.214.550)		(222.993)	(3.803.941)
Transferências e outros ⁽⁴⁾	8.078	226.598	3.988.619	16.660.035	(21.465.336)	598.162	8.078
Custo acumulado	94.420.319	16.775.348	13.816.631	62.822.096	3.510.535	1.806.592	98.731.202
Depreciação acumulada	(31.676.714)		(4.294.038)	(28.541.598)		(909.526)	(33.745.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.743.605	16.775.348	9.522.593	34.280.498	3.510.535	897.066	64.986.040

(1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

(2) A adição de imobilizado em andamento refere-se, substancialmente ao Projeto Cerrado, dos quais, R\$1.254.521 na controladora e no consolidado é efeito caixa de períodos anteriores (R\$393.042 em 31 de dezembro de 2023).

(3) Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

(4) Refere-se, basicamente, a ativação do Projeto Cerrado que entrou em operação em 21 de julho de 2024 (nota 1.2.2).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado.

15.1 Bens oferecidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2024, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia, compostos substancialmente pelas unidades de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Imperatriz, estão apresentados a seguir:

	Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	Financeiro/Jurídico	24.427	3.198.674
Imóveis	Financeiro	1.755.082	1.947.075
Máquinas, equipamentos e instalações	Financeiro	20.442.189	10.393.344
Imobilizado em andamento	Financeiro	427.998	649.081
Outros	Financeiro	43.487	144.273
		22.693.183	16.332.447

15.2 Custos de empréstimos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$959.967 na controladora e no consolidado (R\$1.160.364 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi 11,17% a.a. na controladora e no consolidado (10,98% a.a. na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

15.3 Descomissionamento de ativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou o montante de R\$65.327 na controladora e no consolidado (R\$52.566 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023) decorrentes de uma obrigação presente baseada em eventos futuros de descomissionamento de aterros industriais.

16 INTANGÍVEL

16.1 Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ágio – Facepa	119.332	119.332
Ágio – Fibria	7.897.051	7.897.051
Ágio – MMC Brasil ⁽¹⁾	170.859	170.859
Outros ⁽²⁾	5.097	4.834
	8.192.339	8.192.076

(1) Refere-se ao ágio da combinação de negócios da unidade de Mogi das Cruzes.

(2) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 28.4.

Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Celulose, o teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2024 foram utilizados, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2029 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,6% a.a., a partir

desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,91% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital* – WACC").

Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

Preço líquido médio da celulose – Mercado externo (US\$/tonelada)	684,9
Preço líquido médio da celulose – Mercado interno (US\$/tonelada)	735,5
Taxa de câmbio médio (R\$/US\$)	5,40
Taxa de desconto (depois dos impostos)	8,91% a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,5% a.a.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2024, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

Se a taxa de desconto depois dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa de ambas as unidades geradoras de caixa tivesse sido 1% superior às estimativas da administração (9,91% ao invés de 8,91%), a Companhia ainda não precisaria registrar uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia avaliou possíveis mudanças nas premissas de preço e câmbio e não identificou quaisquer casos que pudessem fazer com que o valor contábil das unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Papel, o teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de múltiplos EV/EBITDA. Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2024, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício		5.941.202	6.640.166	6.557.009	7.173.183
Adições		114.118	7.774	161.779	104.931
Ajuste a valor justo na aquisição da MMC			183.252		189.655
Baixas			(2)		(2)
Amortização		(978.715)	(956.732)	(1.008.824)	(990.432)
Transferências e outros			66.744		79.674
No final do exercício		5.076.605	5.941.202	5.709.964	6.557.009
	Taxa média % a.a.				
Representados por					
Acordo de não competição		5,00		4.508	4.818
Concessão de portos		3,94	41.591	43.737	632.253
Contratos de arrendamentos		16,90		6.875	6.875
Contratos de fornecedores		12,66	25.925	40.739	25.925
Contratos de serviços portuários		4,23	518.417	547.778	520.459
Cultivares		14,28	20.391	40.784	20.391
Marcas e patentes		8,35	169.861	188.349	170.306
Relacionamento com clientes		9,09	4.104.900	4.925.879	4.104.900
Relacionamento com fornecedor		17,64		10.312	295
Softwares		20,80	193.470	130.884	201.476
Outros		10,00	2.050	5.865	29.451
		5.076.605	5.941.202	5.709.964	6.557.009
Custo		11.694.111	11.580.000	12.540.497	12.378.761
Amortização		(6.617.506)	(5.638.798)	(6.830.533)	(5.821.752)
No final do exercício		5.076.605	5.941.202	5.709.964	6.557.009

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional				
Terceiros ^{(1) (2)}	4.353.503	3.720.027	4.681.065	3.946.185
Partes relacionadas (nota 11.1) ⁽³⁾	105.431	33.402	1.457	1.023
Em moeda estrangeira				
Terceiros ⁽²⁾	529.964	1.176.503	1.350.763	1.625.011
Partes relacionadas (nota 11.1)	39.467	3.219		
	5.028.365	4.933.151	6.033.285	5.572.219

(1) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo referente a tais operações em 31 de dezembro de 2024 era de R\$555.063 (R\$281.350 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e no consolidado.

(2) Dentro do saldo de fornecedores os seguintes saldos referem-se ao Projeto Cerrado, R\$107.418 (R\$523.408 em 31 de dezembro de 2023) em moeda nacional e R\$241.497 (R\$1.080.028 em 31 de dezembro de 2023) em moeda estrangeira na controladora e no consolidado.

(3) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.

17.1 Compromissos de longo prazo – consolidado

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$26.239.939 (R\$14.606.380 em 31 de dezembro de 2023).

18 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1 Abertura por modalidade

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Controladora					
				Circulante		Não circulante		Total	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda estrangeira									
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	USD	SOFR/Fixo	5,8%	965.246	677.488			965.246	677.488
Financiamento de ativos	USD	SOFR	3,7%	137.300	61.924	298.252	220.199	435.552	282.123
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	6,3%	7.297		769.702		776.999	
IFC - International Finance Corporation ⁽¹⁾	USD	SOFR	6,0%	(12.051)	731	5.858.208	2.871.399	5.846.157	2.872.130
Outros				880	2.420			880	2.420
				1.098.672	742.563	6.926.162	3.091.598	8.024.834	3.834.161
Em moeda nacional									
BNDES	BRL	UMBDES	7,2%	157		157.555		157.712	
BNDES	BRL	TJLP	8,6%	79.869	23.135	86.444	164.569	166.313	187.704
BNDES	BRL	TLP	14,8%	93.426	56.820	4.410.560	3.031.862	4.503.986	3.088.682
BNDES	BRL	Fixo			4.020				4.020
BNDES	BRL	SELIC	14,5%	243.223	65.013	704.825	857.419	948.048	922.432
BNDES	BRL	TR	2,2%	84		70.015		70.099	
Financiamento de ativos	BRL	CDI	18,1%	18.427	17.037	56.956	71.235	75.383	88.272
NCR ("Nota de Crédito Rural")	BRL	CDI	14,8%	312.652	101.739	2.000.000	1.998.270	2.312.652	2.100.009
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	BRL	Fixo			791.306				791.306
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	15,4%	120.931	66.536	9.738.616	8.362.207	9.859.547	8.428.743
				868.769	1.125.606	17.224.971	14.485.562	18.093.740	15.611.168
				1.967.441	1.868.169	24.151.133	17.577.160	26.118.574	19.445.329
Juros sobre financiamento				313.081	273.049			313.081	273.049
Financiamentos captados a longo prazo				1.654.360	1.595.120	24.151.133	17.577.160	25.805.493	19.172.280
				1.967.441	1.868.169	24.151.133	17.577.160	26.118.574	19.445.329

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees").

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Consolidado					
				Circulante		Não circulante		Total	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda estrangeira									
Bonds	USD	Fixo	5,0%	3.229.641	841.625	49.166.804	40.122.749	52.396.445	40.964.374
Panda Bonds	CNY	Fixo	2,8%	4.224		1.016.331		1.020.555	
Créditos de exportação (“Pré-pagamento de exportação”)	USD	SOFR/Fixo	5,4%	6.236.806	2.690.891	16.283.736	14.487.252	22.520.542	17.178.143
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	6,3%	7.297		769.702		776.999	
Financiamento de ativos	USD	SOFR	3,7%	137.300	61.924	298.252	220.199	435.552	282.123
IFC - International Finance Corporation ⁽¹⁾	USD	SOFR	6,0%	(12.051)	731	5.858.208	2.871.399	5.846.157	2.872.130
EDC - Export Development Canada	EUR	Fixo	1,0 %	4.210	7.903	4.455		8.665	7.903
				9.607.427	3.603.074	73.397.488	57.701.599	83.004.915	61.304.673
Em moeda nacional									
BNDES	BRL	UMBDES	7,2%	157		157.555		157.712	
BNDES	BRL	TJLP	8,6%	100.556	49.348	101.587	199.988	202.143	249.336
BNDES	BRL	TLP	14,8%	94.903	57.060	4.607.102	3.123.727	4.702.005	3.180.787
BNDES	BRL	Fixo			4.020				4.020
BNDES	BRL	SELIC	14,5%	243.223	65.013	704.825	857.419	948.048	922.432
BNDES	BRL	TR	2,2%	84		70.015		70.099	
Financiamento de ativos	BRL	CDI	18,1%	18.427	17.037	56.956	71.235	75.383	88.272
NCE (“Nota de Crédito à Exportação”)	BRL	CDI	18,5%	3.027	3.114	100.000	100.000	103.027	103.114
NCR (“Nota de Crédito Rural”)	BRL	CDI	14,8%	312.652	101.739	2.000.000	1.998.270	2.312.652	2.100.009
Créditos de exportação (“Pré-pagamento de exportação”)	BRL	Fixo			791.306				791.306
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	15,4%	120.931	66.536	9.738.616	8.362.207	9.859.547	8.428.743
				893.960	1.155.173	17.536.656	14.712.846	18.430.616	15.868.019
				10.501.387	4.758.247	90.934.144	72.414.445	101.435.531	77.172.692
Juros sobre financiamento				1.541.312	1.232.810			1.541.312	1.232.810
Financiamentos captados a longo prazo				8.960.075	3.525.437	90.934.144	72.414.445	99.894.219	75.939.882
				10.501.387	4.758.247	90.934.144	72.414.445	101.435.531	77.172.692

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees").

18.2 Cronograma de vencimentos - não circulante

							Controladora
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Financiamento de ativos	110.452	112.204	69.012	6.584			298.252
ECA - Export Credit Agency ⁽¹⁾	(670)	(845)	(780)	(912)	(847)	773.756	769.702
IFC - International Finance Corporation ⁽¹⁾	(6.668)	305.291	1.587.751	2.613.047	1.358.787		5.858.208
	103.114	416.650	1.655.983	2.618.719	1.357.940	773.756	6.926.162
Em moeda nacional							
BNDES – TJLP	86.444						86.444
BNDES – TLP	98.668	158.812	155.979	141.823	352.931	3.502.347	4.410.560
BNDES - UMBNDES	4.258	8.516	8.516	8.516	8.516	119.233	157.555
BNDES – Selic	254.966	33.888	33.933	33.979	34.024	314.035	704.825
BNDES – TR	4.178	4.734	4.734	4.734	4.734	46.901	70.015
NCR ("Nota de Crédito Rural")					2.000.000		2.000.000
Financiamento de ativos	18.741	19.114	19.034	67			56.956
Debêntures ⁽¹⁾	(7.431)	(11.767)	738.297	(11.477)	518.399	8.512.595	9.738.616
	459.824	213.297	960.493	177.642	2.918.604	12.495.111	17.224.971
	562.938	629.947	2.616.476	2.796.361	4.276.544	13.268.867	24.151.133

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees") que são amortizados linearmente.

	Consolidado					
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante
Total						
Em moeda estrangeira						
Bonds	3.074.751	4.318.390	3.083.311	10.758.081	6.150.231	21.782.040
Panda Bonds ⁽¹⁾	(1.211)	1.017.542				
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	5.668.270	4.889.574	3.832.090	1.893.802		
Financiamento de ativos	110.452	112.204	69.012	6.584		
ECA - Export Credit Agency ⁽¹⁾	(670)	(845)	(780)	(912)	(847)	773.756
EDC - Export Development Canada			1.114	1.114	1.114	1.113
IFC - International Finance Corporation ⁽¹⁾	(6.668)	305.291	1.587.751	2.613.047	1.358.787	
	8.844.924	10.642.156	8.572.498	15.271.716	7.509.285	22.556.909
Em moeda nacional						
BNDES – TJLP	90.078	3.634	3.634	3.634	607	
BNDES – TLP	98.668	158.812	155.980	141.823	366.249	3.685.570
BNDES – Selic	254.966	33.888	33.933	33.979	34.024	314.035
BNDES – TR	4.178	4.734	4.734	4.734	4.734	46.901
BNDES - UMBNDES	4.258	8.516	8.516	8.516	8.516	119.233
Financiamento de ativos	18.741	19.114	19.034	67		
NCE ("Nota de crédito à exportação")		25.000	25.000	25.000	25.000	
NCR ("Nota de Crédito Rural")					2.000.000	
Debêntures ⁽¹⁾	(7.431)	(11.767)	738.297	(11.477)	518.399	8.512.595
	463.458	241.931	989.128	206.276	2.957.529	12.678.334
	9.308.382	10.884.087	9.561.626	15.477.992	10.466.814	35.235.243

(1) Os saldos apresentados como negativos são dos custos de captação ("fees") que são amortizados linearmente.

18.3 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Início do exercício	19.445.329	13.423.804	77.172.692	74.574.591
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	10.640.543	9.966.219	15.692.905	10.944.794
Juros apropriados	1.809.579	1.621.460	5.413.707	4.797.094
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.627.478	219.600	17.728.324	(4.185.675)
Pagamento de principal	(5.671.021)	(4.213.094)	(9.410.807)	(4.296.447)
Pagamento de juros	(1.760.312)	(1.594.294)	(5.241.389)	(4.728.998)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	26.978	21.634	80.099	67.333
Fim do exercício	26.118.574	19.445.329	101.435.531	77.172.692

18.4 Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Custo	Amortização	Consolidado	
			Saldo a amortizar	
			31/12/2024	31/12/2023
<i>Bonds</i>	434.970	266.520	168.450	164.825
NCE	125.222	125.222		2.696
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	219.946	156.866	63.080	52.162
Debêntures	159.675	34.012	125.663	102.235
BNDES	81.730	55.953	25.777	9.854
IFC - International Finance Corporation	81.726	3.007	78.719	38.911
Outros	20.912	14.113	6.799	598
	1.124.181	655.693	468.488	371.281

18.5 Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota 15.1.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos.

18.6 Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1 Pré-pagamento de exportação

Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação ("PPE") com valor de US\$780.000 (equivalentes a R\$3.877.380), com taxa flutuante em SOFR + 1,65% a.a. (acrescendo 0,05% ao ano até o vencimento), com vencimento final em fevereiro de 2029, como parte do processo de rolagem de um PPE parcialmente liquidado na mesma data.

18.6.2 Nota de crédito rural

Em 28 de março de 2024, a Companhia efetuou, junto ao banco Safra a captação de uma cédula de produto rural (CPR) no valor de R\$200.000 com taxa pós-fixada de 100% do CDI, com vencimento final em março de 2025.

18.6.3 Export Development Canada ("EDC")

Em 30 de abril de 2024, a Companhia efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US\$125.000 (equivalentes a R\$646.475) com taxa flutuante de SOFR + 1,74%, com vencimento final em abril de 2031.

18.6.4 Debêntures

Em 29 de maio de 2024, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três series, no valor total de R\$5.900.000, como parte de uma estratégia de rolagem de dívida.

A debênture é composta por três partes: (i) montante R\$1.000.000 ao custo de CDI + 0,80 a.a. e prazo total de oito anos, com amortizações iguais em maio de 2031 e maio de 2032; (ii) montante R\$4.000.000 ao custo de CDI + 1,00% a.a. e prazo total de dez anos, com amortizações iguais em maio de 2033 e maio de 2034; e (iii) montante R\$900.000 (debenture incentivada) ao custo de IPCA + 6,11% a.a. e prazo total de doze anos, com amortizações iguais em maio de 2035 e maio de 2036.

18.6.5 BNDES

Em 27 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$65.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" – 5,56% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 1 (um) ano de carência de principal e vencimento final em dezembro de 2043. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 26 de agosto de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$1.110.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" - 5,48% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento final em maio de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

Em 16 de outubro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$32.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" – 5,27% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com vencimento final em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 8 de novembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$154.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP" – 5,23% a.a.), mais juros fixos de 1,65% a.a., com vencimento final em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$61.000 indexados pela taxa referencial ("TR"), mais juros fixos de 2,24% a.a., com carência de 1 (um) ano e vencimento final em dezembro de 2040. Os recursos foram destinados a projetos de inovação tecnológica.

Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$208.981 indexados pela variação cambial do dólar americano em relação ao Real, mais juros fixos de 1,65% a.a., com carência de um ano e meio e vencimento final em dezembro de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

18.6.6 Adiantamento sobre contrato de câmbio ("ACC")

Em 17 de maio de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US\$100.000 (equivalentes a R\$511.570) indexado pela taxa fixa de 6% a.a. e com vencimento original em 17 de maio de 2024, para uma nova taxa de 6,46% a.a. com novo vencimento em 19 de maio de 2025.

Em 05 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao banco BNP um ACC no valor de US\$15.000 (equivalentes a R\$79.262) indexados pela taxa fixa de 6,43% a.a., com vencimento em 09 de junho de 2025.

Em 21 de junho de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US\$35.000 (equivalentes a R\$190.456) indexado pela taxa fixa de 6,52% a.a. e com vencimento original em 21 de junho de 2024, para uma nova taxa de 6,54% a.a. com novo vencimento em 21 de maio de 2025.

18.6.7 Panda Bonds

Em 15 de novembro de 2024, a Companhia efetuou a emissão de um Panda Bonds na China, no valor de CNY1.200.000 (equivalentes a US\$166.000 e R\$960.891), ao custo fixo de 2,8% e prazo final de três anos.

Os Panda Bonds foram certificados como títulos verdes de acordo com a análise do China Green Bond Standard Committee. A Suzano, voluntariamente, obteve também avaliação de parte independente pela Sustainalytics US Inc. (Second Party Opinion), que assegura que a destinação dos recursos objeto desta operação está aderente aos Green Bond Principles publicados pelo International Capital Markets Association (ICMA).

18.6.8 International Finance Corporation ("IFC")

Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o saque do montante disponível em linha de crédito junto ao IFC e um sindicato de bancos comerciais, no montante de US\$350.000 (equivalente a R\$2.118.515).

O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "B-loan - tranche 1", no montante de US\$105.000 (equivalentes a R\$635.554), ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de cinco anos, com carência de principal de três anos; e (ii) "B-Loan - tranche 2", no valor de US\$245.000 (equivalentes a R\$1.482.961) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de seis anos, com carência de principal de quatro anos.

A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado.

18.7 Operações relevantes liquidadas no exercício

18.7.1 Pré-pagamento de exportação

Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia liquidou parcialmente, de forma antecipada, um pré-pagamento de exportação, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$620.000 (equivalentes a R\$3.209.057 (principal e juros)). O valor residual da operação manteve seu vencimento original em fevereiro de 2026 com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a.

Em 7 de junho de 2024, a Companhia liquidou, de forma antecipada, uma debênture, junto ao banco Bradesco, no valor total de R\$4.926.631 (principal e juros), como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original da debênture era em junho 2025 e junho de 2026 e a taxa de 112,5% do CDI a.a.

19 ARRENDAMENTO

19.1 Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora						Consolidado
	Total	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.030.107	3.283.156	112.553	85.756	1.623.118	4.643	5.109.226
Adições/atualizações	764.246	496.236	206.847	101.124		9.702	813.909
Depreciações ⁽¹⁾	(683.624)	(386.436)	(134.587)	(59.448)	(124.890)	(2.346)	(707.707)
Baixas ⁽²⁾	(18.743)	(12.658)				(6.139)	(18.797)
Incorporação MMC ⁽³⁾	9.936						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.101.922	3.380.298	184.813	127.432	1.498.228	5.860	5.196.631
Adições/atualizações	680.887	506.373	157.542	41.235		39.076	744.226
Depreciações ⁽¹⁾	(733.645)	(408.000)	(167.312)	(54.275)	(124.890)	(2.587)	(757.064)
Baixas ⁽²⁾	(3.102)	(3.102)					(3.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.046.062	3.475.569	175.043	114.392	1.373.338	42.349	5.180.691

(1) O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

(2) Baixas decorrentes de cancelamentos de contratos.

(3) Em 1º de novembro de 2023, a entidade legal foi incorporada pela Suzano S.A.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2 Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento em 31 de dezembro de 2024, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. ⁽¹⁾	Vencimento final ⁽²⁾	Controladora	Consolidado
			Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	12,27	outubro/2052	3.868.453	3.951.880
Máquinas e equipamentos	11,19	abril/2035	236.221	273.019
Imóveis	10,75	maio/2031	90.814	117.387
Navios e embarcações	11,25	fevereiro/2039	2.621.910	2.626.083
Veículos	11,10	novembro/2028	278	4.546
			6.817.676	6.972.915

(1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

(2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	6.146.869	6.100.695	6.243.782	6.182.530
Adições	680.887	764.246	744.226	813.909
Baixas	(3.102)	(18.743)	(3.102)	(18.797)
Pagamentos	(1.294.716)	(1.190.862)	(1.325.398)	(1.218.399)
Apropriação de encargos financeiros ⁽¹⁾	691.480	656.775	700.283	664.651
Variação cambial	596.258	(175.413)	613.124	(180.112)
Incorporação MMC ⁽²⁾		10.171		
Saldo no final do exercício	6.817.676	6.146.869	6.972.915	6.243.782
Circulante	838.537	734.275	872.228	753.399
Não circulante	5.979.139	5.412.594	6.100.687	5.490.383

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$245.318 na controladora e R\$249.135 no consolidado (R\$221.126 na controladora e R\$223.055 no consolidado em 31 de dezembro de 2023), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

(2) Em 1º de novembro de 2023, a entidade legal foi incorporada pela Suzano S.A.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

19.2.1 Valores reconhecidos no resultado do exercício

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de curto prazo	1.916	4.277	6.477	8.005
Ativos de baixo valor	353	918	4.083	2.611
	2.269	5.195	10.560	10.616

19.2.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ajustado a valor presente		Ajustado a valor presente	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	12.099.294	6.972.915	11.021.519	6.243.782
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	525.383	294.446	495.181	276.814

(1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas.

19.2.3 Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo real		
Direito de uso	5.180.691	5.196.631
Passivo de arrendamento	12.138.174	11.021.519
Encargos financeiros	(5.165.259)	(4.777.737)
	6.972.915	6.243.782
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	6.654.112	6.338.626
Passivo de arrendamento	14.672.421	12.979.831
Encargos financeiros	(6.264.348)	(5.594.936)
	8.408.073	7.384.895

20 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as provisões para riscos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários, constituídas de acordo com o CPC 25/IAS 37, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1 Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ⁽¹⁾⁽²⁾	Total
Saldo no início do exercício	468.839	349.058	139.435	2.155.545	3.112.877
Pagamentos	(60.081)	(89.221)	(6.795)		(156.097)
Reversões	(9.540)	(89.941)	(1.951)	(27.820)	(129.252)
Adições	4.689	162.456	72.605		239.750
Atualização monetária	4.057	21.574	12.259		37.890
Saldo de provisão	407.964	353.926	215.553	2.127.725	3.105.168
Depósitos judiciais	(66.746)	(91.596)	(20.076)		(178.418)
Saldo no final do exercício	341.218	262.330	195.477	2.127.725	2.926.750

(1) Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária no montante de R\$1.994.444 e cível no montante de R\$133.281, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.

(2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ⁽¹⁾⁽²⁾	Total
Saldo no início do exercício	419.915	255.805	118.729	2.645.705	3.440.154
Pagamentos	(1.717)	(37.172)	(3.014)		(41.903)
Reversões	(18.035)	(101.375)	(11.337)	(490.160)	(620.907)
Adições	37.656	211.690	21.335		270.681
Atualização monetária	31.020	20.110	13.722		64.852
Saldo de provisão	468.839	349.058	139.435	2.155.545	3.112.877
Depósitos judiciais	(154.469)	(82.305)	(15.694)		(252.468)
Saldo no final do exercício	314.370	266.753	123.741	2.155.545	2.860.409

(1) Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária de R\$2.015.075 e cível de R\$140.470, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.

(2) Reversão decorrente da alteração de probabilidade, cancelamento e/ou liquidação. O valor de R\$372.541 é referente ao cancelamento da multa do passivo contingente assumido da combinação de negócios com a Fibria, descrito na nota 20.2.1 (i).

20.1.1 Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 58 (32 em 31 de dezembro de 2023) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração.

20.1.2 Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1.178 (1.241 em 31 de dezembro de 2023) processos trabalhistas.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

20.1.3 Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 97 (76 em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis, ambientais e imobiliários.

Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2 Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributários e previdenciários ⁽¹⁾	9.493.177	9.308.107	9.837.082	9.775.068
Trabalhistas	138.422	162.596	171.480	194.883
Cíveis, ambientais e imobiliários ⁽¹⁾	4.525.251	3.942.878	5.065.714	4.462.964
	<u>14.156.850</u>	<u>13.413.581</u>	<u>15.074.276</u>	<u>14.432.915</u>

(1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.108.635 na controladora e no consolidado (R\$2.135.869 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com a Fibria, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

20.2.1 Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 673 processos tributários e previdenciários no total de R\$9.837.082 (733 processos no total de R\$9.775.068 em 31 de dezembro de 2023).

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, Contribuições Previdenciárias, ICMS, Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias:

- (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Permuta de ativos industriais e florestais: Trata-se de ação anulatória que visa a anulação de Processo Administrativo instaurado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, em decorrência da permuta de ativos realizada com a International Paper ("IP"). Em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela RFB, e, em janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), por voto de qualidade do Presidente do CARF, julgou a defesa da Companhia improcedente. A Companhia foi intimada da decisão em maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário. O processo encontra-se devidamente garantido. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Companhia e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Em dezembro de 2023, nos termos do 2º artigo da Lei nº 14.689/23, relacionada ao artigo 25, § 9º-A, do Decreto nº 70.235/72, as Certidões de Dívida Ativa foram retificadas de modo a cancelar definitivamente os valores relacionados a multa de ofício e seus encargos. Na opinião da Companhia e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível, exceto pelo provisionamento do valor equivalente ao passivo contingente assumido decorrente da combinação de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$1.688.690 (R\$1.630.537 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Trata-se de processo administrativo instaurado em outubro de 2023, decorrente de autos de infração de IRPJ e CSLL lavrados em face de Suzano S.A., relativamente ao ano-calendário de 2019. Imputam-se infrações sobre: (i) despesas indedutíveis; (ii) indevida dedução de despesas operacionais; (iii) lucros auferidos no exterior por empresa subsidiária; (iv) amortização de ágio; (v) falta de adição de gratificação paga a diretores à base de cálculo da CSLL, e (vi) prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia e o

recurso de ofício da Fazenda Nacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$920.628 (R\$845.164 em 31 de dezembro de 2023).

- (iii) Auto de infração - IRPJ/CSLL – Glosa da depreciação, amortização e exaustão – Período 2010: Em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$875.466 (R\$827.186 em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) Auto de infração – Créditos de IRPJ e CSLL: Em 05 de outubro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB visando a cobrança de créditos de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd. nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Companhia, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Companhia e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. A Companhia apresentou a defesa administrativa e, atualmente, por meio da Resolução nº 104000033, o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente aguarda-se a conclusão da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$609.548 (R\$563.723 em 31 de dezembro de 2023).
- (v) PIS/COFINS – Bens e Serviços – Período 2009 a 2011: Em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela RFB exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculados às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, foi interposto recurso especial pela Companhia, e foram admitidas determinadas divergências para apreciação da Câmara Superior de Recursos Fiscais (“CSRF”). A Fazenda Nacional também interpôs recurso especial à Câmara Superior. Atualmente, discute-se a liquidação parcial do acórdão, bem como aguarda-se o julgamento do recurso especial pela CSRF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$201.199 (R\$190.875 em 31 de dezembro de 2023).
- (vi) Auto de Infração – Tributação em bases universais – Período 2015: Em 3 de novembro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário de 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível. A Companhia apresentou a defesa administrativa. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente procedente. Em razão da decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário em 08 de junho de 2024, que foi julgado parcialmente procedente em 14 de maio de 2024, resultando no cancelamento da maior parte do auto de infração. Para a parcela residual, a Companhia apresentou Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$4.712 (R\$176.917 em 31 de dezembro de 2023).
- (vii) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (“ADENE”): Em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as

fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em face da sentença desfavorável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$150.869 (R\$143.912 em 31 de dezembro de 2023).

- (viii) Compensação – IRRF – Período 2000: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à RFB. Em abril de 2008, a RFB reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$125.489 (R\$120.871 em 31 de dezembro de 2023).
- (ix) IRPJ/CSLL - Homologação parcial – Período 1997: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à RFB. Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para a outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$122.319 (R\$117.130 em 31 de dezembro de 2023).
- (x) Auto de infração – IRPJ/CSLL: Processo administrativo exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Imputam-se infrações sobre (i) preços de transferência; e (ii) despesas indedutíveis. A Companhia apresentou impugnação em janeiro de 2020, a qual foi julgada parcialmente procedente. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o início da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$112.168 (R\$106.477 em 31 de dezembro de 2023).
- (xi) Auto de Infração – IRPJ e Saldo Negativo: Trata-se de Despacho Decisório que homologou parcialmente a compensação realizada pela Companhia, em razão da utilização de créditos proveniente de Saldo Negativo, oriundo de retenção na fonte, apurado no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada integralmente favorável aos seus interesses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há montante estimado de exposição em razão do desfecho favorável (R\$102.496 em 31 de dezembro de 2023).
- (xii) IRPJ/CSLL - Homologação parcial – Período 2000: Em 2024, a Companhia apresentou pedido de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano 2000, com débitos devidos à RFB. A RFB glosou integralmente o crédito tributário. Após apresentada a defesa e os recursos competentes, o processo se encerrou de maneira desfavorável para a Companhia na esfera administrativa. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") ajuizou execução fiscal para cobrança dos valores, ocasião em que a Companhia opôs os competentes embargos à execução fiscal, os quais foram parcialmente providos. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$101.654.

20.2.2 Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1.135 processos de natureza trabalhista, no total de R\$171.480 (1.034 processos no total de R\$194.883 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3 Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 201 processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$5.065.714 (219 processos no total de R\$4.462.964 em 31 de dezembro de 2023).

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se:

- (i) A Companhia está envolvida em 3 Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e, (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. As outras duas ACPs foram julgadas improcedentes e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Em dezembro 2024, os recursos repetitivos foram julgados pelo STJ no sentido de possibilitar a aplicação de dupla penalidade (administrativa e judicial), fixando tese autorizando a imposição de tutela inibitória e responsabilização civil. No momento, houve oposição de Embargos de Declaração pela União Comércio e pela CNT para destacar diversas lacunas e omissões identificadas no julgado.
- (ii) A Companhia demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente fora protegida por decisão liminar, a qual fora confirmada em sentença favorável à Companhia, com início do procedimento de liquidação de sentença pela Companhia. Contudo, em fase de apelação e em julgamento ampliado, houve acórdão desfavorável à Cia reconhecendo uma suposta nulidade incidental do cultivar, decisão está sujeita atualmente a embargos de declaração. Ressalta-se que, em paralelo, há também uma demanda na Justiça Federal em que o concorrente ajuizou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, não houve qualquer decisão neste processo determinando a nulidade ou restringindo o direito da Companhia.

21 PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir:

21.1 Planos de aposentadoria suplementar – contribuição definida

A Companhia possui um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir:

21.1.1 Suzano Prev

Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida.

Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.

As contribuições da Companhia ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS's, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.

A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia acompanhará as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.

O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício.

As contribuições realizadas pela Companhia, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$21.719, reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$18.342 em 31 de dezembro de 2023).

21.2 Planos de benefícios definidos

A Companhia oferece assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores mensurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir:

21.2.1 Assistência médica

A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes até completarem a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2 Seguro de vida

A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3 Movimentação do passivo atuarial

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	810.137	671.897	833.683	691.424
Juros sobre passivo atuarial	71.740	65.428	73.853	67.272
Custo do serviço corrente	69	22	1.997	1.959
(Ganho) / perda atuarial - experiência	(125)	57.765	(125)	57.765
(Ganho) / perda atuarial - hipóteses econômicas	(132.219)	70.282	(137.649)	70.762
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(49.917)	(55.257)	(50.199)	(55.499)
Saldo no final do exercício	699.684	810.137	721.560	833.683

21.2.4 Hipóteses atuariais econômicas e biométricas

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Econômicas		
Taxa de desconto – plano médico e seguro de vida	11,16% a.a.	9,14% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,86% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos: 1,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a.
	25 a 54 anos: 2,50% a.a.	25 a 54 anos: 2,50% a.a.
	55 a 79 anos: 4,50% a.a.	55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	Homens 4 anos + velhos e 90% casados	Homens 4 anos + velhos e 90% casados
Permanência no plano	100%	100%

21.2.5 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios demonstram o impacto no saldo consolidado:

	Taxa de desconto	Taxa de crescimento dos custos médicos
+0,50 %	691.494	+1,00 % 788.124

21.2.6 Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos são demonstrados a seguir:

	Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2025		53.601
2026		57.267
2027		60.995
2028		64.862
2029		68.645
2029 a 2034		397.704

22 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia concede aos membros da diretoria estatutária e não estatutária, colaboradores chave e os membros do Conselho de Administração ("Beneficiários") planos de incentivo de longo prazo baseados em ações, aprovados em Assembleia Geral com os objetivos de: (i) alinhar os interesses dos beneficiários aos interesses da Companhia e de seus acionistas, (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários a

conduzirem os negócios da Companhia de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos acionistas, e (iii) conceder um incentivo financeiro aos beneficiários.

Os planos concedidos pela Companhia são: (i) Plano de Outorga de Ações Fantasma ("Phantom Shares - PS"), liquidado em dinheiro e (ii) Plano de Outorga de Ações com Performance, liquidado em ações.

As características e os critérios de mensuração de cada plano estão divulgados a seguir:

22.1 Plano de ações fantasmas ("PS")

A quantidade de ações fantasmas a ser outorgada para cada beneficiário é calculada com base em montante financeiro.

O beneficiário somente poderá exercer os direitos às ações fantasmas, uma vez cumprido o período de carência, com duração de até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

A liquidação das ações fantasmas é efetuada em dinheiro, e o montante será calculado pela multiplicação da quantidade de ações outorgadas, pelo valor da ação mensurado com base na média da cotação dos últimos 90 (noventa) pregões.

Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, têm os seus valores justos mensurados ao término de cada período.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, durante o período de carência, perderão o direito de exercer as ações fantasmas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Ano da outorga	Valor justo na outorga	Quantidade de opções de ações									
		31/12/2023	Outorgadas/provisionadas	Canceladas	Exercidas (1)	31/12/2024	Disponíveis para realização	Carência a cumprir			
								2025	2026	2027	2028
2019	R\$42,81	39.461	903		(40.364)						
2020	R\$38,36	984.160	22.525	(204.963)	(768.338)	33.384	33.384				
2021	R\$62,15	1.724.020	39.387	(66.231)	(822.696)	874.480	425.280	449.200			
2022	R\$57,54	3.686.722	84.207	(286.478)	(23.014)	3.461.437		3.113.607	324.611	23.219	
2023	R\$48,79	3.294.062	74.647	(283.548)	(32.982)	3.052.179		28.333	2.721.535	302.311	
2024	R\$56,52		2.759.878	(81.947)	(2.914)	2.675.017			2.893	2.467.693	204.431
Quantidade de opções de ações		9.728.425	2.981.547	(923.167)	(1.690.308)	10.096.497	458.664	3.591.140	3.049.039	2.793.223	204.431
Valor contábil	268.489	173.486			(80.001)	361.974					
Valor contábil do exercício anterior	162.117	154.318			(47.946)	268.489					

(1) O preço médio das ações exercidas entre o período de 01/10 a 31/12/2024 foi de R\$42,36 (quarenta e dois reais e trinta e seis centavos) (R\$58,07 (cinquenta e oito reais e sete centavos) entre o período de 01/10 a 31/12/2023).

22.2 Plano de ações restritas ("Ações com Performance")

Cada ação com *performance* corresponde a 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser entregue ao beneficiário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste plano.

A obtenção dos direitos aos beneficiários está condicionada a: (i) permanência contínua dos beneficiários como administradores da Companhia durante o período de carência, (ii) atingimento das metas atribuídas nos programas e (iii) quaisquer outras condicionantes determinadas pelo Conselho de Administração em cada outorga realizada.

O período de carência pode durar até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

A quantidade de ações com *performance* a ser efetivamente entregue para cada beneficiário dependerá do atingimento das metas atreladas nos respectivos programas e contratos, e serão apuradas após o período de carência. Neste cálculo, também será considerado o *Total Shareholder Return* ("TSR"), que é um indicador utilizado para medir o desempenho das ações do grupo de empresas caracterizadas como competidoras da Suzano.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, antes do cumprimento das condições para a obtenção dos direitos, perderão o direito de exercer a opção das ações restritas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Ano da outorga	Valor justo na outorga	Quantidade de opções de ações							
		31/12/2023	Outorgadas/provisionadas	Exercidas	31/12/2024	Término do período de lockup			
						2025	2026	2027	2029
2021	R\$51,70	111.685	2.559	(114.244)					
2022	R\$53,81	113.161	2.639		115.800	115.800			
2023	R\$51,45	367.903	15.665		383.568		268.534	115.034	
2024	R\$55,27		3.371.612	(890.869)	2.480.743	337.465	220.540	302.738	1.620.000
Quantidade de opções de ações		592.749	3.392.475	(1.005.113)	2.980.111	453.265	489.074	417.772	1.620.000
Valor contábil		26.744	81.276	(47.794)	60.226				
Valor contábil do exercício anterior		18.425	8.319		26.744				

23 CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Combinação de negócios		
Facepa ⁽¹⁾	27.182	25.924
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ⁽²⁾	93.308	161.263
	120.490	187.187
Circulante	21.166	93.405
Não circulante	99.324	93.782

(1) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimento em março de 2028.

(2) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do US\$ e parcialmente atualizada pelo IPCA.

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Suzano era de R\$19.269.281 dividido em 1.264.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com oferta pública foram de R\$33.735, totalizando um capital social líquido de R\$19.235.546. A composição do capital social é apresentada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Acionistas controladores				
Suzano Holding S.A.	367.612.329	29,08%	367.612.329	27,76%
Controladores	196.065.636	15,51%	196.065.636	14,81%
Administradores e pessoas vinculadas	32.784.440	2,59%	32.105.783	2,42%
Alden Fundo de Investimento em Ações	26.154.744	2,07%	26.154.744	1,98%
	622.617.149	49,25%	621.938.492	46,97%
Tesouraria (nota 24.2)	24.875.787	1,97%	34.765.600	2,63%
Outros acionistas	616.624.679	48,78%	667.413.523	50,40%
	<u>1.264.117.615</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.324.117.615</u>	<u>100,00%</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as ações ordinárias SUZB3 foram cotadas a R\$61,78 e em 31 de dezembro de 2023 a R\$55,63.

Em 25 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$10.000.000, conforme descrito na nota 1.2.4.

24.2 Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre:

- (i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76, ou
- (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado ("GCO") da Companhia no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

Em 04 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R\$2.500.000, conforme descrito na nota 1.2.8.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios em consonância ao item (ii) acima, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>
EBITDA Contábil	19.537.398
Ajustes ao EBITDA	(1.264.428)
EBTIDA Ajustado	18.272.970
Capex Manutenção (Sustain)	(6.706.367)
GCO = EBTIDA Ajustado - Capex Manutenção	11.566.603
Dividendos (10%) - Art. 26º, "c" do Estatuto Social	1.156.660
Juros sobre capital próprio distribuído e dividendos	1.500.000
Imposto de renda retido na fonte	(190.119)
Juros sobre capital próprio distribuído a maior ⁽¹⁾	(153.221)

(1) Considerando que a distribuição de juros sobre capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ultrapassou os dividendos mínimos obrigatórios, não está prevista a deliberação de dividendos adicionais.

24.3 Reservas

24.3.1 Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

24.3.2 Reservas de lucros

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$1.847.109 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R\$1.847.109.
- (ii) aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e aos dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo

dessa reserva é de R\$2.807.632 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R\$15.670.952.

- (iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$1.847.109 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R\$1.887.576.
- (iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, a Companhia destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo esta parcela excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante dessa reserva é de R\$1.319.908, enquanto em 31 de dezembro de 2023, o saldo correspondia a R\$998.237. Este acréscimo pode ser explicado pela reserva referente aos benefícios de Lucro da Exploração (nota 12.3) e Reinvestimento. O Lucro da Exploração, aplicável às unidades fabris dos estados do Espírito Santo, Maranhão e Bahia (sob aval da Sudene), além da fábrica em Belém do Pará (sob aval da Sudam), contribui com uma constituição de reserva de R\$299.515 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No que tange ao incentivo de Reinvestimento, utilizado apenas para as unidades de Aracruz (ES), Mucuri (BA) e Imperatriz (MA), presentes na região sob administração da Sudene, a utilização do benefício reflete em um acréscimo de R\$14.574 à reserva do exercício. Com relação ao incentivo fiscal subvenção para investimento, em conformidade com a Lei nº 14.789/2023, a Companhia realizou a tributação dos resultados equivalentes a esses montantes, não havendo constituição de reserva para este incentivo fiscal relativo ao exercício corrente, apenas a constituição de R\$7.582, referente ao benefício do exercício anterior, no regramento prévio a Lei nº 14.789/2023.
- (v) reserva de investimentos: constituída de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07, a retenção de lucros é realizada com base em um orçamento de capital. Essa prática visa atender às necessidades do plano de investimentos da Companhia, previamente aprovado em Assembleia Geral Ordinária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia absorveu o prejuízo do exercício no montante de R\$(7.315.184), encerrando o exercício findo em 2024 com o saldo de R\$5.157.140, e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R\$14.972.324.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Perdas atuariais	Efeito do valor justo de ativos financeiros	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(45.746)	(144.799)	2.163	3.218	1.904.680	1.719.516
Perda atuarial		(84.828)				(84.828)
Perda na conversão do ativo financeiro a valor justo			(865)			(865)
Ganho na conversão de operações no exterior				5.178		5.178
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(100.705)	(100.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(45.746)	(229.627)	1.298	8.396	1.803.975	1.538.296
Ganho atuarial		90.931				90.931
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente			(364.231)			(364.231)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior				163.185		163.185
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL					(79.385)	(79.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(45.746)	(138.696)	(362.933)	171.580	1.724.590	1.348.796

24.5 Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 24.875.787 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria (34.765.600 em 31 de dezembro de 2023), com custo médio de R\$53,84 por ação, com valor histórico de R\$1.339.197 (R\$1.484.014 em 31 de dezembro de 2023) e de mercado correspondente à R\$1.536.826 (R\$1.934.010 em 31 de dezembro de 2023).

Em 26 de janeiro de 2024, foram canceladas 20.000.000 de ações ordinárias mantidas em tesouraria. Adicionalmente, em 9 de agosto de 2024, foram canceladas mais 40.000.000 de ações ordinárias mantidas em tesouraria, conforme descrito na nota 1.2.3. Na mesma data, a Companhia deliberou sobre um novo programa de recompra de ações, no qual poderá adquirir até 40.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, com prazo máximo para realização de 18 meses, encerrando em 9 de fevereiro de 2026, das quais já foram recompradas 11.115.300 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.911.569	40,84	2.120.324	2.504.214
Recompra	20.000.000	44,05	880.914	880.914
Canceladas	(37.145.969)	40,84	(1.517.224)	(1.570.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.765.600	42,69	1.484.014	1.934.010
Exercidas (nota 22.2)	(1.005.113)	47,55	(47.794)	(54.213)
Recompra	51.115.300	54,91	2.806.764	2.806.764
Canceladas	(60.000.000)	48,40	(2.903.787)	(3.238.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.875.787	53,84	1.339.197	1.536.826

24.6 Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do Resultado		Saldo de reservas	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(79.385)	(100.705)		
Reserva de incentivos fiscais		321.671	118.959	1.319.908	998.237
Reserva legal	20,00%		443.010	1.847.109	1.847.109
Reserva para aumento de capital	80,00%		10.911.226	2.807.632	15.670.952
Reserva estatutária especial	20,00%		1.212.358	1.847.109	1.887.576
Reserva de investimentos		(7.315.184)		5.157.140	14.972.324
Reserva de capital				60.226	26.744
Dividendos prescritos		(1.300)			
Juros sobre capital próprio			1.500.000		
		<u>(7.074.198)</u>	<u>14.084.848</u>	<u>13.039.124</u>	<u>35.402.942</u>

25 RESULTADO POR AÇÃO

25.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(7.074.198)	14.084.848
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício – em milhares	1.289.637	1.330.020
Média ponderada das ações em tesouraria – em milhares	(24.836)	(32.827)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação – em milhares	1.264.801	1.297.193
Resultado básico por ação ordinária - R\$	(5,59313)	10,85794

25.2 Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(7.074.198)	14.084.848
Quantidade média ponderada de ações em circulação no período (exceto ações em tesouraria) – em milhares	1.264.801	1.297.193
Número médio de ações potenciais (opções de compra de ações) – em milhares		487
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) – em milhares	1.264.801	1.297.680
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	(5,59313)	10,85387

O número médio de ações ordinárias potenciais diluidoras (opção de compra de ação) é de 2.980 mil ações. Em razão do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

26 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(849.611)	(461.096)	(4.453.739)	(3.636.730)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(3.727.337)	(3.391.952)		
Amortização de custos de transação, ágio e deságio ⁽²⁾	(26.978)	(21.634)	(80.099)	(67.353)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento ⁽³⁾	(446.162)	(435.649)	(451.148)	(441.596)
Outras	(215.692)	(296.527)	(556.917)	(513.483)
	<u>(5.265.780)</u>	<u>(4.606.858)</u>	<u>(5.541.903)</u>	<u>(4.659.162)</u>
Receitas financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.170.248	724.210	1.598.111	1.668.408
Juros sobre outros ativos	114.461	155.943	139.323	157.241
	<u>1.284.709</u>	<u>880.153</u>	<u>1.737.434</u>	<u>1.825.649</u>
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	2.669.394	10.149.730	2.669.394	10.149.730
Despesas	(11.775.637)	(4.622.774)	(11.782.077)	(4.623.016)
	<u>(9.106.243)</u>	<u>5.526.956</u>	<u>(9.112.683)</u>	<u>5.526.714</u>
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.627.478)	(219.600)	(17.728.324)	4.185.675
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(15.125.594)	4.368.033		
Arrendamento	(596.258)	175.413	(613.124)	180.112
Outros ativos e passivos ⁽⁴⁾	586.545	120.129	2.456.455	(1.278.060)
	<u>(16.762.785)</u>	<u>4.443.975</u>	<u>(15.884.993)</u>	<u>3.087.727</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(29.850.099)</u>	<u>6.244.226</u>	<u>(28.802.145)</u>	<u>5.780.928</u>

(1) Exclui R\$959.968 na controladora e no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do Projeto Cerrado (R\$1.160.364 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

(2) Em 31 de dezembro de 2023, no consolidado, foram reconhecidos diretamente no resultado o saldo de R\$19 referente aos custos de transação com empréstimos e financiamentos.

(3) Inclui R\$245.318 na controladora e R\$249.135 no consolidado (R\$221.126 na controladora e R\$223.055 no consolidado em 31 de dezembro de 2023), referente à reclassificação para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

(4) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

27 RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	46.763.864	30.922.263	57.017.142	47.601.020
Deduções				
Devoluções e cancelamentos	(233.815)	(115.751)	(234.643)	(155.950)
Descontos e abatimentos	(504.021)	(323.182)	(6.936.630)	(5.526.032)
	46.026.028	30.483.330	49.845.869	41.919.038
Impostos sobre vendas	(2.440.814)	(2.036.039)	(2.442.587)	(2.163.463)
Receita líquida	43.585.214	28.447.291	47.403.282	39.755.575

28 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

28.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio por meio do EBITDA Ajustado. A Companhia revisou a nota de segmento para apresentar o EBITDA Ajustado como sua medida de desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- (i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo.
- (ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão substancialmente localizados no Brasil.

28.2 Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	37.593.462	9.809.820	47.403.282
Mercado interno (Brasil)	2.295.258	7.278.586	9.573.844
Mercado externo	35.298.204	2.531.234	37.829.438
Ásia	15.760.800	24.767	15.785.567
Europa	11.895.394	355.784	12.251.178
América do Norte	6.965.731	914.234	7.879.965
América do Sul e Central	670.157	1.179.840	1.849.997
África	6.122	56.608	62.730
Custo dos Produtos Vendidos	(21.261.705)	(6.139.822)	(27.401.527)
EBITDA Ajustado	20.866.160	2.983.040	23.849.200
Ajustes ao EBITDA (*)			1.065.887
Depreciação, exaustão e amortização			(9.223.995)
Resultado financeiro			(28.802.145)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			(13.111.053)

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	30.677.265	9.078.310	39.755.575
Mercado interno (Brasil)	2.144.199	6.719.093	8.863.292
Mercado externo	28.533.066	2.359.217	30.892.283
Ásia	13.588.032	72.133	13.660.165
Europa	8.701.141	302.131	9.003.272
América do Norte	5.682.010	476.429	6.158.439
América do Sul e Central	558.601	1.437.181	1.995.782
África	3.282	71.343	74.625
Custo dos Produtos Vendidos	(19.694.674)	(5.382.001)	(25.076.675)
EBITDA Ajustado	15.194.660	3.078.310	18.272.970
Ajustes ao EBITDA (*)			1.264.428
Depreciação, exaustão e amortização			(7.321.110)
Resultado financeiro			5.780.928
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			17.997.216

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
(*) Ajustes ao EBITDA		
Atualização do valor justo do ativo biológico	1.431.532	1.989.831
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico	(169.284)	(232.143)
Reversão (provisão) na perda de crédito de ICMS	(130.726)	(348.628)
Outros ⁽¹⁾	(65.635)	(144.632)
	1.065.887	1.264.428

(1) Inclui itens com ajustes específicos, não caixa e excepcionais, como: i) baixa de inventário de madeira, ii) créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, iii) doações para catástrofes e pandemias, iv) equivalência patrimonial, v) extinção da linha de negócio de embalagens, vi) multas e distrato de contratos, vii) gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios, e viii) perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento.

28.3 Receita líquida por produto

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos		
Celulose de mercado ⁽¹⁾	37.593.462	30.677.265
Papel para impressão e escrita ⁽²⁾	8.478.489	7.567.320
Papel cartão	1.270.872	1.417.075
Outros	60.459	93.915
	47.403.282	39.755.575

(1) A receita líquida da celulose fluff representa 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,8% em 31 de dezembro de 2023).

(2) A receita líquida de tissue representa 5,8% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (5,1% em 31 de dezembro de 2023).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países, representando 36,92% e 16,08%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (China e EUA representaram 41,36% e 15,32%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Argentina e Estados Unidos da América são os principais países, representando 10,96% e 22,50%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Argentina e EUA representaram 23,68% e 19,49%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

28.4 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrentes de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ágios e são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Celulose	7.897.051	7.897.051
Papel	290.191	290.191
	<u>8.187.242</u>	<u>8.187.242</u>

29 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos produtos vendidos ⁽¹⁾				
Gastos com pessoal	(1.597.022)	(1.304.217)	(1.741.347)	(1.450.428)
Custos com matérias-primas, materiais e serviços	(10.815.001)	(10.171.683)	(11.468.545)	(10.981.883)
Custos logísticos	(4.010.199)	(3.198.270)	(5.186.872)	(4.341.369)
Depreciação, exaustão e amortização	(7.823.467)	(6.299.378)	(8.135.016)	(6.718.474)
Outros ⁽²⁾	(1.987.444)	(493.716)	(869.747)	(1.584.521)
	<u>(26.233.133)</u>	<u>(21.467.264)</u>	<u>(27.401.527)</u>	<u>(25.076.675)</u>
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(217.853)	(171.529)	(330.178)	(281.673)
Serviços	(197.931)	(132.434)	(247.585)	(173.494)
Despesas com logística	(538.970)	(397.896)	(1.288.670)	(1.067.031)
Depreciação e amortização	(953.268)	(949.395)	(955.201)	(952.033)
Outros ⁽³⁾	(95.706)	(93.368)	(116.913)	(122.146)
	<u>(2.003.728)</u>	<u>(1.744.622)</u>	<u>(2.938.547)</u>	<u>(2.596.377)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(1.421.094)	(969.687)	(1.661.843)	(1.172.538)
Serviços	(383.297)	(315.703)	(503.086)	(406.001)
Depreciação e amortização	(113.806)	(97.900)	(143.600)	(118.771)
Outros ⁽⁴⁾	(226.870)	(176.582)	(311.315)	(225.918)
	<u>(2.145.067)</u>	<u>(1.559.872)</u>	<u>(2.619.844)</u>	<u>(1.923.228)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Aluguéis e arrendamentos	2.180	3.971	2.188	3.971
Resultado na venda de outros produtos, líquido	(28.457)	(10.664)	77.817	79.046
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados, intangíveis e biológicos, líquido	(157.278)	(327.726)	(163.033)	(331.285)
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	1.399.808	1.945.760	1.431.530	1.989.831
Depreciação, amortização e outras realizações de PPA ⁽⁵⁾	(54.619)	393.091	9.822	468.168
Provisão para passivos judiciais	(145.422)	(159.517)	(148.952)	(167.563)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(5.287)</u>	<u>(26.728)</u>	<u>52.201</u>	<u>34.204</u>
	<u><u>1.010.925</u></u>	<u><u>1.818.187</u></u>	<u><u>1.261.573</u></u>	<u><u>2.076.372</u></u>

(1) Inclui R\$587.345 referentes aos gastos com parada de manutenção (R\$650.592 em 31 de dezembro de 2023).

(2) O efeito da eliminação do lucro dos estoques a realizar nas vendas da controladora para suas controladas, que é ajustado nas demonstrações consolidadas, também foi ajustado no resultado individual da controladora, para manter o patrimônio líquido igual entre controladora e consolidado, com reflexo em outros passivos circulantes (R\$1.176.662 em 31 de dezembro de 2024 e R\$(620.372) em 31 de dezembro de 2023).

(3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.

(4) Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem.

(5) No consolidado refere-se, substancialmente, a baixa de passivos contingentes assumidos no PPA da Fibria, conforme nota 20.1.

30 COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$6.192.300. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$123.846 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes. A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$60.000 e internacional no montante de US\$75.000, equivalente a R\$464.423, com vigência até novembro de 2025, com renovação prevista para um período de 18 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

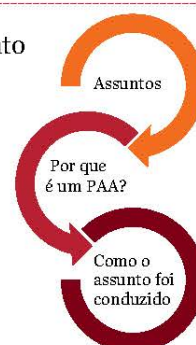
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000, www.pwc.com.br



Suzano S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.15 e 13) Os ativos biológicos da Companhia e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, menos as despesas de venda necessárias para colocar o ativo em condições de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2024, esses valores eram de R\$ 21.523.239 mil (controladora) e de R\$ 22.283.001 mil (consolidado). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e, principalmente, o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões. Este é um assunto que permanece sob atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e a totalidade e acuracidade dos dados utilizados no cálculo. Com apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos e internos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo. Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados. Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil foram atendidos.



Suzano S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Passivos judiciais tributários, previdenciários e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (Notas 3.2.19, 3.2.22 e 20)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Especialmente nos casos de natureza tributária, previdenciária e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, tratam-se de divergências na interpretação de leis, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, no montante de R\$ 2.335.662 mil (consolidado), líquido dos depósitos judiciais, e divulga aqueles considerados como incertos, com risco de materialização não provável, no montante de R\$ 9.837.082 mil (consolidado).

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolve julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração. Por essa razão, mantivemos esse tema como uma área de foco de nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários e previdenciários e das incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e a opinião de especialistas externos contratados, bem como avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração e o prognóstico de perda determinado pela Companhia e suas controladas.

Obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial.

Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.

Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com nosso entendimento sobre os objetos das disputas judiciais, bem como com os valores e as divulgações incluídas nas notas explicativas.



Suzano S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Suzano S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como



Suzano S.A.

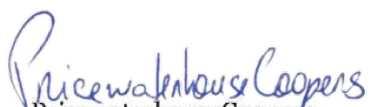
base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Signed By: DANIEL VINÍCIUS FUMO/22714057818
CPF: 22714057818
Signing Time: 12 February 2025 17:44 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretariat da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC-SERASA-RFB-V3


Daniel Vinícius Fumo
Contador CRC 1SP256197/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião iniciada em 10 de fevereiro e concluída em 12 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

Eraldo Soares Peçanha
Membro

Luiz Augusto Marques Paes
Membro

Rubens Barletta
Membro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Suzano S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

De acordo com o seu Regimento Interno e o Estatuto Social da Companhia, o CAE funcionará em caráter permanente, reportará ao Conselho de Administração e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo: (i) pelo menos um dos membros do CAE ser também membro independente do Conselho; (ii) ao menos um dos membros do CAE ter comprovada capacitação em finanças ("financial literacy"), conforme estabelecido neste Regimento e na legislação aplicável (especialmente na Seção 10A do "Securities Exchange Act de 1934" e respectivas regras) e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados valores mobiliários da Companhia; (iii) todos os membros atender aos requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

Atualmente, o CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo a última eleição realizada em 09 de maio de 2024, ou seja, todos os membros possuem mandato válido até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. A maioria dos membros é independente. São membros do CAE, o Sr. Paulo Rogerio Caffarelli atua como coordenador e integra também o Conselho de Administração da Companhia, juntamente com a Sra. Ana Paula Pessoa e o Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE, dentre outras funções, revisar, supervisionar e zelar (i) pela qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) avaliar, em conjunto com os auditores independentes as políticas e práticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (iv) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a Política de Alçadas da Companhia (v) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (vi) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 12 de fevereiro de 2025, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela recomendação de aceitação ou rejeição do plano anual de auditoria interna, que posteriormente é aprovado pelo Conselho de Administração, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e ainda é responsável pela revisão da estrutura organizacional e qualificações dos membros da Auditoria Interna, e resultados alcançados no desenvolvimento de suas funções. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a

cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo CAE

O CAE reuniu-se 8 (oito) vezes, sendo 5 (cinco) ordinariamente e 3 (três) vezes extraordinariamente no período de fevereiro de 2024 a fevereiro de 2025. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- i. reuniões individuais com a Auditoria Interna e Auditoria Externa para acompanhamento dos principais assuntos relacionados aos trabalhos do ano vigente, mantendo a independência e reforçando a transparência do processo;
- ii. agendas individuais com o CEO e CFO e demais administradores para alinhamento e acompanhamento de assuntos estratégicos para o comitê;
- iii. aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução;
- iv. conhecimento e acompanhamento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- v. monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, Compliance e Ouvidoria;
- vi. análise do processo de certificação dos Controles Internos (Sarbanes-Oxley SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
- vii. análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- viii. acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- ix. acompanhamento do programa de Compliance da Companhia e as ações mitigatórias;
- x. acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos da companhia e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão. Deep dive dos principais riscos monitorados pela companhia com acompanhamento do grau de risco e entrega dos planos de mitigação, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;
- xi. acompanhamento da evolução do programa de cybersegurança durante o exercício de 2024;
- xii. acompanhamento dos principais indicadores de enquadramento das políticas financeiras da companhia e dos indicadores de atingimento das principais metas ESG atreladas a contratos financeiros;
- xiii. análise das provisões e contingências judiciais, bem como acompanhamento de temas jurídicos como Reforma Tributária, exaustão incentivada e fiscalizações Receita Federal do Brasil;
- xiv. revisão e recomendação de aprovação pelo Conselho de Administração de políticas corporativas, como Política de Gestão de Riscos, Partes Relacionadas, Política Anticorrupção, Código de Ética;

- xv. acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- xvi. reuniões com os atuais auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em diversos momentos, para discussão das ITRs submetidas à sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados; e
- xvii. atenção às transações com partes relacionadas com a sua recomendação para aprovação pelo CA, aos critérios adotados para avaliação do valor justo do ativo biológico e aos critérios adotados nas demais estimativas contábeis com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações.

Os temas acima foram submetidos à apreciação e ou aprovação de outros órgãos da administração inclusive do Conselho de Administração conforme estatuto e regimentos internos da Companhia.

Conclusão

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

Paulo Rogerio Caffarelli
Coordenador

Ana Paula Pessoa
Membro

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso VIII do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

Paulo Rogerio Caffarelli
Coordenador

Ana Paula Pessoa
Membro

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:

- i. revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e
- ii. revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025.

João Alberto Fernandez de Abreu
Diretor Presidente

Marcos Moreno Chagas Assumpção
Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Aires Galhardo
Vice-Presidente Executivo de Operação Celulose, Engenharia e Energia

Carlos Aníbal de Almeida Jr.
Vice-Presidente Executivo de Florestal e Suprimentos

Fernando de Lellis Garcia Bertolucci
Vice-Presidente Executivo de Sustentabilidade e Inovação

Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi
Vice-Presidente Executivo de Comercial e Logística Celulose

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

A celebração do centenário da companhia no início de 2024, um marco histórico, foi a primeira das diversas conquistas realizadas ao longo do ano. O período também foi marcado por mudanças na liderança da Suzano, especialmente pela transição de Walter Schalka da posição de CEO para o Conselho de Administração e a chegada de Beto Abreu como novo CEO, bem como, ao final do ano, com Marcos Assumpção assumindo a posição de CFO, anteriormente ocupada por Marcelo Bacci.

Com uma clara e bem definida estratégia de negócio de longo prazo, a Suzano concretizou avanços relevantes ao longo do ano. A conclusão do projeto Cerrado, com a consequente entrada em operação da nova fábrica de Ribas do Rio Pardo no Mato Grosso do Sul e a execução de sua curva de aprendizado em tempo recorde na indústria global de P&P, foi o maior destaque de 2024 no âmbito das avenidas estratégicas “Ser best-in-class na visão de custo total de celulose” e “Manter a relevância em celulose, via bons projetos”. Tal desempenho evidencia, mais uma vez, a capacidade da Companhia de gerir e entregar projetos complexos no prazo e no orçamento previstos. A nova planta representa para a empresa um novo patamar de competitividade, escala, geração de caixa e desempenho ambiental de seu negócio. Tão importante quanto, representa também um avanço relevante nas dimensões econômica e social para a cidade de Ribas do Rio Pardo e comunidades do entorno, ao participarem direta e indiretamente da nova dinâmica estrutural da região com a entrada em operação da maior fábrica de celulose em linha única do mundo, cuja produção anual é de 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, também concluímos a compra de 70k ha de terras e 50k ha de área útil com potencial florestal da BTG próximo a nossa fábrica no Mato Grosso do Sul, reforçando a avenida estratégica “ser best-in-class na visão de custo total de celulose”.

Em 2024, a Suzano ampliou sua plataforma de negócios no mercado internacional. No contexto da avenida estratégica “Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva”, foi concluída, ao final do ano, a aquisição de duas fábricas da Pactiv Evergreen, localizadas nas cidades de Pine Bluff, Arkansas, e Waynesville, Carolina do Norte, ambas nos Estados Unidos da América, com capacidade total integrada de aproximadamente 420.000 toneladas por ano de papelcartão. Esta aquisição marca a entrada da Suzano no mercado de embalagens norte-americano. Outra transação relevante do ano representou a entrada da Suzano no mercado têxtil no escopo da avenida “Ser arrojado na expansão em Novos Mercados”, com a aquisição de 15% das ações da Lenzing AG, companhia austríaca especializada na produção de fibras de celulose à base de madeira.

Ainda na avenida estratégica “Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva”, anunciamos ao final de 2024 a antecipação do *start-up* da fábrica de papéis sanitários em Aracruz (ES), que tinha início previsto para 2026, e passa a ser previsto para o quarto trimestre de 2025.

No que se refere ao desempenho operacional, observou-se em 2024, na unidade de negócio de celulose, uma recuperação de preços na primeira metade do ano, seguida de uma deterioração das condições de mercado a partir do terceiro trimestre, no contexto de novas capacidades entrantes no Brasil e na Ásia. Ainda assim, devido à menor volatilidade ocorrida ao longo do ano, o preço médio de celulose foi 7% maior em relação a 2023. Tal dinâmica, associada ao volume recorde vendido no período com a entrada em operação da nova fábrica de Ribas do Rio Pardo, fez com que o EBITDA ajustado da unidade de negócio de celulose atingisse R\$ 20,9 bilhões, representando um aumento de 37% em relação ao ano anterior. Por sua vez, a unidade de negócio de papel e embalagem apresentou resultados praticamente estáveis no período quando comparados ao ano anterior. Como resultado, o EBITDA ajustado consolidado de 2024 da companhia atingiu R\$ 23,8 bilhões, registrando um crescimento de 31% sobre 2023.

Além do forte ciclo de investimentos, a disciplina na alocação de capital da companhia contemplou, em 2024, um montante total de R\$ 4,3 bilhões em remuneração ao acionista, sobretudo pela conclusão do 4º programa de recompra de ações e execução parcial do 5º programa consecutivo de recompra de ações, que totalizou 51.115.300 ações recompradas no ano ao preço médio de R\$ 54,88/ação. Não obstante, o compromisso da Suzano com sua política financeira foi mais uma vez evidenciado pela trajetória de queda da alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda em dólar, que atingiu, ao final do ano, 2,9x.

Atravessamos 2024 superando desafios, celebrando conquistas e focados na geração de valor para todas as nossas partes interessadas. Agradecemos especialmente aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, aos acionistas e credores pela confiança, e aos nossos clientes e fornecedores pelo apoio contínuo. Encerramos o primeiro século plantando as sementes dos próximos 100 anos da companhia, motivados e atuantes em relação à nossa responsabilidade com as pessoas e o planeta.

2024

A Diretoria.

VISÃO GERAL

A Suzano tem o compromisso de ser referência global no desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta seus produtos para mais de 100 países, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. Com o *start-up* da nova planta de Ribas do Rio Pardo, as operações contemplam quatorze fábricas, incluindo a joint operation Veracel, com capacidade instalada de 13,4 milhões de toneladas de celulose de mercado, 1,7 milhão de toneladas de papéis e 280 mil toneladas de bens de consumo por ano. A nova Unidade de Ribas do Rio Pardo teve seu início em 21 de julho, apresentando eficiência acima do esperado e concluindo sua curva de aprendizado ainda em 2024, antes do previsto pela Companhia, e já contribuiu com a redução do custo caixa consolidado no ano.

Ao final de 2024 a Companhia possuía mais de 56 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 100 anos em soluções inovadoras e sustentáveis a partir do plantio de árvores.

INOVAÇÃO

Em 2024, a Companhia se destacou ao impulsionar suas avenidas estratégicas e avançar em direção aos compromissos de "Renovar a vida a partir da árvore". A Diretoria de Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação apostou em um portfólio diversificado e avançado, garantindo a sustentabilidade das florestas e operações. Esse movimento reforçou a imagem da empresa como uma líder inovadora e comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O departamento de seleção genética da Suzano recomendou 51 materiais genéticos para plantio operacional no ano de 2025, apresentando ganhos de recomendação, comparado com o do ano de 2024, tanto nos indicadores IMA e IMACel (Incremento Médio Anual e Incremento Médio Anual de Celulose por hectare por ano). Os ganhos de produtividade foram estimados pelo Tetrys (The Eucalyptus Tree Reliable Yield System) - otimizador dos cenários de alocação clonal da Suzano. A implantação de um Viveiro de Transição é uma novidade revolucionária introduzida pela Suzano no mundo florestal, criado para produzir mudas de clones potenciais em larga escala. Em 2024, os Viveiros de Transição começaram a operar, resultando na produção de mais de 320 mil mudas e 17 novos clones potenciais. O melhoramento genético também deu um salto com uma técnica inovadora chamada *Speed Breeding*, que está revolucionando o desenvolvimento clonal, reduzindo o ciclo de melhoramento para gerar novos clones de 21 para 7 anos.

Ao longo do ano a FuturaGene obteve três novas aprovações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para o uso comercial de eucaliptos geneticamente modificados (GM). A empresa já havia recebido oito aprovações anteriores, destinadas ao aumento de produtividade, à tolerância a herbicida, à resistência a insetos e à combinação de duas dessas características. A empresa agora possui um total de onze aprovações para eucaliptos geneticamente modificados (GM). As novas aprovações obtidas em 2024 foram para eucalipto GM combinando três características previamente mencionadas em um único eucalipto. Como resultado, a empresa agora possui onze aprovações para eucaliptos GM. As variedades de eucalipto GM recém-aprovadas serão integradas ao programa de melhoramento genético da Suzano e passarão por testes extensivos em diversas condições ambientais, de forma semelhante às variedades anteriormente aprovadas.

No negócio de Celulose, fortalecemos o avanço da estratégia Fiber-to-Fiber, principalmente para a produção de papel tissue.

Em Biorrefinaria, o ano de 2024 foi histórico para a Ecolig (lignina produzida pela Suzano), com a venda da capacidade total da planta (20 mil toneladas) e a fidelização de clientes estratégicos. Esse resultado foi fruto de diversos desenvolvimentos que permitiram diversificar o portfólio de aplicações homologadas, tais como a aplicação de lignina em resinas fenólicas para painéis de madeira, em que a Ecolig substitui parcialmente compostos fenólicos de origem fóssil.

Em 2024, os projetos em Papel e Embalagens focaram na substituição de produtos fósseis e no uso de aparas de papel. A Linha Greenpack® lançou gramaturas certificadas para alimentos. A linha Bluecup Bio® trouxe soluções biodegradáveis para líquidos quentes.

Nos projetos desenvolvidos pela área de Bens de Consumo, foi lançada a Linha Max Professional, que incluiu opções de papel toalha e higiênico para o segmento econômico, com qualidade e performance superiores à média do mercado. Também foi lançado o Neve Ultracomfort, primeiro papel higiênico Neve 4 folhas com exclusiva tecnologia de colagem que garante máxima performance ao consumidor, inaugurando a 4ª geração de papéis no mercado nacional. Foi apresentada ao mercado a linha de Sabonetes Mimmo, como forma de aumentar o posicionamento e competitividade no mercado de Professional.

Em Gestão da Inovação, a prospecção orientada de instrumentos de fomento resultou em um valor recorde superior a R\$ 200 milhões, considerando a renúncia fiscal via Lei do Bem, projetos de P&D contratados com fomento da EMBRAPPII, FUNDECT MS e SENAI e financiamento BNDES Mais Inovação. Houve avanços significativos na regularização de produtos perante a ANVISA. Em propriedade intelectual, duas iniciativas foram conduzidas: a internalização de 100% da redação dos pedidos de patentes e das petições de oposição, e revisão do portfólio patentes e cultivares.

Como destaque do desempenho notável da Suzano em Inovação, vale citar os prêmios de inovação em 2024, conquistando o 1º lugar na categoria Papel e Celulose pelo 4º ano consecutivo e o 2º lugar no ranking nacional no Prêmio Valor Inovação Brasil, além de vencer na categoria P&D (Inovação) no Prêmio Destaques do Setor ABTCP.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

Ao longo de 2024, o mercado de celulose de fibra curta foi influenciado por eventos não programados, novas capacidades de produção e mudanças nas condições econômicas globais. O ano começou com uma produção de papel acima das expectativas e baixos estoques de celulose, resultando em uma oferta inferior à demanda e fundamentos favoráveis para o aumento de preços. Com o passar dos meses, observou-se uma normalização gradual da oferta fomentada pela entrada de novas capacidades, apesar de paradas não planejadas. A substituição de fibra longa por fibra curta foi uma tendência marcante que ganhou ainda mais tração nos últimos meses do ano devido ao aumento do *spread* entre os preços dessas fibras.

Na China, o ano iniciou com uma alta produção de papel de todos os segmentos, porém com margens apertadas dos papeleiros, que enfrentaram dificuldades para repassar os aumentos de preço da celulose. No segundo semestre, a entrada de novos projetos, como a Unidade de Ribas do Rio Pardo da Suzano e Liansheng na China, somados a uma normalização da oferta com redução de paradas não planejadas, resultou em uma maior disponibilidade de fibra curta, o que, adicionado às margens pressionadas dos papeleiros, acarretou na diminuição da demanda na China e na redução dos preços a partir de agosto. No final do ano, houve uma regularização da demanda devido ao forte ritmo de produção de papel e melhora das margens dos produtores de papel, que conseguiram aumentar os preços de produto acabado devido à saída temporária do mercado de um grande produtor integrado de papelcartão e papéis de imprimir e escrever.

No mercado europeu, o consumo de fibra curta foi influenciado por fatores sazonais e pela crise no Mar Vermelho, que afetou a importação de produtos de papel acabado incentivando a produção local de papel que, por sua vez, impulsionou a demanda de celulose na região. Após o primeiro semestre, no qual a demanda de celulose na Europa superou as expectativas, houve uma redução durante o verão europeu, em consonância com a sazonalidade histórica. Posteriormente, a demanda retornou nos últimos meses do ano devido à substituição de fibra longa por fibra curta. Na América do Norte, o mercado de papéis sanitários permaneceu saudável ao longo do ano, apesar das incertezas econômicas e da inflação.

No que concerne à oferta de celulose, 2024 foi um ano de normalização gradual após um início pautado pela restrição de oferta por greves na Finlândia e no Chile, terremoto em Taiwan, enchentes no sul do Brasil e acidentes em instalações na Finlândia e Indonésia. A entrada de novas capacidades no Brasil e na China, juntamente com a resolução de greves e a redução das chuvas no Rio Grande do Sul, contribuiu para uma maior disponibilidade de celulose no mercado no segundo semestre.

Para 2025, a prioridade da Suzano será continuar focando no alto nível de serviço a seus clientes globalmente e impulsionando a substituição de fibras, em linha com sua estratégia comercial. A expectativa é que o mercado continue a se adaptar às novas capacidades que entraram durante 2024 e que a demanda de fibra curta continue em crescimento, também impulsionada pelo movimento de substituição de fibras em continuação à tendência verificada nos últimos anos de menor disponibilidade de fibra longa.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL E EMBALAGEM

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou um crescimento de 3% nos onze primeiros meses de 2024 na comparação com o mesmo período de 2023. As vendas de papel da Suzano em 2024, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.436 mil toneladas, crescimento de 11% em relação ao volume vendido em 2023. As vendas de papel de Imprimir & Escrever tiveram crescimento, impulsionado pelas vendas de papéis revestidos, destinado à eleição municipal no Brasil, bem como uma performance estável da linha de papéis não revestidos. Além disso, o volume de papelcartão também foi impactado positivamente por movimentos de recomposição de estoques e o bom desempenho da economia brasileira; bem como pela aquisição ao final do ano das operações da Pactiv Evergreen nos Estados Unidos. O segmento de papéis sanitários também teve desempenho positivo, majoritariamente beneficiado pelo volume advindo da aquisição dos ativos de tissue da KC no Brasil em meados de 2023.

Em 2024, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R\$ 9.810 milhões, 8% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno apresentou aumento de 8% na comparação anual, enquanto a receita para o mercado externo teve retração de 7% vs. 2023. Da receita total, 74% foram provenientes das vendas no mercado interno e 26% do mercado externo. No que se refere à composição da receita com venda de papel, os principais destinos em 2024 foram o Brasil e América Latina (86%) seguido pela América do Norte (9%), tendo as demais regiões uma menor participação (5%). O preço líquido médio de papel em 2024 foi de R\$ 6.832/ton, 3% inferior ao preço em 2023.

Para 2025, a Companhia planeja um sólido desempenho operacional nas linhas de papel e bens de consumo, com demanda sólida no mercado interno para suas linhas de produto, enquanto no mercado externo, se espera um cenário mais incerto. Além das nossas linhas tradicionais, a companhia seguirá investindo em seu portfólio de produtos de inovação, voltados para os segmentos de embalagens e substituição de plásticos de uso único, que apresenta crescimento na demanda, compensando a redução estrutural existente em outras linhas. A empresa também seguirá focada em seu modelo exclusivo de *go-to-market*, avançando na estratégia de conquistar novos clientes e ampliar as regiões atendidas, especialmente em mercados internacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$) da Suzano S.A.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2024 foi de R\$ 47.403 milhões, 19% superior à receita líquida registrada em 2023, de R\$ 39.756 milhões, em função de maior volume e preço líquido da celulose, além de maior câmbio médio no ano.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2024 totalizou R\$ 27.402 milhões, 9% superior ao registrado em 2023, de R\$ 25.077 milhões. O efeito do CPV foi impactado positivamente pelo menor custo caixa (já considerando o impacto da entrada de Ribas do Rio Pardo), mas compensado pelos efeitos dos maiores volumes de venda que impactam em aumentos de custo fixo, custos logísticos, depreciação, amortização e exaustão.

Lucro Bruto

O aumento de 36% do lucro bruto, de R\$ 14.679 milhões em 2023 para R\$ 20.002 milhões em 2024, é explicado principalmente pelo maior volume de vendas e preço líquido da celulose, além de maior câmbio médio no ano.

2024

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 2.939 milhões em 2024, 13% superior ao valor registrado em 2023 de R\$ 2.596 milhões. Este aumento deve-se, principalmente, à elevação dos gastos logísticos por maior volume de vendas.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 2.620 milhões em 2024, 36% superior ao montante registrado em 2023 de R\$ 1.923 milhões, explicadas principalmente pelo maior gasto com pessoal.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado de 2024 totalizou R\$ 23.849 milhões, 31% superior ao valor de R\$ 18.273 milhões em 2023. Este aumento se deve principalmente em função de maior volume de vendas, decorrente da entrada de Ribas do Rio Pardo, preço líquido de celulose e maior câmbio médio no ano.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 28.802 milhões em 2024, em comparação ao resultado positivo de R\$ 5.781 milhões em 2023. O desempenho de 2024 reflete a valorização do dólar frente ao real, impactando diretamente o resultado de variações cambiais e derivativos.

As variações cambiais e monetárias impactaram o resultado de 2024 negativamente em R\$ 15.885 milhões, ao contrário do impacto positivo de R\$ 3.088 milhões em 2023. O resultado de operações com derivativos (hedge de dívida e fluxo de caixa) foi negativo em R\$ 9.113 milhões em 2024 versus o resultado positivo de R\$ 5.527 milhões em 2023, em função principalmente da desvalorização do real frente ao dólar.

Resultado Líquido

A Companhia obteve resultado líquido negativo de R\$ 7.045 milhões em 2024, em comparação ao lucro líquido positivo de R\$ 14.106 milhões do ano anterior. Apesar do resultado operacional positivo no período, o resultado financeiro foi impactado fortemente pela desvalorização do real frente ao dólar.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, o total da dívida bruta era de R\$ 101.436 milhões, sendo 90% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 10% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do ano, 82% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do hedge de dívida ficou em 90%.

A Suzano realiza a contratação de dívida em moeda estrangeira como estratégia de hedge natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio total da dívida era de 5,0% a.a. em dólar (dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado) em linha com o custo médio em dólar observado no encerramento de 2023 também de 5,0% a.a. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento de 2024 era de 73 meses versus 75 meses no final de 2023.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 22.383 milhões, dos quais 29% aplicados em investimentos de renda fixa em moeda estrangeira. O percentual remanescente de 71% estava aplicado em moeda nacional, em títulos públicos e outros de renda fixa, com remuneração em percentual do DI.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía também uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) no valor total de US\$ 1.275 milhões (correspondente a R\$ 7.895 milhões) e com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de R\$ 22.382 milhões somada à linha de crédito rotativo totalizava ao final de 2024 uma posição de liquidez imediata no valor de R\$ 30.278 milhões. Adicionalmente, a Companhia tem um contrato de financiamento com a Finnvera (US\$ 800 milhões) relacionado ao Projeto Cerrado, ainda não sacado, fortalecendo ainda mais sua condição de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida líquida era de R\$ 79.053 milhões (US\$ 12.766 milhões) versus R\$ 55.560 milhões (US\$ 11.476 milhões) observados em 31 de dezembro de 2023. O principal fator que explica o aumento da dívida líquida em moeda nacional é explicado pela variação cambial do período.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 3,3x em 31 de dezembro de 2024 (3,0x em 2023). Esse mesmo indicador, apurado em USD (medida estabelecida na política financeira da Suzano), ficou em 2,9x em 31 de dezembro de 2024 (3,1x em 2023).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R\$ 16.239 milhões em 2024, aumento de 40% quando comparada ao ano de 2023, em função do maior EBITDA Ajustado.

Geração de caixa operacional (R\$ milhões)	2024	2023
EBITDA Ajustado ¹	23.849	18.273
Capex Manutenção ²	(7.610)	(6.707)
Geração de Caixa Operacional	16.239	11.567
Geração de Caixa Operacional (R\$/ton)	1.320	1.005

¹Desconsidera itens não recorrentes. ²Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo GCO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício. Em 04 de dezembro de 2024, conforme Aviso aos Acionistas, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") pela Companhia no valor bruto total de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) à razão de R\$ 2,017362506 por ação da Companhia, considerando o número de ações "ex-tesouraria" na presente data, a título de remuneração baseada no lucro demonstrado no balanço trimestral da Companhia datado de 30 de setembro de 2024.

O pagamento dos JCP foi efetuado em 10 de janeiro de 2025, fazendo jus ao recebimento da remuneração os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia no encerramento dos negócios da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 16 de dezembro de 2024 (data-base no Brasil).

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 2024 a Companhia finalizou seu quarto programa consecutivo de recompra, com o objetivo maximizar a geração de valor para seus acionistas, permitindo que a Companhia faça alocação de capital eficiente considerando o potencial de rentabilidade de suas ações. Adicionalmente, a recompra sinaliza ao mercado a confiança da administração na performance da Companhia. Foram adquiridas 40.000.000 (quarenta milhões) de ações em pregão regular da bolsa de valores, ao preço médio de R\$ 54,81/ação, perfazendo R\$ 2.192 milhões na execução do programa que foi concluído em 15 de agosto de 2024.

Em 2024, a Companhia também anunciou e deu seguimento ao seu quinto programa consecutivo de recompra. Foram adquiridas 11.115.300 (onze milhões, cento e quinze mil e trezentas) ações em pregão regular da bolsa de valores, ao preço médio de R\$ 55,15/ação, perfazendo R\$ 613 milhões na execução do programa até 31 de dezembro de 2024.

Também em 2024, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pelo cancelamento de 60.000.000 ações ordinárias, então mantidas em tesouraria, adquiridas no âmbito dos programas de recompra de ações da Companhia aprovados em reuniões do Conselho de Administração.

Com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía: (a) 616.624.679 ações de sua emissão em circulação, de acordo com a definição dada pelo artigo 67 da Resolução CVM n.º 80/22; e (b) 24.875.787 ações de sua emissão em tesouraria, representativas de, aproximadamente, 4,0% do total de suas ações em circulação.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os investimentos de capital totalizaram R\$ 17.120 milhões em 2024, sendo R\$ 7.610 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R\$ 4.043 milhões, destinados principalmente ao aumento de competitividade florestal estrutural da Companhia. Os investimentos em Expansão e Modernização foram de R\$ 972 milhões, principalmente em projetos para ganho de competitividade das unidades industriais, além de R\$ 2 milhões destinados à terminais portuários e outros. Para o Projeto Cerrado os desembolsos foram de R\$ 4.493 milhões.

Para 2025, a Administração aprovou um Orçamento de Capital de R\$ 12,4 bilhões, sendo R\$ 7,8 bilhões destinados à manutenção industrial e florestal e R\$ 2,2 bilhões de investimentos em Terras e Florestas, dentre outros.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – ADR Nível II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era representado por 1.264.117.615 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 24.875.787 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R\$ 61,78/ação (SUZB3) e US\$ 10,12/ação (SUZ).

RATING

Ao longo do ano de 2024, as agências de rating Fitch e S&P (em março e julho, respectivamente) confirmaram o rating BBB- com perspectiva Estável para a Suzano, enquanto a agência de rating Moody's confirmou o rating Baa3 e elevou a perspectiva de Estável para Positiva (em outubro). As agências destacaram a posição de liderança da Companhia no setor de celulose, além do modelo de negócio de baixo custo da Suzano, gestão financeira e posição de liquidez sólidas. A perspectiva positiva está ligada a expectativa de redução da alavancagem da Companhia com a conclusão, em julho, da construção do Projeto Cerrado (nova unidade de Ribas do Rio Pardo).

SUSTENTABILIDADE

Mudanças Climáticas

Nas Unidades Industriais, a empresa tem reduzido as emissões através de projetos de modernização e aumento de eficiência de fornos, caldeiras e turbogeradores em um movimento gradativo de redução e substituição de combustíveis de alta intensidade de emissões (como óleo combustível e gás natural) para combustíveis menos emitentes (como biomassa e licor negro), e através da adoção de novas tecnologias como a gaseificação de biomassa (Syngas) da nova Unidade em Ribas do Rio Pardo (MS), inaugurada em 2024. Esta tecnologia representa uma redução de 97% nas emissões dos fornos de cal em comparação com uma fábrica que consome combustíveis fósseis.

Ao longo de 2024, foram mapeadas mais de 60 iniciativas de descarbonização que podem apoiar a transição climática da Suzano, em conjunto com as remoções de CO₂ da atmosfera através das nossas florestas. Nesse contexto, a companhia está desenvolvendo a sua curva de descarbonização de médio e longo prazo, enquanto o processo de validação de metas baseadas na ciência junto ao SBTi continua em andamento.

Em 2025, o foco da Suzano será em continuar o mapeamento e implementação das iniciativas de descarbonização, buscando projetos de baixo carbono com viabilidade financeira e técnica.

Créditos de Carbono

Em dezembro de 2024, foi sancionada no Brasil o PL 182/2024, criando o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) que consiste no mercado regulado de carbono no país sob o modelo "*cap-and-trade*". Paralelamente, na COP29 em Baku, ocorreu a validação do Artigo 6 do Acordo de Paris, tornando operacionais os comércios entre países e um mecanismo de crédito de carbono. Com o funcionamento desses diferentes mecanismos, a Companhia segue acompanhando as próximas definições do mercado regulado no Brasil com a regulamentação e a operacionalização do SBCE, assim como segue nos estudos e investimentos em torno das oportunidades geradas com o mercado de carbono voluntário. Neste cenário, a Companhia mantém seus investimentos na certificação de projetos de crédito de carbono que estão em andamento e que visam a recuperação de áreas degradadas por meio do reflorestamento de árvores nativas e de eucalipto e o fomento de benefícios socioambientais.

Biodiversidade

O ano de 2024 foi um ano de expressivo avanço no compromisso de conectar 500 mil hectares de fragmentos florestais, progredindo em plantio e na conexão dos fragmentos de vegetação nativa por meio de corredores ecológicos, implementando modelos biodiversos e ações de restauração ecológica nos três corredores: Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia. O resultado será apresentado no Relatório de Sustentabilidade 2024. Ainda, alinhado a esse compromisso, a Suzano estabeleceu uma parceria com a *Conservation International* (CI) - Brasil, organização dedicada à proteção da biodiversidade, combate às mudanças climáticas e fortalecimento de comunidades locais.

Também neste ano, a Suzano anunciou a adesão às recomendações do TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), sendo uma das primeiras empresas brasileiras a comprometer-se com a iniciativa dedicada à criação de um instrumento de gerenciamento e divulgação de riscos, dependências e oportunidades para que as organizações relatem e atuem sobre os impactos relacionados à natureza. Também foi celebrada uma parceria com a *Rainforest Alliance* (RA), aderindo à plataforma "*Forest Allies*". Essa plataforma promove a troca de experiências entre o setor privado e outros stakeholders, com foco no compartilhamento de melhores práticas e soluções para proteger, restaurar e promover o manejo responsável da floresta tropical. A parceria contribuirá para a implementação de projetos na Bacia Amazônica e para a concretização do compromisso de longo prazo da Suzano com a biodiversidade.

Água

Em 2024, a Suzano avançou significativamente no compromisso de ampliar a disponibilidade hídrica em em 44 bacias hidrográficas a partir do manejo florestal em 88 mil ha de plantios. Os resultados atingidos por este compromisso e o de redução de uso da água na indústria serão apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2024.

O projeto Microbacias, que completou 31 anos em 2024, foi expandido de 11 para 15 microbacias em áreas estratégicas da base florestal, ampliando o conhecimento sobre o uso da água pelas florestas e impulsionando práticas de manejo conservativo de água.

Utilizando-se de inteligência artificial, a Suzano teve um importante avanço em seu monitoramento de nascentes hídricas. O modelo construído aprimorará a capacidade de análise da Suzano em qualificar as nascentes, ampliando a efetividade de suas ações de preservação das bacias hidrográficas que a companhia está presente.

Por fim, em 2024, a Suzano aderiu a *The Nature Conservancy* (TNC) e passou a integrar a "Coalizão pela Água". Essa iniciativa tem como objetivo desenvolver mecanismos voltados para a conservação de recursos hídricos em bacias hidrográficas situadas em áreas de alto estresse hídrico nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia. A parceria reúne partes interessadas dos setores público, privado e da sociedade civil, juntamente com agricultores locais, contribuindo para ampliar a segurança hídrica, uma questão de importância estratégica para a Suzano.

Novos Negócios

O ano de 2024 trouxe avanços importantes para a Suzano no segmento têxtil. A empresa adquiriu 15% das ações da austríaca Lenzing, referência na produção de fibras de celulose para as indústrias têxtil e de não-tecidos, reforçando seu posicionamento neste segmento estratégico.

Além disso, a SPINNOVA®, tecnologia de fibra à base de celulose microfibrilada fabricada pela Woodspin — uma joint venture com a Suzano —, foi utilizada na confecção dos uniformes dos atletas olímpicos e paralímpicos da seleção dinamarquesa. Produzidas com rigorosos critérios de sustentabilidade, essa ação demonstra o potencial de mercado da tecnologia enquanto a empresa avança rumo à viabilidade para escala comercial.

No segmento de lignina, a Suzano fortaleceu parcerias comerciais para a expansão da Ecolig® (lignina produzida pela Suzano) na China, Europa e Brasil, avançando no propósito de oferecer matérias-primas renováveis como alternativa aos derivados do petróleo.

A Suzano Ventures também ampliou sua atuação em 2024, alcançando um capital comprometido de US\$ 20,3 milhões em investimentos em startups que utilizam inovações baseadas nas árvores para impulsionar a bioeconomia. Com as novas investidas, o portfólio da Suzano Ventures agora soma sete startups. Dentre as empresas escolhidas estão duas startups canadenses focadas no desenvolvimento de embalagens sustentáveis: a *Nfinite Nanotech*, que oferece uma tecnologia de barreira translúcida que preserva a reciclabilidade e compostabilidade do papel, e a *Bioform*, que está desenvolvendo um tipo de filme biodegradável composto por hidrogel reforçado com celulose. No Brasil, os aportes foram direcionados à *Entropic Solutions*, que atua no beneficiamento da lignina, e à *BemAgro*, especializada em tecnologias agrícolas baseadas em inteligência artificial. Esses investimentos reforçam o compromisso da Suzano Ventures com a inovação e a promoção de tecnologias mais sustentáveis.

Desenvolvimento Social

Em 2024 houve avanço nos esforços alinhados à estratégia de sustentabilidade nos aspectos sociais.

O Programa Suzano de Educação, beneficiou mais de 130 mil estudantes e educadores em cinco estados brasileiros, focando na melhoria da qualidade do ensino público no Brasil. Como desdobramento da implementação de estratégias que fortaleceram a colaboração intermunicipal e intersetorial, o programa visou o planejamento e a execução de ações para a melhoria das condições de aprendizagem, com foco na educação integral de crianças e adolescentes nos territórios atendidos.

A empresa também firmou uma aliança com o Pacto Global da ONU e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a implementação de um programa de Devida Diligência em Direitos Humanos, alinhado às novas diretrizes europeias (CSDDD). Essa iniciativa reforça o compromisso da companhia com os direitos humanos e o trabalho digno, além de oferecer recomendações estratégicas para minimizar riscos no setor florestal.

Em agosto, a Suzano e a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) firmaram uma parceria no projeto de Desenvolvimento Territorial na Amazônia, marcando a associação da Suzano à PPA como a primeira empresa do setor privado a integrar a Plataforma. Essa colaboração estratégica, que conta com o apoio da USAID (*United States Agency for International Development*) Brasil e da Aliança Biodiversity & CIAT (*International Center for Tropical Agriculture*), tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável nas regiões do Pará, Maranhão e Tocantins, com foco na geração de renda e na conservação da biodiversidade. Também com foco em ações conjuntas em prol da geração de renda e conservação ambiental, a Suzano assinou um protocolo de intenções com a organização francesa CIRAD (Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento).

Por fim, foi implementada uma iniciativa para a contratação de profissionais em situação de vulnerabilidade social. O projeto está alinhado com a estratégia de sustentabilidade da companhia, contribuindo no avanço da meta de retirar pessoas da linha da pobreza. O projeto envolveu mais de 100 fornecedores e diversas áreas da companhia, aumentando para mais de 20% a participação desse público nas contratações para suas operações.

Cadeia de Valor

É realizado o acompanhamento constante do Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF), que avalia fornecedores críticos, em especial com relação a requisitos sociais, ambientais e de segurança, com uma média de aprovação de 98% (32% na zona de excelência). Para aqueles que ficam abaixo do índice desejado, são definidos planos de ação buscando a recuperação desse índice. Além da realização de processos incluindo a análise socioambiental são avaliadas também questões econômico-financeiras e de qualidade.

Em 2024, foi dada continuidade ao programa Mudanças Climáticas na Cadeia de Valor, que visa incentivar os fornecedores a se comprometerem com a redução de emissões de GEE, tendo sido convidados 200 fornecedores, dos quais 80% participaram voluntariamente desse quarto ciclo do programa, com um engajamento superior à média de 40% quando comparado com as demais empresas que também utilizam a plataforma do CDP Supply Chain.

Ativo também foi o programa Cuidar da Água, que encoraja fornecedores a realizarem uma gestão eficiente de recursos hídricos, com uso consciente da água, monitoramento e análise de riscos e oportunidades. Conduzido desde 2022 em parceria com o CDP, o programa CDP Supply Chain selecionou 100 fornecedores estratégicos para o ciclo de 2024, para responder ao questionário Água do CDP, com adesão de 90%.

Finanças Sustentáveis

A Suzano fechou o ano de 2024 com 46% de sua dívida total atrelada à instrumentos de dívida ESG, (incluindo *sustainability-linked bonds* e *sustainability-linked loans*) e reporta anualmente os avanços dos Compromissos para Renovar a Vida no Relatório de Sustentabilidade e na Central de Sustentabilidade, de forma a garantir a transparência de seus indicadores.

Em 2024, a Suzano se tornou a primeira empresa não governamental e não financeira das Américas a emitir *panda bonds*, captando 1,2 bilhão de Renminbi (cerca de US\$ 165 milhões). Classificados como verdes, os títulos estão alinhados à agenda socioambiental da Companhia. Os recursos serão usados para financiar plantios de eucalipto certificado no Brasil, cuja madeira renovável pode substituir derivados do petróleo, apoiando a descarbonização da economia chinesa.

Ratings ESG

Suzano tem consolidado uma tendência de melhoria contínua no rating MSCI nos últimos anos, alcançando um aumento em sua pontuação de 4,5 para 4,6 em 2024, mantendo-se na classificação “BB”. A Suzano entende que seu atual score no MSCI não reflete adequadamente as práticas e o desempenho da companhia em sustentabilidade, que na sua avaliação está dentre as mais avançadas no setor de papel & celulose no mundo. A empresa também manteve sua posição na categoria “Low Risk” no rating da Sustainalytics em 2024.

Adicionalmente, pelo segundo ano consecutivo, a Suzano recebeu o selo Platinum no EcoVadis Sustainability Rating 2024, que avalia a qualidade da gestão de Responsabilidade Social Empresarial de empresas globalmente. Com 87 pontos – nove a mais que em 2023 –, a Suzano está entre as 1% melhores empresas avaliadas no mundo.

No CDP, a Suzano alcançou em 2023 o score de “A-” nas categorias Água e Clima, e “B” em Florestas. Os resultados para o ciclo de 2024 ainda não foram divulgados.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório em que a Companhia está inserida, a Suzano é comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, da Comissão de Valores Mobiliários, da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e da própria B3 e NYSE.

A Suzano apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara, transparente e fundamentada para amparar o processo decisório e para tratamento equânime e de proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral.

Em sua missão, o Conselho de Administração mantém uma ampla visão da Companhia, contando com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura de governança da Suzano, a saber, a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal, a Auditoria externa e interna e, ainda, comitês não estatutários de assessoramento do Conselho de Administração, sendo estes os Comitês de Sustentabilidade, Gestão e Finanças, Estratégia e Inovação, Pessoas, Nomeação e Remuneração. O Conselho de Administração ainda conta com diversas ferramentas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o Código de Conduta e as diversas políticas adotadas pela Companhia, todas em linha com o Estatuto Social, que procuram sintetizar os princípios adotados em termos de governança corporativa ao mesmo tempo em que promovem a disseminação desses princípios e práticas nas mais diversas frentes de governança. São exemplos dessas políticas, a Política de Governança Corporativa, a Política de Partes Relacionadas, a Política de Gestão Integrada de Riscos, a Política Anticorrupção, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários, a Política de Endividamento Financeiro e a Política de Gestão de Derivativos.

Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, assim como do *disclosure* e garantia de transparência de informações por meio do Formulário de Referência, Formulário 20-F, Informe de Governança e diversos materiais divulgados no website de Relações com Investidores, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante suas partes interessadas e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.

Em 2024, o programa de governança em privacidade e proteção de dados pessoais (P&PD) da Companhia buscou evoluir o seu nível de maturidade quanto aos requisitos legais e critérios do NIST Privacy através das seguintes atividades: (i) monitoramento das atividades que envolvem tratamento de dados pessoais em mais de 200 processos espalhados pelo Brasil, Áustria e Estados Unidos; (ii) mapeamento dos riscos e vulnerabilidades de P&PD que afetam processos da Companhia e revisão da matriz de riscos de P&PD para tratativa e acompanhamento; (iii) revisão de processos e controles adotados pela área para gerenciar riscos de fornecedores, processos e contratos; (iv) adequação de mais de 200 projetos que envolvem dados pessoais para atendimento da legislação de P&PD desde a sua concepção (Privacy by Design); (v) avaliação da maturidade de mais de 250 fornecedores quanto aos riscos de P&PD; (vi) revisão de mais 200 contratos com fornecedores brasileiros e estrangeiros para atendimento à legislação e mitigação de riscos regulatórios e operacionais de P&PD; (vii) treinamentos presenciais para mais de 500 colaboradores, em unidades florestais e industriais e nas mais diversas áreas administrativas; (viii) aumento da base de colaboradores próprios que completaram o treinamento obrigatório de P&PD de 20,9 mil para 22,6 mil pessoas; (ix) atendimento tempestivo e diligente de mais de 100 requisições de titulares de dados pessoais enviadas ao *Data Protection Officer* (DPO); (x) adequação à legislação de P&PD de projetos estratégicos para a Companhia. Como resultado o nível de maturidade em P&PD da Companhia avançou novamente, pelo terceiro ano seguido, após avaliação anual independente da PwC.

Cabe destaque também a aprovação dos novos planos de incentivo de longo prazo da Companhia (Plano de Outorga de Ações Restritas e Plano de Outorga de Ações Fantasma), visando dar continuidade e reforçar o alinhamento entre os interesses da administração aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Vale mencionar que todas as metas de longo prazo assumidas pela Companhia (denominadas de Compromissos para Renovar a Vida) se mantiveram como parte integrante da remuneração variável individual de pelo menos um diretor executivo, tendo sido as metas de Diversidade e Inclusão também se mantido como meta coletiva para toda a liderança.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange a Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas.

Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os controles são continuamente revisados, e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles internos chaves existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações chaves ao negócio, contribuindo com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência.

Anualmente, a Companhia revisa os seus processos e controles, atualizando 100% da matriz de riscos e controles associados à exposição de eventuais fragilidades na recertificação SOx, nos processos chaves de Gestão e de Compliance. São realizados continuamente os treinamentos presenciais e e-learning, revisando sempre que pertinente, reforçando o comportamento esperado à luz da Cultura de Controles Internos, com foco nas leis Sarbanes-Oxley (SOx) e nas regras específicas às FPIs, considerando os temas de Anticorrupção e de Prevenção à Perdas e Fraude.

Adicionalmente ao fluxo do CSA, a empresa possui rotina de checagem prévia pela equipe de Gestão de Controles Internos que corrobora com a asseguarção de qualidade do ambiente de controles, sempre atualizado e refletindo a realidade dos processos da Companhia, no que tange à avaliação (ICE – Internal Control Evaluation) e adicionalmente a área de Auditoria Interna afere com independência a efetividade dos mesmos, o que reforça a maturidade, a consistência na execução dos controles e a mitigação dos riscos associados.

Com o objetivo de dar mais agilidade e assertividade no andamento das ações relacionadas ao ambiente de controles, são monitorados e reportados tempestivamente o status à Alta Administração dos principais temas que possam ter algum impacto na recertificação SOx da Companhia, através de uma ferramenta desenvolvida internamente que corrobora com uma visão consolidada, favorecendo a gestão dos prazos e priorização das ações pertinentes junto aos responsáveis das áreas de negócios para que os riscos sejam mitigados no tempo e na qualidade requerida.

Desta forma e corroborando com a conformidade do ambiente, os controles internos são revisados e avaliados pela área de Gestão de Controles Internos, testados de forma independente tanto pela Auditoria Interna Suzano, como pela Auditoria Externa, com resultados reportados periodicamente à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, através de agenda mínima anual estabelecida com estes órgãos de governança. No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas de acordo com política específica estabelecida e por área independente. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração.

Em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a eficácia dos controles internos relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). As avaliações são realizadas internamente pela Companhia e suportadas por auditor independente, PwC PricewaterhouseCoopers, o qual avaliou os controles chaves, e estes encontram-se adequados e não foram identificadas deficiências significativas e/ou materiais ou observações que comprometam a certificação da Companhia. Tais resultados são apresentados sistematicamente aos órgãos de governança estabelecidos na Companhia.

PESSOAS

Cultura organizacional e estratégia de pessoas

A Suzano atua não apenas para promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo, respeitoso e plural. Ela também busca construir uma jornada de cultura que valorize todos esses preceitos, com base na legislação vigente, em normas convencionais coletivas e no Código de Conduta.

Em 2024, foi trabalhada a iniciativa Jornada de Cultura que é um movimento circular, permeando a liderança e a operação de modo colaborativo. Alinhada com o direcionador “Gente que inspira e transforma”, a Jornada de Cultura enfatizou, ao longo do ano, o líder que inspira e forma pessoas, aquele que não complica o simples e atua para desenvolver o time. Juntamente à um comitê de cultura envolvendo o time de Gente e Gestão e membros da alta liderança foi possível delinear ações estratégicas de Cultura que impulsionam a Suzano para o progresso dos próximos 100 anos.

Liderança, desenvolvimento e treinamento

Em 2024, foi consolidada a avaliação de performance para o público administrativo e liderança, mantendo a avaliação de comportamentos (direcionadores de cultura) e de entregas (metas, projetos e tarefas), além da avaliação 360° para consultores e acima. A avaliação foi expandida para o público operacional industrial, incluindo critérios de segurança do trabalho. Em 2024, foram avaliadas 13.687 pessoas na Suzano.

2024

A pesquisa pulso de engajamento teve participação recorde de 88% de colaboradores da empresa. O resultado geral de favorabilidade da Suzano, ou seja, a percepção positiva das pessoas em relação às perguntas, foi de 74%. Destaques incluem: a percepção de que "a liderança imediata investe tempo no desenvolvimento da equipe" com aumento de 74% para 78% e "ter oportunidades de desenvolvimento" evoluiu de 82% para 85%. Além disso, 95% "têm orgulho de trabalhar na Suzano", 95% "recomendam a Suzano como um bom lugar para trabalhar" e 94% "entendem como sua função contribui para a estratégia da companhia", todos esses indicadores colocam a Suzano acima do mercado Brasil e Global, a partir dos dados de referência de mercado da Consultoria Korn Ferry.

Em 2024, foi lançada a Escola de Liderança com academias específicas para cada direcionador de Cultura. Em 2024, a iniciativa envolveu diretores e gerentes executivos, com planos de expansão para outros níveis de liderança em 2025 e 2026. A primeira turma teve 150 participantes em ações presenciais e mais de 1.200 em eventos online.

Além disso, o Programa D+ com o objetivo de desenvolver Líderes Diversos na Suzano teve, em 2024, 271 participantes que passaram por uma trilha composta por Mentorias em Grupo, Workshops para o desenvolvimento de diferentes temáticas, como Liderança Ambidestra, Comunicação Executiva, Pensamento estratégico, entre outros.

Diversidade, equidade e inclusão

Para a Suzano, promover a agenda de diversidade, equidade e inclusão é, além de um imperativo ético, uma estratégia de negócio. Um ambiente diverso e inclusivo gera engajamento, criatividade, inovação e atratividade e retenção de novos talentos. Em linha com o direcionador de cultura "só é bom para nós se for bom para o mundo", a empresa continuou atuando em prol de um ambiente de inclusão e pertencimento, valorizando e acolhendo as diversidades de raça, gênero, deficiência, orientação sexual, idade, cultura, religião, etc.

Entre os Compromissos para Renovar a Vida, a Companhia possui as seguintes metas para 2025: alcançar 30% de mulheres e pessoas negras em posições de liderança; ter ambiente 100% inclusivo para pessoas LGBTQIAPN+ e com deficiência; e garantir 100% de acessibilidade. Os resultados de 2024 serão divulgados no Relatório da Sustentabilidade.

A Companhia tem avançado em representatividade. No que diz respeito às mulheres em cargos de gerência e acima, houve um avanço de 15,8% em dezembro de 2019, para 27,3% em 2024. Para pessoas negras nessas posições, o avanço foi de 18,7% (dezembro de 2019) para 22% (dezembro de 2024).

Para refletir metas em resultados concretos, a Suzano implementa iniciativas com foco em impulsionar a diversidade, como o programa D+, que acelera a carreira de mulheres e pessoas negras. Em 2024, cerca de 217 talentos da companhia foram impactados por uma jornada de desenvolvimento com sessões de mentoria, avaliação, patrocínio e exposição a oportunidades internas.

Para fortalecer um ambiente inclusivo, a Suzano atua em parceria com o Plural, entidade interna, que acolhe demandas e fortalece redes de afinidade. O Plural é composto por grupos de afinidade (GAs) que têm autonomia para implementar ações conforme os desafios e oportunidades de cada localidade. Também possui um comitê formado por lideranças executivas e representativas, para discutir e deliberar questões institucionais de diversidade na Suzano.

Desempenho de Ribas impulsiona vendas recordes, maior competitividade e desalavancagem

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025. Suzano S.A. (B3: SUZB3 | NYSE: SUZ), uma das maiores produtoras de celulose e integradas de papel do mundo, anuncia hoje os resultados consolidados do 4º trimestre de 2024 (4T24).

DESTAQUES

- Vendas de celulose de 3.284 mil t (19% vs. 4T23).
- Vendas de papel¹ de 430 mil t (11% vs. 4T23).
- EBITDA Ajustado² e Geração de caixa operacional³: R\$ 6,5 bilhões e R\$ 4,8 bilhões, respectivamente.
- EBITDA Ajustado²/t de celulose em R\$ 1.745/t (28% vs. 4T23).
- EBITDA Ajustado²/t de papel em R\$ 1.746/t (-10% vs. 4T23).
- Preço médio líquido de celulose – mercado externo: US\$ 583/t (2% vs. 4T23).
- Preço médio líquido de papel¹ de R\$ 6.926/t (3% vs. 4T23).
- Custo caixa de produção de celulose sem paradas de R\$ 807/t (-1% vs. 4T23).
- Alavancagem em USD em 2,9x e 3,3x em BRL.
- Conclusão da curva de aprendizado da unidade de Ribas do Rio Pardo.

Dados Financeiros Consolidados (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Receita Líquida	14.177	12.274	16%	10.372	37%	47.403	39.756	19%
EBITDA Ajustado ²	6.481	6.523	-1%	4.505	44%	23.849	18.273	31%
Margem EBITDA Ajustado ²	46%	53%	-7 p.p.	43%	2 p.p.	50%	46%	4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(15.556)	868	—	2.269	—	(28.802)	5.781	—
Resultado Líquido	(6.737)	3.237	—	4.515	—	(7.045)	14.106	—
Geração de Caixa Operacional ³	4.843	4.394	10%	2.779	74%	16.239	11.566	40%
Dívida Líq./EBITDA Ajustado ² (x) (R\$)	3,3 x	3,2 x	0,1 x	3,0 x	0,3 x	3,3 x	3,0 x	0,3 x
Dívida Líq./EBITDA Ajustado ² (x) (US\$)	2,9 x	3,1 x	-0,2 x	3,1 x	-0,2 x	2,9 x	3,1 x	-0,2 x

Dados Operacionais (mil t)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Vendas	3.714	2.995	24%	3.148	18%	12.300	11.507	7%
Celulose	3.284	2.635	25%	2.761	19%	10.865	10.215	6%
Papel ¹	430	360	20%	386	11%	1.436	1.291	11%

¹Considera os resultados da Unidade Bens de Consumo (tissue), e o resultado dos meses de out/24 e nov/24 da operação da Unidade Suzano Packaging US (Pine Bluff e Waynesville). | ²Desconsidera itens não recorrentes. | ³Considera o EBITDA Ajustado menos o capex de manutenção (regime caixa).



As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da CVM e os CPCs, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$). Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE CELULOSE	4
VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE CELULOSE	4
CUSTO CAIXA DE CELULOSE	7
EBITDA DO SEGMENTO CELULOSE	10
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO CELULOSE	12
DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE PAPEL	12
VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE PAPEL	12
EBITDA DO SEGMENTO PAPEL	15
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO PAPEL	17
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
RECEITA LÍQUIDA	18
CALENDÁRIO DE PARADAS PROGRAMADAS PARA MANUTENÇÃO	19
CUSTO DO PRODUTO VENDIDO	19
DESPESAS DE VENDAS	20
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	20
EBITDA AJUSTADO	21
RESULTADO FINANCEIRO	22
OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS	23
RESULTADO LÍQUIDO	26
ENDIVIDAMENTO	27
INVESTIMENTOS DE CAPITAL	29
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL	30
FLUXO DE CAIXA LIVRE	31
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA	32
ESG	32
DESEMBOLSO TOTAL OPERACIONAL – CELULOSE	32
MERCADO DE CAPITAIS	33
RENTA FIXA	34
RATING	34
PRÓXIMOS EVENTOS	35
ANEXOS	36
ANEXO 1 – Dados Operacionais	36
ANEXO 2 – Demonstração de Resultado Consolidado e Amortização da Mais Valia	38
ANEXO 3 – Balanço Patrimonial Consolidado	39
ANEXO 4 – Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado	40
ANEXO 5 – EBITDA	41
ANEXO 6 – Demonstração de Resultado Segmentado	42
Afirmações sobre Expectativas Futuras	44

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2024 foi marcado por avanços importantes na estratégia da Companhia, com aquisições de novos negócios e o *start-up* da nova fábrica de Ribas do Rio Pardo e a conclusão de sua curva de aprendizado ainda em dezembro, antecipando a previsão inicial de 9 meses.

Com relação ao desempenho da unidade de negócio de celulose no último trimestre do ano, os preços base China tiveram queda de 15% até o final de novembro (vs. a média do 3T24), mas mostraram-se estáveis após este período. O trimestre também foi marcado novamente pela importante valorização do USD médio em relação ao BRL médio e pela elevação no volume vendido, ambos fatores compensando a queda do preço médio líquido de celulose. O custo caixa de produção (sem o efeito das paradas programadas para manutenção) ficou 7% inferior em relação ao 3T24, beneficiado também pela estabilização gradual da produção da Unidade Ribas do Rio Pardo. Dessa forma, o EBITDA ajustado de celulose ficou estável em relação ao 3T24, enquanto o mesmo indicador teve crescimento de 53% na comparação com o 4T23. Na unidade de negócios de papel, houve queda no EBITDA ajustado na comparação trimestral (-9%), mas estabilidade na visão vs. o 4T23, em período em que a Companhia concluiu a aquisição das unidades de Pine Bluff e Waynesville (Suzano Packaging US - conforme divulgado ao mercado em outras oportunidades). Por fim, o EBITDA ajustado consolidado no trimestre totalizou R\$ 6,5 bilhões, enquanto o mesmo indicador encerrou 2024 em R\$ 23,8 bilhões, representando um aumento de 31% quando comparado a 2023. A geração operacional de caixa atingiu R\$ 4,8 bilhões no trimestre e R\$ 16,2 bilhões no ano (+40% vs. 2023).

Em relação à gestão financeira, a dívida líquida medida em dólar ficou em US\$ 12,8 bilhões, estável em relação ao trimestre anterior. A alavancagem em dólar, por sua vez, apresentou nova queda para 2,9x, decorrente sobretudo da elevação do EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, mantendo-se plenamente enquadrada dentro do limite da política de endividamento financeiro.

Em relação à execução financeira do projeto, a Companhia completou aproximadamente 96% do desembolso do capex total, restando portanto R\$ 0,9 bilhão a serem pagos em 2025.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE CELULOSE

VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE CELULOSE

O quarto trimestre de 2024 foi marcado por um cenário de desaceleração na queda de preços de fibra curta e uma maior disponibilidade de celulose no mercado.

Na China, os segmentos de papelcartão e imprimir e escrever vivenciaram uma grande variação ao longo do quarto trimestre. Iniciando com queda dos preços de papel, voltaram a registrar alta devido à saída temporária de um importante produtor integrado, atingindo taxas de crescimento de 2% e 3%, respectivamente, no comparativo entre dezembro e novembro. Esse cenário impactou o volume total de produção destes tipos de papel, com uma variação de -9% e -7% frente ao 3T24. Além disso, o segmento de papéis sanitários se demonstrou saudável, com um aumento da produção em 2% acompanhado pela desestocagem de produto final de 3%, comparado ao trimestre anterior.

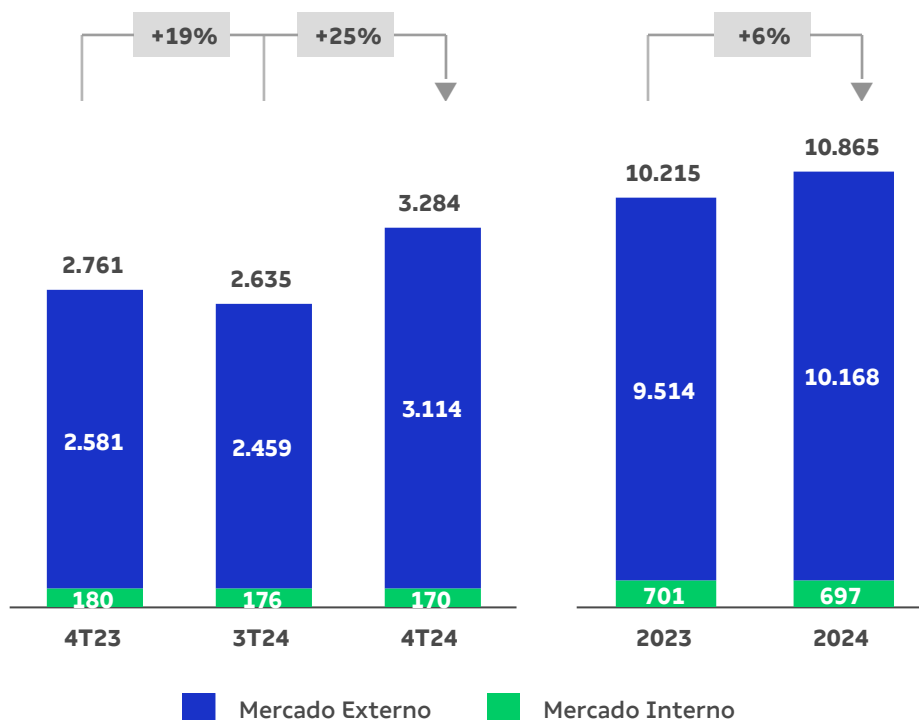
No mercado europeu, segundo a Utipulp, o consumo de fibra curta foi maior do que no trimestre anterior em 4%, enquanto o consumo de fibra longa aumentou apenas 1% em relação ao 3T24, também incentivado por um movimento de substituição de fibras - que ganhou maior tração com o aumento do spread entre os preços de fibra longa e fibra curta. Na América do Norte, o mercado de papéis sanitários permaneceu saudável quanto à demanda de celulose, especialmente após melhora do consumo e projeções econômicas da região.

Do ponto de vista da oferta de fibra curta, houve a continuação do *ramp-up* da produção de Ribas do Rio Pardo no Brasil e Liansheng na China, além da redução do volume total impactado por paradas não planejadas em relação ao trimestre anterior, resultando em uma maior disponibilidade de celulose no mercado. No que diz respeito à fibra longa, na Finlândia, três fábricas de grande porte vivenciaram paradas não planejadas devido à disponibilidade de madeira acessível e fatores operacionais, o que, somado ao spread entre fibra curta e longa, fortaleceu o já citado movimento de substituição de fibras.

Os índices PIX/FOEX médios do trimestre para a celulose de fibra curta na China apresentaram redução de 14% em relação ao 3T24, porém com desaceleração no ritmo de queda. Na Europa, foi registrado queda de 20% em relação ao 3T24. A diferença de preço entre as fibras longa e curta no trimestre foi de USD 216/t na China e USD 425/t na Europa, motivando o movimento de substituição de fibra longa para fibra curta.

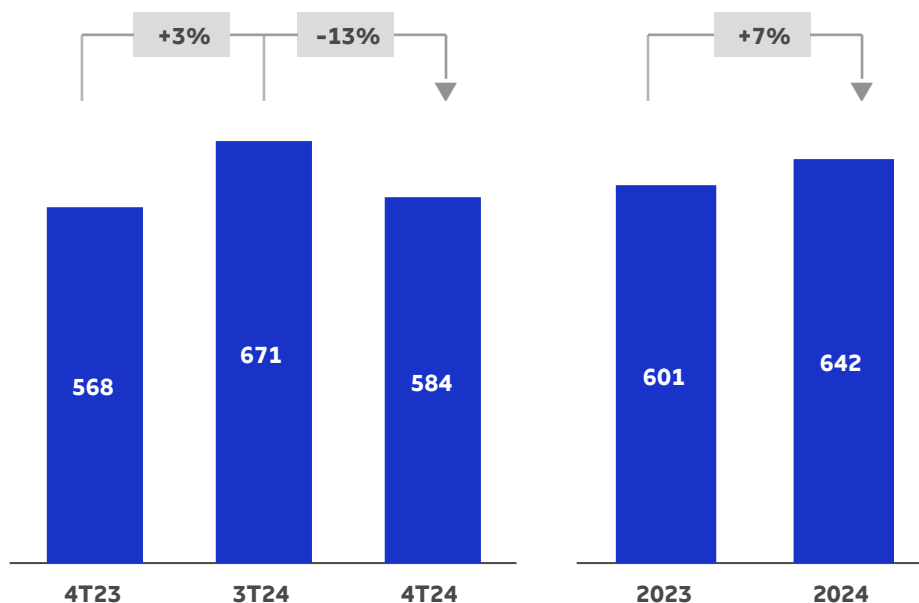
As **vendas de celulose** da Suzano aumentaram 25% e 19% na comparação com o trimestre anterior e em relação ao 4T23, respectivamente, em função da elevação dos volumes para a Ásia e América do Norte, totalizando 3.284 mil toneladas.

Volume de Vendas de Celulose (mil t)



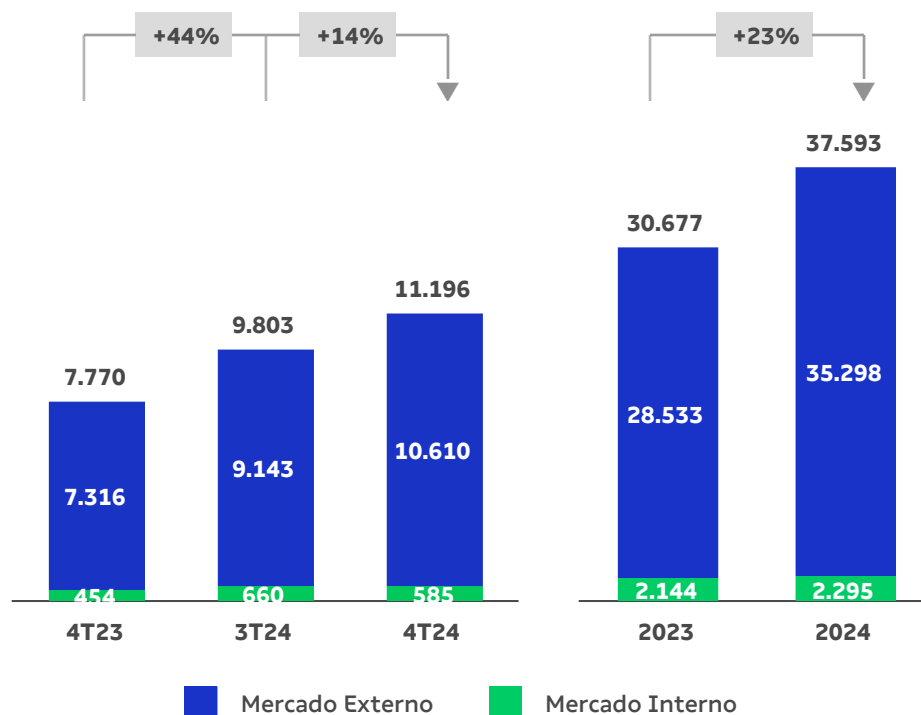
O **preço líquido médio em USD** da celulose comercializada pela Suzano foi de US\$ 584/t, representando uma queda de 13% na comparação com o 3T24 e um aumento de 3% comparado com o 4T23. No mercado externo, o preço médio líquido realizado pela Companhia ficou também em US\$ 583/t, 13% inferior ao 3T24 e 2% superior ao 4T23. O **preço líquido médio em reais** foi de R\$ 3.409/t no 4T24, 8% inferior em relação ao 3T24, em função da redução do preço médio líquido em USD (-13%). Em relação ao 4T23, o aumento de 21% ocorreu principalmente em função do maior preço médio líquido em USD (+3%) e a valorização do USD médio vs o BRL médio (+18%).

Preço Médio Líquido (USD/t)



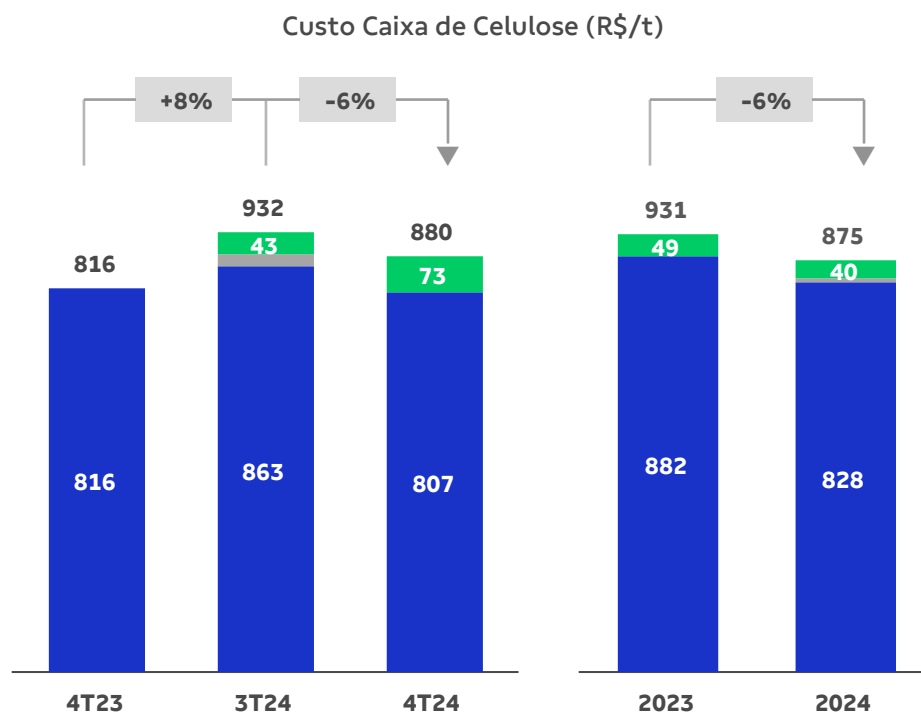
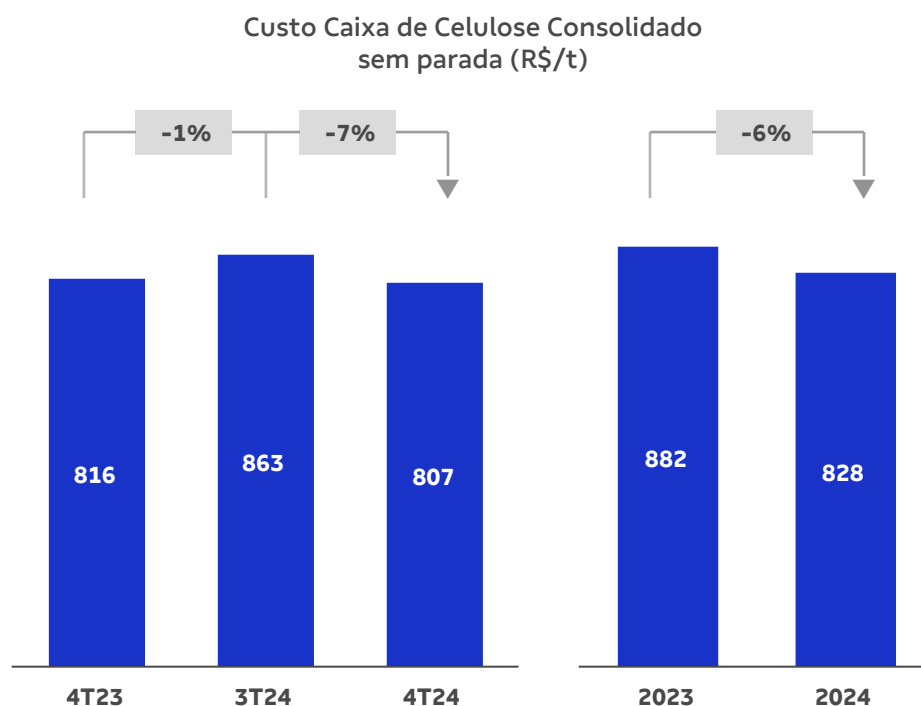
A **receita líquida de celulose** teve crescimento de 14% em relação ao 3T24, em função do maior volume de vendas (+25%) e da valorização do USD médio frente ao BRL médio (+5%), parcialmente compensados pelo menor preço médio líquido em USD (-13%). Na comparação com o 4T23, o aumento de 44% é explicado principalmente pela valorização do USD médio frente ao BRL médio (+18%) e pelo maior volume vendido (+19%).

Receita líquida de Celulose (R\$ milhões)



CUSTO CAIXA DE CELULOSE

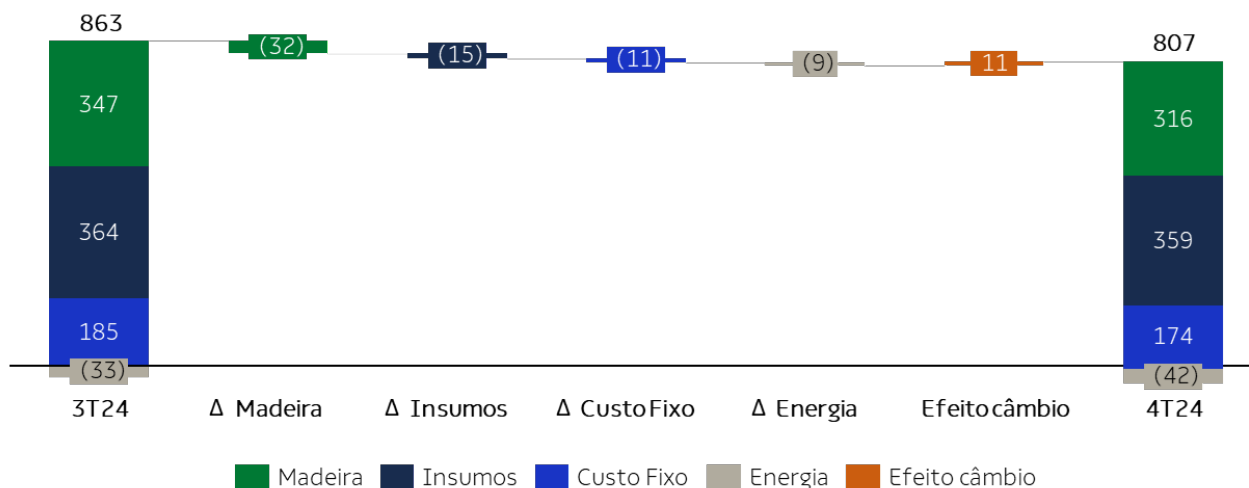
Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 21 de julho de 2024, a Companhia iniciou naquela data a operação da nova fábrica de produção de celulose de Ribas do Rio Pardo, de forma que o efeito não recorrente dos custos relacionados ao *start-up* da planta (ocorrido no 3T24) está segregado nos gráficos abaixo.



■ Custo Caixa (sem parada) ■ Start-up Ribas ■ Efeito parada

O **custo caixa sem paradas** do 4T24 foi de R\$ 807/t, apresentando queda de -7% frente ao 3T24 em função de: i) menor custo com madeira, principalmente pela redução do raio médio; ii) menor consumo de insumos, sobretudo de energéticos (destaques para o gás natural e óleo combustível), associados à maior estabilidade operacional em algumas fábricas, além do menor preço (ex efeito câmbio) de energéticos, que compensou o aumento de preços observados em alguns químicos (principalmente soda cáustica); iii) maior diluição de custo fixo devido ao maior volume de produção de celulose, com destaque para a nova unidade de Ribas; e iv) maior receita de utilidades, com destaque novamente para a fábrica de Ribas com a maior geração de energia para exportação. Os fatores positivos do custo caixa foram parcialmente compensados pela valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+5%).

Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/t)¹



¹Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.

O **custo caixa sem paradas** do 4T24 apresentou queda de 1% em relação ao 4T23 em função: i) do menor custo da madeira, por sua vez explicado sobretudo pelo menor raio médio, pela maior produtividade na colheita e menor participação de madeira posto fábrica, parcialmente compensados pelos maiores custos com serviços logísticos; ii) do menor consumo e preço (ex efeito câmbio) de energéticos, com destaque para gás natural pela maior eficiência energética da fábrica de Jacareí; e iii) maior receita de utilidades em função do maior volume exportado, proporcionado pela nova unidade de Ribas. Os efeitos positivos no custo caixa foram compensados pela valorização do USD médio frente ao BRL médio (+18%).

Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/t)¹



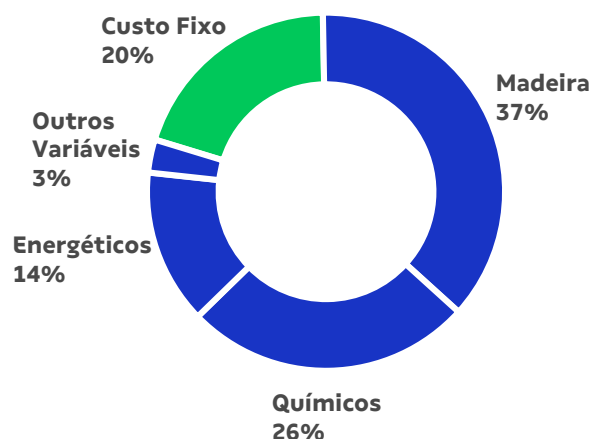
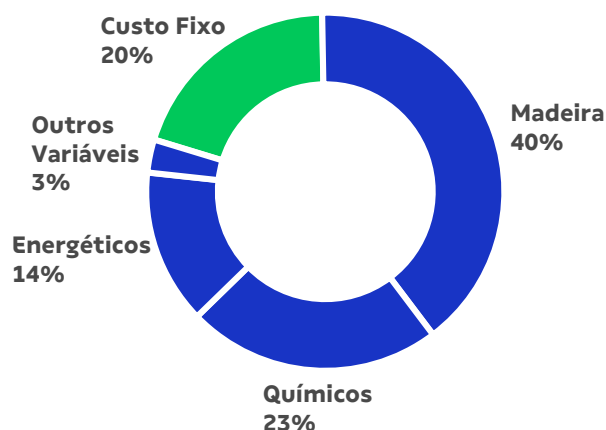
¹Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas..

Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/t)¹



¹Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.

O custo caixa sem paradas de 2024 apresentou redução de 6% em relação a 2023, em função do menor custo com insumos (especialmente gás natural e soda cáustica) e pelo menor custo da madeira, sobretudo em função do menor raio médio no período e menor consumo específico de madeira. Esses efeitos foram compensados pela valorização do USD médio frente ao BRL (+8%).

Custo Caixa 4T24¹Custo Caixa 4T23¹

¹Considera o custo caixa sem paradas. Não considera venda de energia.

EBITDA DO SEGMENTO CELULOSE

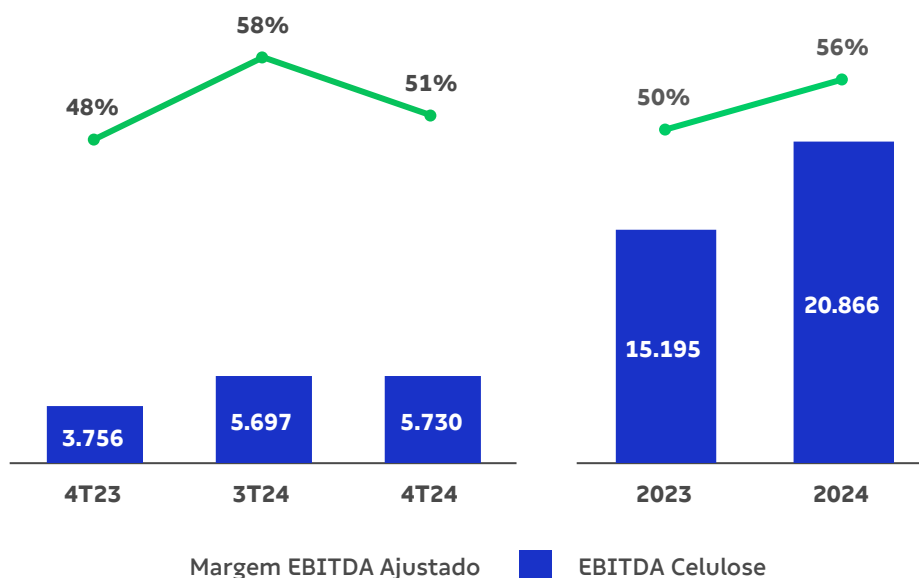
Segmento Celulose	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	5.730	5.697	1%	3.756	53%	20.866	15.195	37%
Volume Vendido (mil t)	3.284	2.635	25%	2.761	19%	10.865	10.215	6%
EBITDA Ajustado ¹ Celulose (R\$/t)	1.745	2.162	-19%	1.360	28%	1.921	1.487	29%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

O **EBITDA Ajustado da celulose** foi 1% superior em relação ao 3T24, em função: i) do maior volume de vendas (+25%) principalmente a partir da entrada em operação de Ribas do Rio Pardo; e ii) da valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+5%). Esses efeitos foram compensados: i) pelo menor preço médio líquido da celulose em USD (-13%); ii) maior SG&A, por sua vez explicado principalmente pelo maior gasto com mão de obra, decorrente do aumento em remuneração variável e no quadro pessoal em função das novas operações; e iii) maior CPV (maior efeito das paradas programadas para manutenção e maiores gastos logísticos). A redução de 19% no EBITDA ajustado por tonelada é explicada pela queda do preço e maior SG&A.

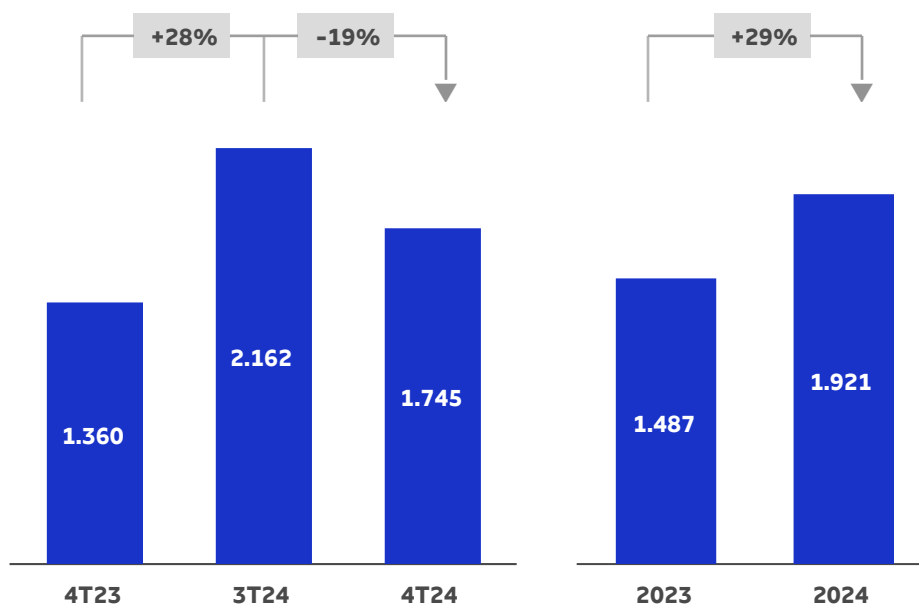
Quando comparado ao 4T23, o aumento de 53% do **EBITDA Ajustado da celulose** é devido: i) à valorização do USD médio frente ao BRL médio (+18%); ii) ao maior volume de vendas (+19%); e iii) ao aumento do preço médio líquido em USD (+3%). Tais fatores foram parcialmente compensados pelo i) maior CPV por tonelada, explicado principalmente pelo maior impacto das paradas programadas para manutenção e serviços logísticos; ii) maior SG&A, relacionado à maior provisão para remuneração variável e aumento do quadro pessoal em função das novas operações (Ribas e Suzano Packaging US). O aumento de 28% no EBITDA ajustado por tonelada ocorreu, principalmente, em função da valorização do USD médio em relação ao BRL médio.

EBITDA Ajustado¹ (R\$ milhões) e Margem EBITDA Ajustado (%) de Celulose



¹Desconsidera itens não recorrentes.

EBITDA Ajustado Celulose por tonelada (R\$/t)



GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO CELULOSE

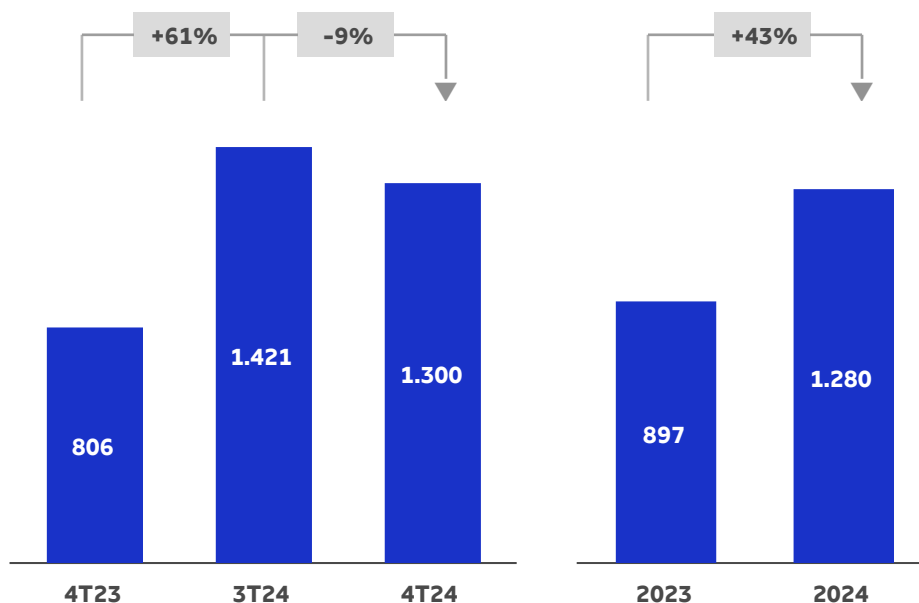
Segmento de Celulose (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	5.730	5.697	1%	3.756	53%	20.866	15.195	37%
Capex Manutenção ²	(1.462)	(1.953)	-25%	(1.531)	-5%	(6.960)	(6.028)	15%
Geração de Caixa Operacional	4.268	3.744	14%	2.225	92%	13.906	9.167	52%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

²Regime caixa.

A geração de caixa operacional por tonelada do segmento de celulose foi 9% inferior em relação ao 3T24 devido à queda do EBITDA por tonelada, parcialmente compensada pelo menor capex de manutenção por tonelada. Quando comparado ao 4T23, o aumento de 61% deve-se ao maior EBITDA por tonelada e ao menor capex de manutenção por tonelada.

Geração de Caixa Operacional de Celulose por tonelada (R\$/t)



DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE PAPEL

Os dados e as análises a seguir incorporam os resultados conjuntos dos negócios de papel e bens de consumo (*tissue*).

VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE PAPEL

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou um crescimento de 7% nos dois primeiros meses do 4T24 em relação aos dois primeiros meses do 3T24 e um crescimento de 12% na comparação com o mesmo período ano anterior.

A demanda nos mercados atendidos pela empresa seguiu sólida no trimestre. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve crescimento em todas as linhas, impulsionada pela melhora na atividade econômica e uma concentração maior de compras de papel para o programa de livros didáticos do governo federal no período. Na comparação com os dois meses do trimestre anterior, tivemos uma redução já esperada na demanda por papéis revestidos, com o fim do ciclo eleitoral, compensada pelo crescimento na demanda das linhas de papéis não revestidos.

Em relação aos mercados internacionais servidos pela companhia, o ano foi marcado pela demanda saudável, sobretudo na América do Norte e na América Latina, onde efeitos locais como eleições e a baixa base de comparação com o ano anterior acabaram compensando a tendência estrutural de redução na demanda nas linhas de papel I&E. Entretanto, no último trimestre houve indícios da demanda mais próxima à tendência estrutural de queda, sobretudo na Europa.

Referente à demanda de papelcartão no Brasil, houve uma redução de 4% na demanda nos dois primeiros meses do 4T24 em relação aos dois primeiros meses do trimestre anterior, enquanto na comparação com o mesmo período de 2023, houve um crescimento de 9.5%, de acordo com o IBÁ. Esse crescimento vs. 2023 foi resultado do desempenho positivo do consumo das famílias e da economia brasileira, enquanto a redução vs. o trimestre anterior refletiu um arrefecimento na atividade econômica no último trimestre de 2024, em setores específicos, como o farmacêutico.

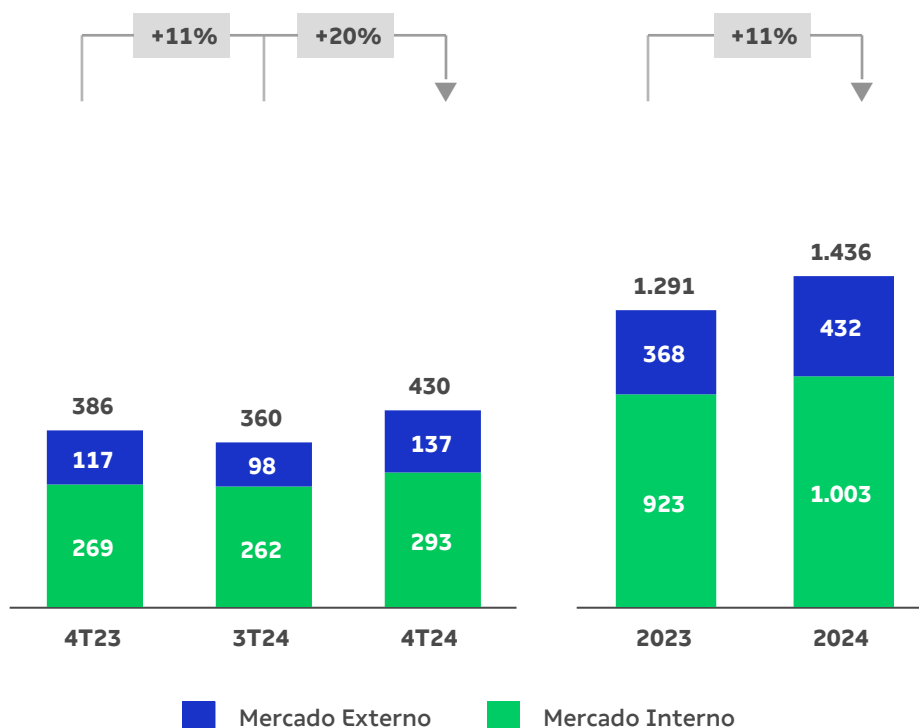
Consolidando os segmentos de mercado acima mencionados (mercado de papel acessível às operações brasileiras da Suzano), a demanda teve crescimento de 11% nos dois primeiros meses do 4T24 na comparação com o 4T23, segundo dados do IBÁ. No acumulado dos 11 meses de 2024, a demanda cresceu 5%, na comparação com o mesmo período de 2023.

O trimestre também foi marcado pela conclusão da aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen nos EUA e o início da gestão da companhia sobre tais operações. A integração dos novos colaboradores, ativos industriais, clientes e fornecedores ocorre conforme o plano desenhado antes da aquisição. No trimestre foram renegociados todos os contratos comerciais, com condições comerciais mais favoráveis à Suzano, bem como foram concluídas as negociações de insumos e serviços logísticos visando a captura de sinergias. O *turn-around* industrial na busca de melhor performance operacional e maior volume de produção transcorre como o previsto.

As **vendas de papel** da Suzano (imprimir & escrever, papelcartão e tissue) no mercado interno totalizaram 293 mil toneladas no 4T24, crescimento de 12% em relação ao trimestre anterior, motivada pelo crescimento das vendas de papel não revestido. Em relação ao 4T23, o crescimento de 9% foi decorrente do aumento de vendas de papéis Imprimir & Escrever (principalmente em papel não revestido) e de papelcartão.

As **vendas de papel** nos mercados internacionais totalizaram 137 mil toneladas, representando 32% do volume total de vendas no 4T24. O aumento de 41% em relação ao 3T24 e de 17% em relação ao 4T23, ocorreu devido à adição dos novos volumes de papelcartão da Suzano Packaging US a partir de Outubro de 2024.

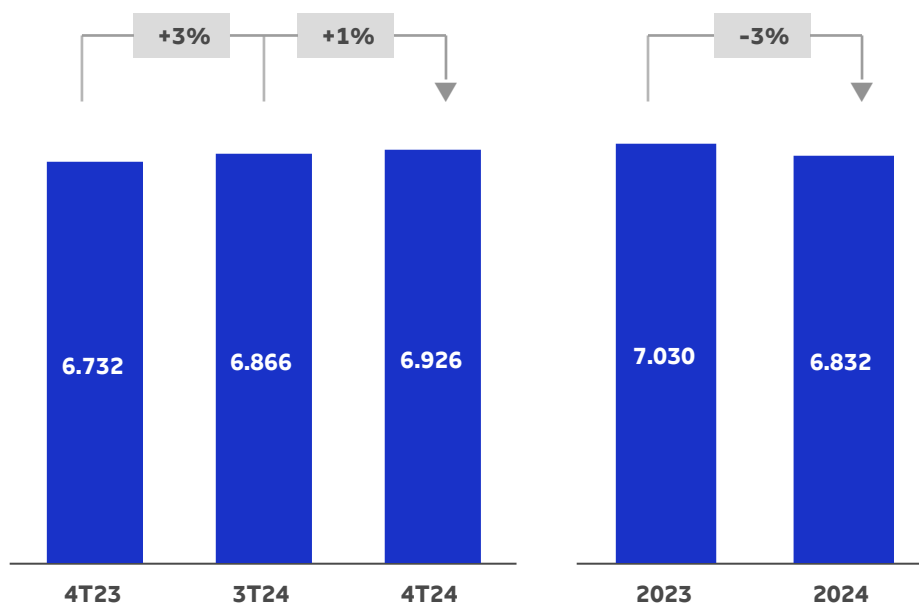
Volume de Vendas de Papel (mil t)¹



¹Inclui a unidade de bens de consumo e os volumes dos meses de out/24 e nov/24 da operação da Unidade Suzano Packaging US.

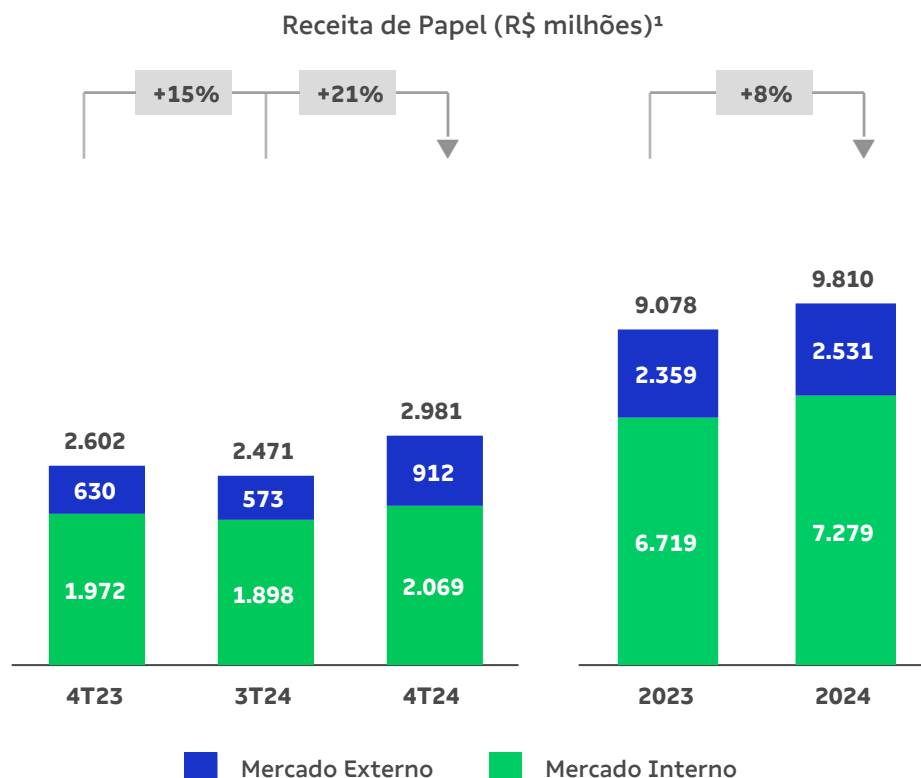
O **preço médio líquido** teve aumento de +1% em relação ao trimestre anterior, em função da adição dos volumes da Suzano Packaging US, bem como a valorização do USD médio em relação ao BRL médio. Em relação ao 4T23, o aumento de +3% ocorreu por conta dos mesmos fatores mencionados anteriormente.

Preço Médio Líquido de Papel (R\$/t)¹



¹Inclui a unidade de bens de consumo e os volumes dos meses de out/24 e nov/24 da operação da Unidade Suzano Packaging US.

A **receita líquida de papel** foi de R\$ 2.981 milhões, aumento de 21% em relação ao 3T24, sobretudo em função do maior volume de vendas (+20%), por sua vez impactado pelos volumes da Suzano Packaging US e 15% em relação ao 4T23, por conta da valorização do dólar médio frente ao real (+18%) e maior volume de vendas (+11%), também impactado pelos volumes da Suzano Packaging US.



¹Inclui a unidade de bens de consumo e a receita líquida dos meses de out/24 e nov/24 da operação da Unidade Suzano Packaging US..

EBITDA DO SEGMENTO PAPEL

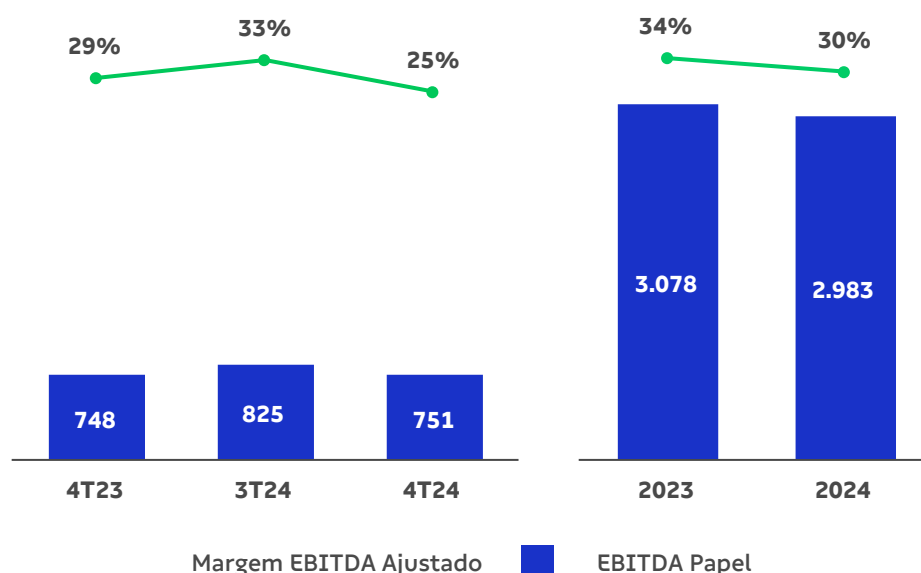
Segmento Papel	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	751	825	-9%	748	0%	2.983	3.078	-3%
Volume Vendido (mil t)	430	360	20%	386	11%	1.436	1.291	11%
EBITDA Ajustado ¹ Papel (R\$/t)	1.746	2.294	-24%	1.936	-10%	2.078	2.384	-13%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

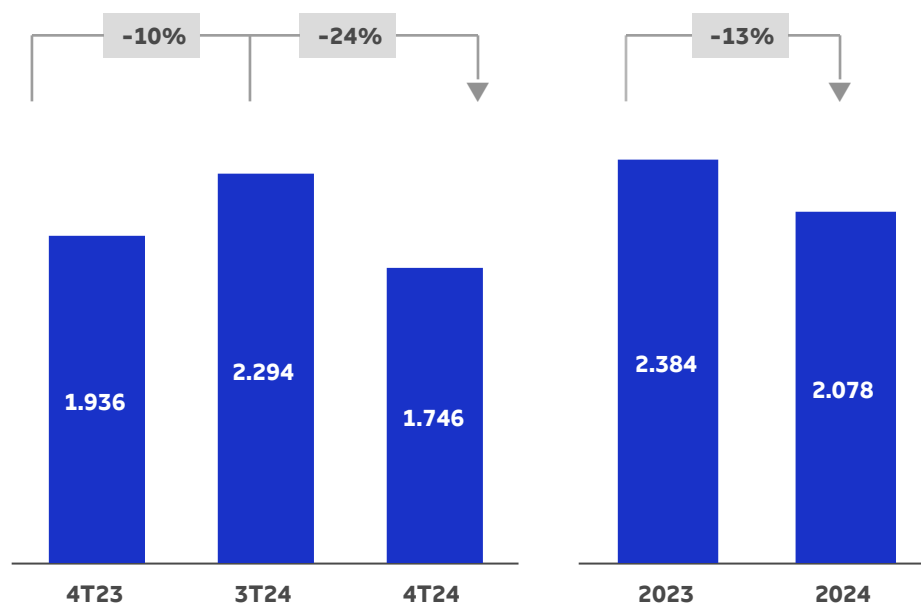
O **EBITDA Ajustado do papel** teve uma redução de 9% na comparação com o 3T24, em função: (i) do aumento CPV base caixa, dado impactado adicional da nova operação da Suzano Packaging US; e (ii) da maior despesa com SG&A, por sua vez em função da elevação dos gastos com pessoal (referente ao ajuste da provisão de remuneração variável) e da nova operação da Suzano Packaging US. Esses efeitos foram parcialmente compensado pela redução do custo com insumos (efeito preço e consumo) e menor custo da madeira nas demais operações, além do maior volume vendido. Na análise do EBITDA ajustado por tonelada, a redução de 24% é explicada pelos mesmos fatores ex-volumes.

Em relação ao 4T23, o indicador ficou estável, sendo os fatores positivos o aumento da receita líquida (volume e preço maiores) e a valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+18%). Estes foram compensados: i) pelo maior CPV base caixa, impactado pela nova operação da Suzano Packaging US (apesar da redução no custo de insumos e madeira nas demais operações); e ii) pelo maior SG&A, impactado pela elevação dos gastos com pessoal (referente ao ajuste da provisão de remuneração variável) e pela nova operação da Suzano Packaging US. Na análise do **EBITDA ajustado por tonelada**, a queda de 10% é explicada pelos mesmos fatores.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões) e
Margem EBITDA Ajustado (%) de Papel



EBITDA Ajustado Papel (R\$/t)



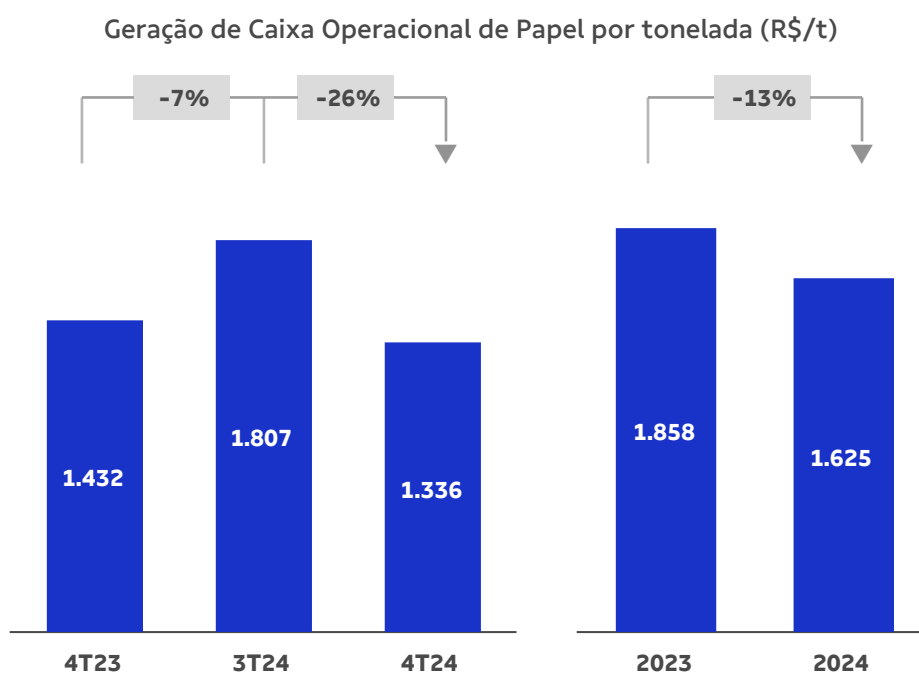
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO PAPEL

Ger. Operacional – Papel (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	751	825	-9%	748	0%	2.983	3.078	-3%
Capex Manutenção ²	(176)	(175)	1%	(195)	-10%	(650)	(679)	-4%
Geração de Caixa Operacional	575	650	-12%	553	4%	2.334	2.400	-3%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

²Em regime caixa.

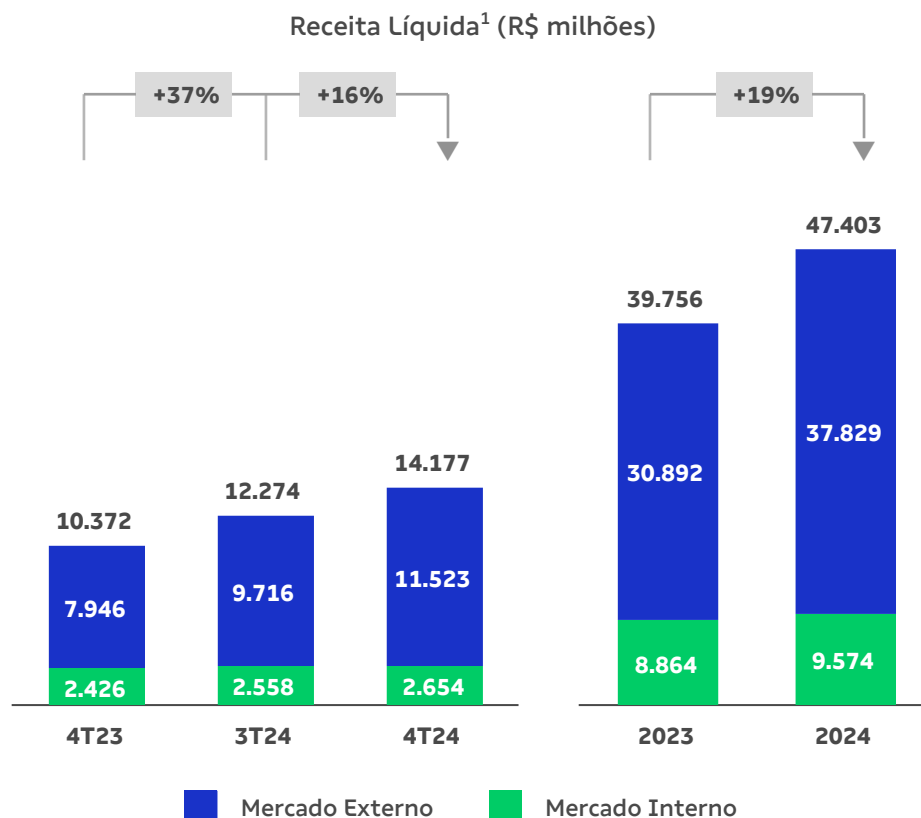
A **geração de caixa operacional por tonelada do papel** foi de R\$ 1.336/t no 4T24, uma redução de 26% em comparação ao 3T24 e redução de -7% em relação ao mesmo período do ano anterior, como resultado do menor EBITDA por tonelada parcialmente compensado pelo menor capex de manutenção por tonelada.



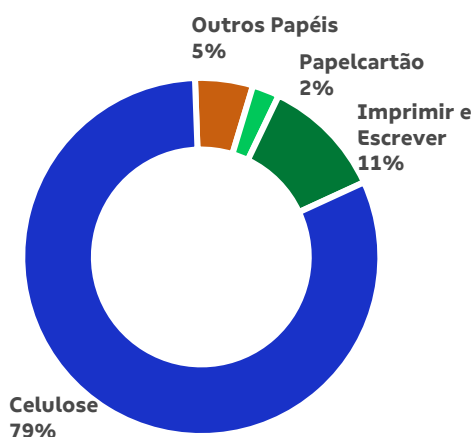
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

A **receita líquida** da Suzano no 4T24 foi de R\$ 14.177 milhões, sendo 81% gerada no mercado externo (vs. 79% no 3T24 e 77% no 4T23). Em relação ao 3T24, o aumento de 16% é explicado pelo maior volume vendido (+25%) e pela valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+5%), parcialmente compensados pelo menor preço médio líquido de celulose em dólar (-13%). A elevação de 37% da receita líquida consolidada em relação ao 4T23 é explicada principalmente pela valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+18%) e pelo maior volume vendido de celulose (+19%).



Composição da Receita Líquida (4T24)



¹Não inclui a receita de serviços de Portocel.

CALENDÁRIO DE PARADAS PROGRAMADAS PARA MANUTENÇÃO

Fábrica – Capacidade Celulose	2023				2024				2025			
	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Aracruz - Linha A (ES) – 590 kt									Sem parada			
Aracruz - Linha B (ES) – 830 kt		Sem parada										
Aracruz - Linha C (ES) – 920 kt		Sem parada				Sem parada						
Imperatriz (MA) ¹ – 1.650 kt									Sem parada			
Jacareí (SP) – 1.100 kt									Sem parada			
Limeira (SP) ¹ – 690 kt												
Mucuri - Linha 1 (BA) ¹ – 610 kt					Sem parada							
Mucuri - Linha 2 (BA) – 1.130 kt									Sem parada			
Ribas do Rio Pardo (MS) - 2.550 kt	N/A				Sem parada							
Suzano (SP) ¹ – 620 kt												
Três Lagoas - Linha 1 (MS) – 1.300 kt					Sem parada							
Três Lagoas - Linha 2 (MS) – 1.950 kt					Sem parada							
Veracel (BA) ² – 560 kt									Sem parada			

¹Inclui as capacidades integradas e fluff.

²Veracel é uma joint operation entre Suzano (50%) e Stora Enso (50%) e sua capacidade total anual é de 1.120 mil t.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO

CPV (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
CPV	8.761	6.848	28%	6.776	29%	27.402	25.077	9%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	(2.542)	(2.034)	25%	(1.904)	34%	(8.135)	(6.718)	21%
CPV base caixa	6.218	4.814	29%	4.872	28%	19.267	18.358	5%
Volume de vendas (mil t)	3.714	2.995	24%	3.148	18%	12.300	11.507	7%
CPV base caixa/t (R\$/t)	1.674	1.607	4%	1.548	8%	1.566	1.595	-2%

O **CPV base caixa** no 4T24 totalizou R\$ 6.218 milhões ou R\$ 1.674/t. Na comparação com o 3T24, o CPV base caixa teve aumento de 29%, principalmente em função: i) do maior volume de vendas de celulose, proporcionado principalmente pela nova fábrica de Ribas; ii) efeito adicional no custo em decorrência da nova operação da Suzano Packaging US; iii) valorização do USD médio em relação ao BRL médio de 5% sobre os itens mais expostos à moeda estrangeira (i.e. alguns químicos, energéticos e frete marítimo); iv) maior efeito das paradas programadas para manutenção; e v) maiores custos logísticos (sobretudo pelo efeito mix de fábricas). Esses fatores foram parcialmente compensados pelo impacto positivo da aceleração da curva de aprendizado de Ribas e menor custo caixa de produção de celulose. Na análise por tonelada, o indicador foi 4% superior devido aos mesmos fatores ex-volumes.

Na comparação com o 4T23, o **CPV base caixa** teve aumento de 28% em função sobretudo: i) do maior volume vendido de celulose; ii) do impacto adicional no custo com a nova operação da Suzano Packaging US; iii) maior impacto das paradas programadas para manutenção; iv) valorização do USD médio frente ao BRL médio de 18% sobre os itens mais expostos à moeda estrangeira como citado anteriormente; e v) maiores custos logísticos. Na análise por tonelada, o indicador foi 8% maior que no mesmo período do ano anterior devido aos mesmos fatores ex-volumes.

DESPESAS DE VENDAS

Despesas de Vendas (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Despesas de vendas	857	728	18%	712	20%	2.939	2.596	13%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	(237)	(239)	-1%	(239)	-1%	(955)	(952)	0%
Despesas de vendas base caixa	619	489	27%	473	31%	1.983	1.644	21%
Volume de vendas (mil t)	3.714	2.995	24%	3.148	18%	12.300	11.507	7%
Despesas de vendas base caixa/t (R\$/t)	167	163	2%	150	11%	161	143	13%

As **despesas com vendas base caixa** apresentaram aumento de 27% em relação ao 3T24, em função principalmente: i) do maior volume vendido; ii) maiores gastos com mão de obra (maior quadro de pessoal associado às novas operações de Ribas e Suzano Packaging US); e iii) da valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+5%) sobre as despesas logísticas internacionais. Na análise por tonelada, as despesas de vendas base caixa tiveram aumento de 2% devido aos fatores mencionados, ex-volumes.

Quando comparado ao 4T23, as despesas de vendas base caixa foram 31% superiores, decorrentes principalmente: i) valorização do USD médio em relação BRL médio (18%) principalmente sobre despesas logísticas internacionais; ii) maior volume vendido; iii) maiores despesas com mão de obra, em grande parte associadas às novas operações (Ribas e Suzano Packaging US). As despesas com vendas base caixa por tonelada tiveram uma elevação de 11%, em função dos mesmos fatores elencados anteriormente ex-volumes.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Despesas gerais e administrativas	990	569	74%	615	61%	2.620	1.923	36%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	(38)	(36)	6%	(33)	15%	(144)	(119)	21%
Despesas gerais e administrativas base caixa	952	533	79%	582	64%	2.476	1.804	37%
Volume de vendas (mil t)	3.714	2.995	24%	3.148	18%	12.300	11.507	7%
Despesas gerais e administrativas base caixa/t (R\$/t)	256	178	44%	185	39%	201	157	28%

Na comparação com o 3T24, a elevação de 79% das **despesas gerais e administrativas base caixa** é explicada principalmente por: i) maiores gastos com pessoal (principalmente referente ao ajuste da provisão de remuneração variável); e ii) maiores gastos com serviços de terceiros. A mesma análise explica o acréscimo de 44% na comparação por tonelada.

Na comparação com o 4T23, as despesas gerais e administrativas base caixa foram 64% superiores em função principalmente: i) de maiores gastos com pessoal, por sua vez devido à maior provisão para remuneração variável e aumento do quadro de pessoal em função das novas operações e ii) maiores gastos com serviços de terceiros (sobretudo TI, auditoria e consultoria). Na análise por tonelada, o aumento de 39% é justificado pelos mesmos fatores.

A rubrica “**outras receitas (despesas) operacionais**” totalizou receita de R\$ 846 milhões no 4T24, em comparação a uma despesa de R\$ 8 milhões no 3T24 e receita de R\$ 902 milhões no 4T23. A variação em relação ao 3T24 é explicada sobretudo pela atualização do valor justo do ativo biológico (que ocorre no segundo e quarto trimestre de cada ano). Em relação ao 4T23, a variação ocorreu em função de eventos diversos de baixa materialidade.

EBITDA AJUSTADO

Consolidado	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	6.481	6.523	-1%	4.505	44%	23.849	18.273	31%
Margem EBITDA Ajustado	46%	53%	-7 p.p	43%	2 p.p	50%	46%	4 p.p
Volume Vendido (mil t)	3.714	2.995	24%	3.148	18%	12.300	11.507	7%
EBITDA Ajustado ¹ Consolidado (R\$/t)	1.745	2.178	-20%	1.431	22%	1.939	1.588	22%

¹ Desconsidera itens não recorrentes.

A redução de -1% do **EBITDA Ajustado** do 4T24 em relação ao 3T24 é explicado sobretudo: i) pelo menor preço médio líquido de celulose em dólar (-13%); e ii) pelo maior gasto com SG&A em função dos maiores gastos com pessoal, por sua vez devido principalmente à maior provisão para remuneração variável. Esses fatores foram compensados principalmente pelo maior volume vendido de celulose (+24%), bem como pela valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+5%). A redução de -20% no EBITDA ajustado por tonelada é explicada pela queda do preço da celulose em dólar e maior SG&A.

Já em relação ao 4T23, o aumento de 44% no **EBITDA Ajustado** ocorreu em função, principalmente: i) da valorização do USD médio em relação ao BRL médio (+18%); e ii) do maior volume de vendas em celulose (+19%) e em papel (+11%), esses efeitos foram parcialmente compensados pelo i) maior CPV base-caixa, por sua vez relacionado a nova operação da Suzano Packaging US, e ao maior impacto das paradas programadas e maiores custos logísticos e ii) maior SG&A (conforme detalhado anteriormente).

O EBITDA ajustado por tonelada teve um aumento de 22% devido aos mesmo motivos, ex-volume.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Despesas Financeiras	(1.692)	(1.567)	8%	(1.175)	44%	(5.542)	(4.659)	19%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda local	(393)	(376)	5%	(376)	5%	(1.470)	(1.465)	0%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(1.077)	(1.021)	5%	(884)	22%	(3.944)	(3.332)	18%
Juros capitalizados ¹	77	81	-5%	344	-78%	960	1.160	-17%
Outras despesas financeiras	(298)	(251)	19%	(259)	15%	(1.088)	(1.022)	6%
Receitas Financeiras	435	421	3%	610	-29%	1.737	1.826	-5%
Juros sobre aplicações financeiras	386	393	-2%	565	-32%	1.598	1.668	-4%
Outras receitas financeiras	50	28	79%	45	11%	139	157	-11%
Variação Cambial e Monetária	(8.930)	1.231	-	1.343	-	(15.885)	3.088	-
Variação cambial dívida	(9.699)	1.370	-	2.024	-	(17.713)	4.186	-
Outras variações cambiais e monetárias	770	(139)	-	(681)	-	1.827	(1.098)	-
Resultado de operações com derivativos²	(5.370)	782	-	1.492	-	(9.113)	5.527	-
Hedge de Fluxo de caixa – Operacional	(3.920)	621	-	1.006	-	(6.146)	3.258	-
Hedge do Fluxo de caixa – Cerrado	—	13	-	125	-	(96)	447	-
Hedge de dívida	(1.319)	199	-	299	-	(2.647)	1.532	-
Outros ³	(132)	(50)	-	62	-	(224)	290	-
Resultado Financeiro Líquido	(15.556)	867	-	2.269	-	(28.803)	5.781	-

¹Capitalização de juros referente a obras em andamento.

²Variação da marcação a mercado (4T24: -R\$ 6.568 milhões | 3T24: -R\$ 1.396 milhões), somada aos ajustes pagos e recebidos (4T24: -R\$ 198 milhões).

³Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

As **despesas financeiras** foram 8% superiores em relação ao 3T24 devido ao aumento das despesas de juros em moeda estrangeira, em função da valorização do USD em relação ao BRL no período, e o aumento da rubrica de "outras despesas financeiras" com a atualização da provisão sobre processos jurídicos. Comparado ao 4T23, as despesas financeiras registraram um aumento de 44%, em função da redução em juros capitalizados a partir dos recursos investidos na execução do Projeto Cerrado e do aumento das despesas de juros em moeda estrangeira, por sua vez em função também da valorização do USD em relação ao BRL.

As **receitas financeiras** apresentaram aumento de 3% em comparação ao 3T24, em função da elevação na rubrica "outras receitas financeiras", por sua vez resultado da correção monetária de impostos e contribuições federais a restituir. Em relação ao 4T23, houve uma redução de 29% nas receitas financeiras explicada pela redução nos juros sobre aplicações financeiras, em função de receita financeira menor em subsidiárias, bem como ao menor nível médio de caixa offshore.

As **variações cambiais e monetárias** reduziram o resultado financeiro da Companhia em R\$ 8.930 milhões em decorrência da valorização do USD frente ao BRL no 3T24 (+14%), impactando a parcela da dívida em moeda estrangeira (US\$ 13.405 milhões ao final do 4T24). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo resultado positivo da variação cambial sobre outros itens do balanço em moeda estrangeira.

Importante ressaltar que o impacto contábil da variação cambial na dívida em moeda estrangeira tem efeito caixa somente nos respectivos vencimentos.

O **resultado de operações com derivativos** foi negativo em R\$ 5.370 milhões no 4T24 sobretudo em função do impacto negativo da desvalorização cambial. A marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 foi negativa em R\$ 6.568 milhões, vis a vis à marcação negativa de R\$ 1.396 milhões em 30 de setembro de 2024, perfazendo a variação negativa de R\$ 5.172 milhões. Importante destacar que o impacto da desvalorização do BRL sobre a carteira de derivativos só terá efeito caixa nos respectivos vencimentos. O efeito líquido no caixa referente ao vencimento de operações com derivativos no quarto trimestre foi negativo em R\$ 198 milhões (sendo negativo em R\$ 82 milhões referentes a hedge de dívida, R\$ 126 milhões negativos referentes a hedge de fluxo de caixa e R\$ 10 milhões positivos referentes a commodities).

Em decorrência dos fatores acima listados, e considerando todas as linhas de despesas e receitas financeiras, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 15.556 milhões no 4T24, em comparação ao resultado positivo de R\$ 867 milhões no 3T24 e positivo de R\$ 2.269 milhões no 4T23.

OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

A Suzano tem operações com derivativos exclusivamente com a finalidade de proteção (hedge). A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2024:

Hedge ¹	Nocional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)	
	Dez/24	Set/24	Dez/24	Set/24
Dívida	5.123	4.713	(1.843)	(607)
Fluxo de caixa – Operacional (ZCC + NDF)	7.433	7.623	(4.661)	(867)
Outros ²	342	361	(64)	78
Total	12.898	12.697	(6.568)	(1.396)

¹Vide nota 4 do ITR do 4º trimestre de 2024 para maiores detalhes e análises de sensibilidade do valor justo.

²Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

A política de exposição cambial da Companhia tem como objetivo minimizar a volatilidade da geração de caixa da Suzano e garantir maior flexibilidade na gestão do fluxo de caixa. Atualmente, a política estipula que o excedente de dólares pode ser parcialmente “hedgeado” (mínimo de 40% e até 75% da exposição cambial para os próximos 24 meses) por meio de instrumentos *plain vanilla*, como *Zero Cost Collar* (ZCC) e *Non-Deliverable Forward* (NDF). Amparado na previsão da política, em novembro de 2024, buscando o aumento da proteção cambial em um cenário de Real desvalorizado e taxas de juros altas, o Conselho de Administração aprovou um programa extraordinário de hedge de fluxo de caixa no total de US\$ 600 milhões para o período entre 25-30 meses. Tal programa extraordinário foi totalmente executado no 4T24. Ao final do 4T24, a cobertura do portfolio de hedge de fluxo de caixa estava em 73% da exposição cambial.

As operações de ZCC estabelecem limites inferiores e superiores da taxa de câmbio com objetivo de minimizar impactos negativos em casos em que ocorra uma elevada apreciação do BRL. Dessa forma, quando a taxa de câmbio ficar entre os limites estabelecidos, a Companhia não paga e nem recebe ajustes financeiros. Tal característica permite que se capture um maior benefício nas receitas de exportação em um eventual cenário de valorização do BRL frente ao USD, dentro do intervalo contratado. Para cenários extremos de valorização do BRL, a Companhia está protegida pelos limites inferiores, considerados adequados para a operação. Ao mesmo tempo, esse instrumento de proteção limita, temporária e parcialmente, os potenciais ganhos em cenários extremos de desvalorização do BRL, em que as taxas de câmbio superam os limites superiores contratados.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor em aberto das operações (*notional*) para venda futura de dólares através de ZCC relacionadas a Fluxo de Caixa era de US\$ 6.852 milhões, contratadas pelo intervalo médio de R\$ 5,36 a R\$ 6,16, com vencimentos distribuídos entre janeiro de 2024 e maio de 2027. Nesta mesma data, o valor em aberto das operações (*notional*) para venda futura de dólares por meio de NDF era de US\$ 581 milhões, com vencimentos distribuídos entre janeiro de 2025 e junho de 2026 e taxa média contratada de R\$ 5,78. O resultado com operações de hedge operacional de Fluxo de Caixa no 4T24 foi negativa em R\$ 3.920 milhões, em função principalmente da desvalorização cambial ocorrida no período (-28%). Já a marcação a mercado ("MtM" ou "valor justo") dessas operações ficou negativa em R\$ 4.661 milhões.

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade em relação ao impacto caixa que a Companhia poderá ter em suas carteiras de hedge de Fluxo de Caixa (ZCC e NDF) caso a taxa de câmbio permaneça a mesma da cotação de fechamento do 4T24 (R\$/US\$ = 6,19) nos próximos trimestres; bem como qual deve ser o impacto no caixa para variações de R\$ 0,10 abaixo/acima do patamar de *strike* da *put/call*, respectivamente, definidas a cada trimestre. Faz-se necessário ressaltar que os valores apresentados na tabela refletem estimativas da Companhia considerando as curvas de fechamento no período e que podem sofrer oscilações dependendo das condições de mercado.

			Ajuste caixa (R\$ milhões)		
Prazo (até)	Strike Range	Nocional (US\$ milhões)	Realizado	Com câmbio de fechamento 4T24 (R\$ 6,19)	Sensibilidade a R\$ 0,10 / US\$ de variação (+/-)
Zero Cost Collars					
4T24	–	–	10	–	–
1T25	5,51 - 6,36	95	–	(7)	10
2T25	5,28 - 6,07	989	–	(135)	99
3T25	5,16 - 5,96	1.138	–	(267)	114
4T25	5,09 - 5,85	1.376	–	(475)	138
1T26	5,14 - 5,91	1.127	–	(330)	113
2T26	5,36 - 6,17	1.257	–	(108)	126
3T26	6,18 - 7,08	45	–	–	5
4T26	6,42 - 7,30	245	–	61	25
1T27	6,35 - 7,29	150	–	23	15
2T27	6,42 - 7,34	430	–	100	43
Total	5,36 - 6,16	6.852	10	(1.137)	688
NDF					
4T24	–	–	(135)	–	–
1T25	5,75	270	–	(120)	27
2T25	5,75	221	–	(97)	22
1T26	5,85	27	–	(9)	3
2T26	5,95	63	–	(15)	6
Total	5,78	581	(135)	(242)	58

Com o objetivo de minimizar os efeitos das variações cambiais e taxas de juros sobre o valor da dívida e do fluxo de caixa, também são celebrados contratos de *swaps* de moedas e juros. Contratos de *swap* são celebrados considerando diferentes taxas de juros e índices de correção como forma de mitigar o descasamento entre os diferentes ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía em aberto (*notional*) US\$ 5.123 milhões em contratos de *swap* distribuídos conforme a tabela abaixo. O resultado com operações de hedge de dívida no 4T24 foi negativo em R\$ 1.319 milhões, principalmente em função da desvalorização cambial ocorrida no período (-28%). A marcação a mercado (valor justo) dessas operações foi negativa em R\$ 1.843 milhões.

Hedge de Dívida	Prazo (até)	Moeda	Nocional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)	
			Dez/24	Set/24	Dez/24	Set/24
Swap (CDI x USD)	2036	USD	910	910	(776)	(361)
Swap (CNH x USD)	2027	USD	166	–	(6)	–
Swap (Sofr x USD)	2030	USD	1.974	2.068	394	301
Swap (CDI x Sofr)	2034	USD	610	610	(591)	(153)
Swap Sofr	2029	USD	151	151	(38)	(25)
Swap (IPCA x CDI)	2044	BRL	1313 ¹	974 ¹	(826)	(369)
Total			5.123	4.713	(1.843)	(607)

¹Convertido pela taxa de fechamento do trimestre (R\$ 6,19).

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade¹ em relação ao impacto caixa que a Companhia poderá ter em sua carteira de hedge de dívida (*swaps*) caso a taxa de câmbio permaneça a mesma da cotação de fechamento do 4T24 (R\$/US\$ = 6,19) nos próximos trimestres; bem como qual deve ser a variação do impacto caixa para variações de R\$ 0,10 sobre a mesma taxa de câmbio de referência (4T24). Importante ressaltar que os valores apresentados na tabela refletem estimativas da Companhia considerando as curvas de fechamento do período e podem sofrer oscilações dependendo das condições de mercado.

Prazo (até)	Nocional (US\$ milhões)	Ajuste caixa (R\$ milhões)		
		Realizado	R\$ / US\$ = 6,19 (4T24)	Sensibilidade a R\$ 0,10 / US\$ de variação (+/-) ¹
4T24	–	(82)	–	–
2025	782	–	454	7
2026	448	–	368	8
2027	519	–	344	8
2028	230	–	209	23
>=2029	3.144	–	1.647	186
Total	5.123	(82)	3.022	232

¹Análise de sensibilidade assume variação apenas na taxa de câmbio (R\$/US\$), considerando demais variáveis constantes.

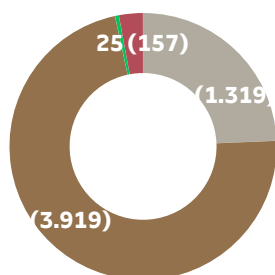
As demais transações com derivativos da Companhia referem-se a derivativo embutido em função de parceria florestal e *hedge* de commodities, conforme tabela abaixo.

Outros hedges	Prazo (até)	Indexador	Nocional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)		Ajuste caixa (R\$ milhões)	
			Dez/24	Set/24	Dez/24	Set/24	Dez/24	Set/24
Derivativo embutido	2039	Fixo Dólar US-CPI	138	140	(81)	76	–	–
Commodities	2025	Brent/VLSFO/Outros	204	221	17	2	10	16
Total			342	361	(64)	78	10	16

Parte dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé assinados tem seus preços denominados em dólar norte-americano por m³ de madeira em pé, reajustado de acordo com a inflação americana medido pelo CPI (*Consumer Price Index*), o qual não é considerado como relacionado ao ambiente econômico onde as áreas estão localizadas, caracterizando-se, portanto, um derivativo embutido. Tal instrumento apresentado na tabela acima são contratos de *swap* de venda das variações do US-CPI e de dólar nos prazos dos contratos - vide nota 4 das Demonstrações Financeiras do 4T24 para maiores detalhes e análise de sensibilidade do valor justo frente à possível variação acentuada do US-CPI e do dólar. Em 31 de dezembro de 2024, o valor em aberto (*notional*) referente à operação era de US\$ 138 milhões. O resultado deste *swap* no 4T24 foi negativo em R\$ 157 milhões. A marcação a mercado (valor justo) de tais operações foi negativa em R\$ 81 milhões ao final do trimestre.

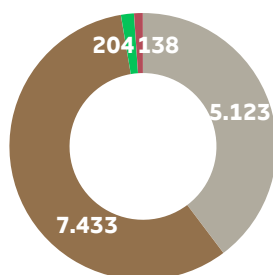
A Companhia também está exposta ao preço de algumas commodities e, portanto, avalia continuamente a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar tais riscos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor em aberto (*notional*) referente a tais operações era de US\$ 204 milhões. O resultado destes hedges no 4T24 foi positivo em R\$ 25 milhões. A marcação a mercado (valor justo) de tais operações foi positiva em R\$ 17 milhões ao final do trimestre.

Resultado de Operações de Hedge (R\$ milhões)



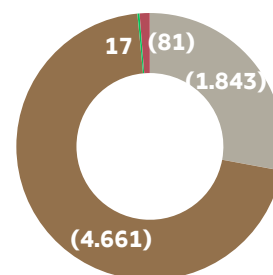
Total (5.370)

Nocional dos Derivativos (US\$ milhões)



Total 12.898

Valor Justo dos Derivativos (R\$ milhões)



Total (6.568)

Dívida
 Fluxo de Caixa
 Commodities
 Derivativo Embutido

RESULTADO LÍQUIDO

No 4T24, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 6.737 milhões, contra lucro líquido de R\$ 3.237 milhões no 3T24 e de R\$ 4.515 milhões no 4T23. A variação negativa observada em relação ao 3T24 ocorreu em função da variação negativa no resultado financeiro, por sua vez explicada pelo impacto negativo da valorização cambial sobre a dívida e operações com derivativos (em contrapartida ao resultado positivo observado no trimestre anterior); além da elevação do CPV e SG&A, conforme explicado anteriormente. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela receita de IR/CSLL diferido (incidentes principalmente sobre os resultados negativos de variação cambial sobre dívida e marcação dos derivativos), pela elevação da receita líquida e pela variação positiva na rubrica de outras receitas/despesas operacionais, por sua vez em função da reavaliação do ativo biológico.

A variação em comparação ao 4T23 também é explicada pela variação negativa no resultado financeiro (resultado da desvalorização cambial sobre a dívida e sobre as operações com derivativos vs. valorização cambial observada no 4T23), e da elevação do CPV e SG&A. Os fatores mencionados foram parcialmente compensados pelo montante positivo do IR/CSLL diferido (em oposição ao valor negativo do 4T23, quando do resultado positivo de variação cambial sobre dívida e marcação a mercado dos derivativos) e pela elevação na receita líquida.

ENDIVIDAMENTO

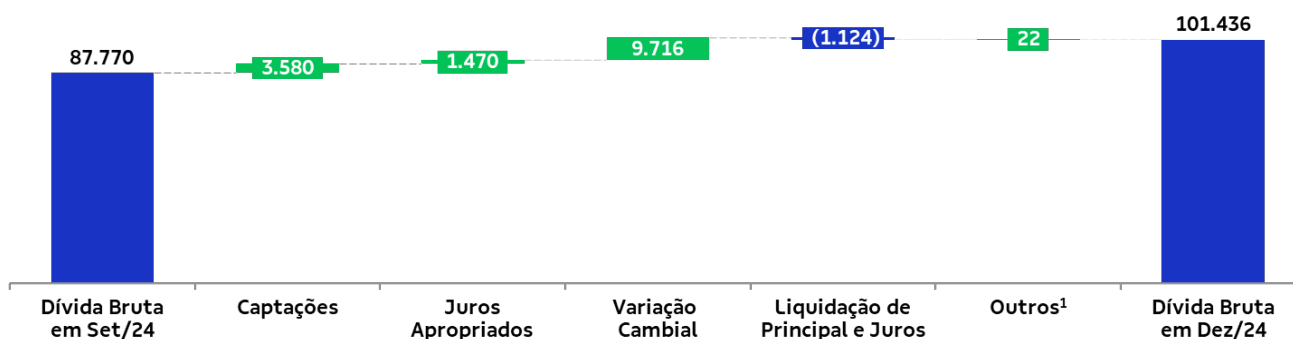
Endividamento (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y
Moeda Nacional	18.431	17.983	2%	15.868	16%
Curto Prazo	894	858	4%	1.155	-23%
Longo Prazo	17.537	17.126	2%	14.713	19%
Moeda Estrangeira	83.005	69.787	19%	61.305	35%
Curto Prazo	9.607	6.864	40%	3.603	167
Longo Prazo	73.397	62.923	17%	57.702	27%
Dívida Bruta Total	101.436	87.770	16%	77.173	31%
(-) Caixa	22.382	17.596	27%	21.613	4%
Dívida Líquida	79.053	70.175	13%	55.560	42%
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) – R\$</i>	3,3 x	3,2 x	-0,3x	3,0x	0,6x
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) – US\$</i>	2,9 x	3,1 x	-0,1x	3,1x	0,4x

¹Desconsidera itens não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2024, o total da **dívida bruta** era de R\$ 101,4 bilhões, sendo 90% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 10% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do trimestre, 82% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do *hedge* de dívida ficou em 90%. Em comparação ao 3T24, a dívida bruta teve aumento de 16%, função sobretudo da valorização do USD de fechamento frente ao BRL, além das captações realizadas no período. A Suzano encerrou o 4T24 com 46% da dívida total atrelada a instrumentos ESG.

A Suzano realiza a contratação de dívida em moeda estrangeira como estratégia de *hedge* natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

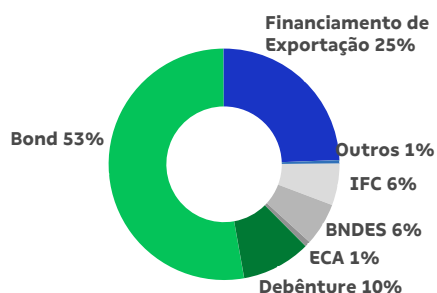
Evolução da Dívida Bruta (R\$ milhões)



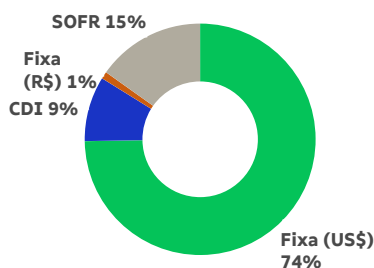
¹Correspondem principalmente a custos de transação (emissão, captação, ágio, deságio e menos valia de combinação de negócios, etc.).

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio total da dívida em dólar era de 5,0% a.a. (considerando a dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado), em 30 de setembro de 2024 este custo era de 4,9% a.a. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento do trimestre era de 73 meses versus 77 meses ao final do 3T24.

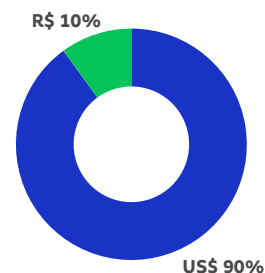
Exposição por instrumento



Exposição por Indicador¹



Exposição por Moeda²



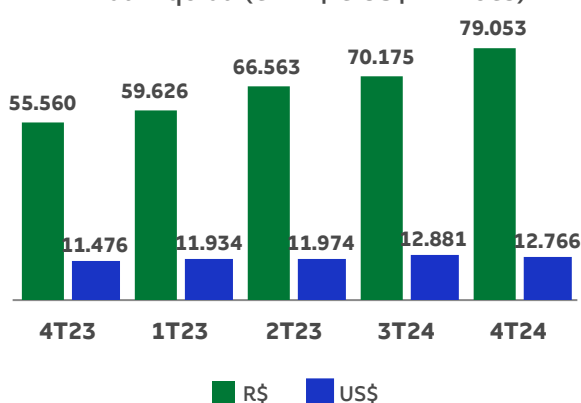
¹Considera a parcela da dívida com swap para taxa fixa em moeda estrangeira. A exposição na dívida original era: Fixa (US\$) – 53%, SOFR – 27%, CDI – 11%, Outros (Fixa R\$, IPCA, TJLP, outros) – 9%.

²Considera a parcela da dívida com swap para moeda estrangeira. A dívida original era 82% em USD e 18% em BRL.

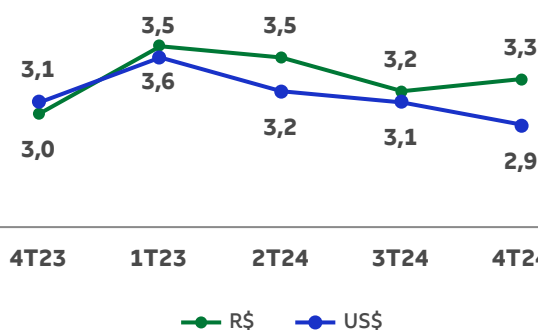
A **posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 22,4 bilhões, dos quais 29% em moeda estrangeira, alocados em conta remunerada ou aplicados em investimentos de renda fixa de curto prazo no exterior. O percentual remanescente de 71% estava aplicado em moeda nacional, em títulos de renda fixa (principalmente em CDBs, mas também em títulos públicos e outros), com remuneração indexada principalmente ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa possuía também uma linha de crédito rotativo (*stand by credit facility*) no valor total de R\$ 7,9 bilhões (US\$ 1,3 bilhão), com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027. A disponibilidade deste recurso contribui para fortalecer as condições de liquidez da empresa e pode ser utilizado em momentos de incerteza. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 22,4 bilhões somada à linha de crédito rotativo totalizava, em 31 de dezembro de 2024, uma posição de liquidez imediata no valor de R\$ 30,3 bilhões. Adicionalmente, a companhia tem contrato de financiamento Finnvera (US\$ 800 milhões) relacionados ao Projeto Cerrado, conforme Comunicado ao Mercado de 01/11/22, ainda não sacado, fortalecendo ainda mais sua condição de liquidez.

Dívida Líquida (em R\$ e US\$ milhões)



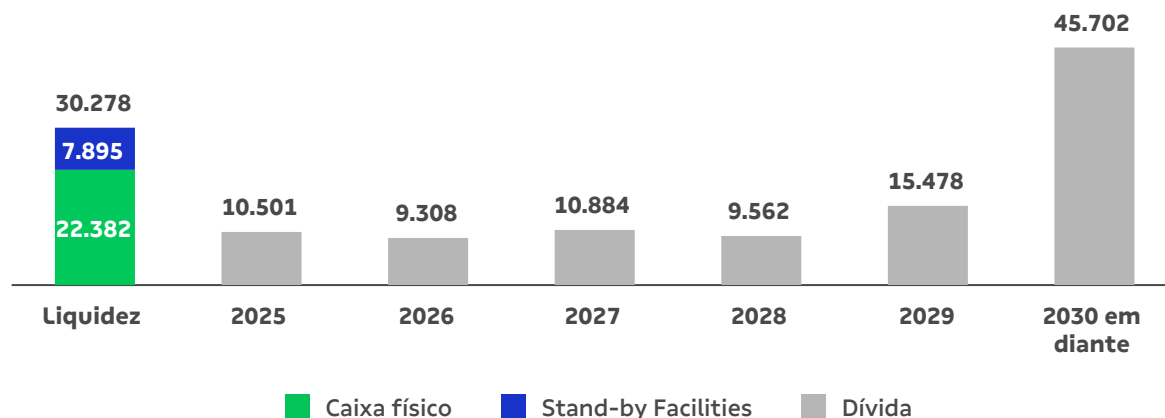
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado em R\$ e US\$ (x)



Em 31 de dezembro de 2024, a **dívida líquida** era de R\$ 79,1 bilhões (US\$ 12,8 bilhões) versus R\$ 70,2 bilhões (US\$ 12,9 bilhões) observados em 30 de setembro de 2024. O aumento da dívida líquida em moeda nacional é explicado pela variação cambial do período.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação **dívida líquida/EBITDA Ajustado** em BRL ficou em 3,3x em 31 de dezembro de 2024 (3,2x em 30/09/2024). Esse mesmo indicador, apurado em USD (medida estabelecida na política financeira da Suzano), reduziu para 2,9x em 31 de dezembro de 2024 (3,1x em 30/09/2024).

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)



A distribuição das linhas de *trade finance* e *non-trade finance* da dívida bruta total em 31 de dezembro de 2024 era composta conforme abaixo:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Trade Finance ¹	59%	61%	45%	40%	12%	0%	22%
Non-Trade Finance ²	41%	39%	55%	60%	88%	100%	78%

¹ACC, NCE, PPE

²Bonds, BNDES, CRA, Debêntures, entre outros.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

No 4T24, os investimentos de capital (em regime caixa) totalizaram R\$ 3.281 milhões. A queda de 43% em relação ao 3T24, ocorreu principalmente em função: i) do menor desembolso com aquisição de terras e florestas (conclusão no 3T24 da aquisição dos 70 mil hectares, sob gestão do BTG Pactual Timberland Investment Group); ii) de menores gastos com manutenção florestal, em grande parte relacionados ao menor volume de compra de madeira em pé de terceiros e menor gasto com atividades de silvicultura; e iii) menores investimentos no Projeto Cerrado, em função do fluxo de pagamentos. Esses fatores foram parcialmente compensados por maiores investimentos registrados na rubrica de expansão e modernização, sobretudo relacionados à nova fábrica de tissue e nova caldeira de biomassa em Aracruz (projetos anunciados em 26 de outubro de 2023).

Em relação ao 4T23, a redução de 22% deve-se principalmente aos menores gastos com o Projeto Cerrado. Este fator foi parcialmente compensado por maiores gastos com terras e florestas e aumento dos investimentos de expansão e modernização em Aracruz e Limeira.

O montante total dos investimentos de capital em 2024 foi executado em convergência ao guidance revisado e divulgado pela Companhia. Para mais detalhes, acesse o Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de dezembro de 2024 no site de RI da Suzano (ri.suzano.com.br).

Para 2025, a Administração aprovou um Orçamento de Capital de R\$ 12,4 bilhões, sendo R\$ 7,8 bilhões destinados à manutenção industrial e florestal, dentre outros apresentados na tabela abaixo.

Investimentos (R\$ milhões) ¹	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y	Guidance 2025
Manutenção	1.638	2.128	-23%	1.726	-5%	7.610	6.707	13%	7.813
Manutenção Industrial	460	331	39%	432	6%	1.285	1.329	-3%	1.737
Manutenção Florestal	1.107	1.743	-36%	1.221	-9%	6.168	5.199	19%	5.790
Outros	71	54	—	72	-2%	156	179	-12%	286
Expansão e Modernização	482	114	322%	145	233%	972	694	40%	1.572
Terras e Florestas	637	2.473	—	152	—	4.043	2.610	55%	2.140
Outros ²	0	123	-100%	11	—	2	55	-96%	6
Projeto Cerrado	523	893	-41%	2.190	-76%	4.493	8.511	-47%	850
Total	3.281	5.733	-43%	4.224	-22%	17.120	18.578	-8%	12.381

¹Os valores constantes na tabela acima não contemplam o efeito de monetização créditos de ICMS no estado do Espírito Santo. Não inclui a aquisição da participação minoritária na Lenzing, nem os investimentos relacionados às aquisições dos ativos da Pactiv em Pine Bluff e Waynesville (Suzano Packaging US).

²O decréscimo nesta rubrica se deve à reclassificação dos investimentos no estado do Espírito Santo (caldeira de biomassa e nova máquina de Tissue) para a linha de Expansão e Modernização.

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

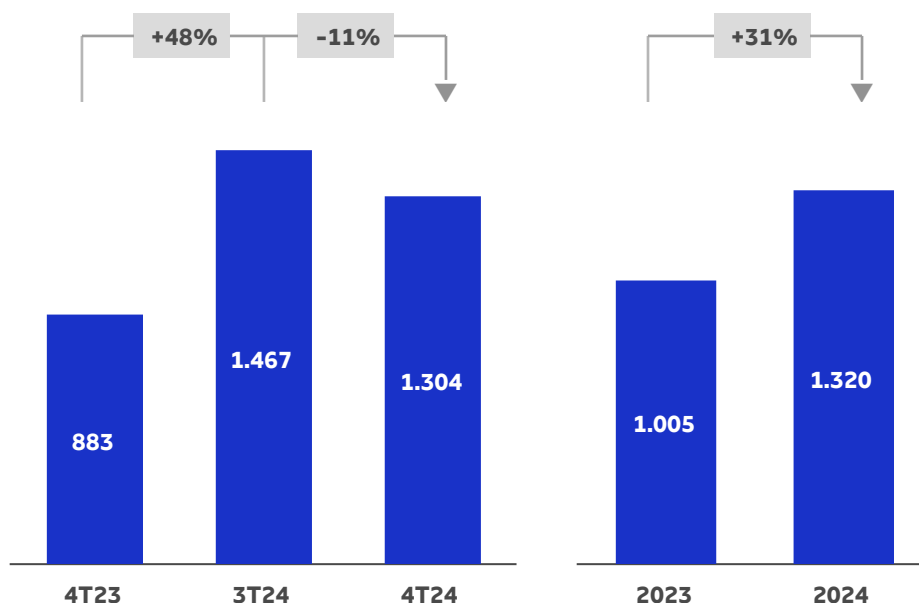
Geração de caixa operacional (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado¹	6.481	6.523	-1%	4.505	44%	23.849	18.273	31%
Capex Manutenção²	(1.638)	(2.128)	-23%	(1.726)	-5%	(7.610)	(6.707)	13%
Geração de Caixa Operacional	4.843	4.394	10%	2.779	74%	16.239	11.567	40%
Geração de Caixa Operacional (R\$/t)	1.304	1.467	-11%	883	48%	1.320	1.005	31%

¹Desconsidera itens não recorrentes.

²Em regime caixa

A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA Ajustado menos o capex de manutenção (em regime caixa), foi de R\$ 4.843 milhões no 4T24. A redução da geração de caixa operacional por tonelada de 11% vs. o 3T24 deve-se principalmente à queda no EBITDA por tonelada, parcialmente compensada pelo menor capex de manutenção por tonelada. Em relação ao 4T23, o aumento de 48% na geração de caixa operacional por tonelada ocorreu em função do maior EBITDA ajustado por tonelada e pelo menor capex de manutenção por tonelada.

Geração de Caixa Operacional por tonelada (R\$/t)



FLUXO DE CAIXA LIVRE

Fluxo de Caixa Livre (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado	6.481	6.523	-1%	4.505	44%	23.849	18.273	31%
(-) Capex Total ¹	(4.309)	(7.692)	-44%	(4.395)	-2%	(22.713)	(20.233)	12
(-) Contratos de arrendamentos – IFRS 16	(379)	(313)	21%	(348)	9%	(1.326)	(1.218)	9
(+/-) Δ Capital de Giro ²	639	568	13%	810	-21%	1.996	3.517	-43%
(-) Juros Líquidos ³	(612)	(1.170)	-48%	(627)	-2%	(3.741)	(4.048)	-8
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(102)	(91)	12%	(53)	92%	(366)	(308)	19
(-) Pagamento de Dividendos e JCP/ Recompra de ações	(306)	(2.497)	-88%	(190)	61%	(4.431)	(1.073)	—
(+/-) Ajustes Derivativos	(198)	331	—	1.174	—	(550)	3.559	—
Fluxo de Caixa Livre	1.214	(4.341)	—	876	—	(7.283)	(1.531)	—
(+) Capex Total ex-manutenção	2.382	5.677	-58%	2.763	-14%	12.154	13.818	-12%
(+) Pagamento de Dividendos e JCP/ Recompra de ações	306	2.497	-88%	190	61%	4.431	1.073	—
Fluxo de Caixa Livre Ajustado⁴	3.902	3.833	2%	3.829	2%	11.446	13.360	-14%

¹Em regime competência, exceto o investimento referente ao Projeto Cerrado a partir do 2T23, conforme nota explicativa 15 (Imobilizado) das Demonstrações Financeiras. Considera também a aquisição de terras e ativos florestais, participação societária na empresa Lenzing e a aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen.

²Considera custos de empréstimos capitalizados pagos (4T24: R\$ 77 milhões | 3T24: R\$ 81 milhões | 4T23: R\$ 344 milhões), sem impacto no FCL dado que o mesmo está contemplado com sinal oposto na rubrica de Capex Total.

³Considera juros pagos sobre dívida e juros recebidos sobre aplicações financeiras.

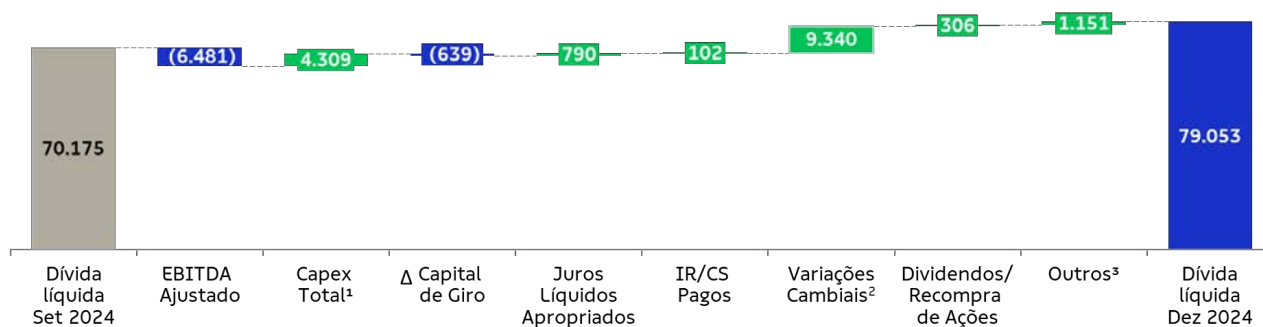
⁴Fluxo de caixa livre antes do pagamento de dividendos, JCP e recompra de ações e de capex ex-manutenção (regime competência).

O **Fluxo de Caixa Livre Ajustado** foi de R\$ 3.902 milhões no 4T24, em comparação a R\$ 3.833 milhões no 3T24 e a R\$ 3.829 milhões no 4T23. Em relação ao período anterior, o indicador teve aumento de 2%, em função principalmente da menor concentração de pagamento de juros no período, em grande parte compensada pelo ajuste caixa negativo dos derivativos (em oposição ao ajuste positivo observado no trimestre anterior).

Em relação ao 4T23, o indicador foi também 2% superior em função do maior EBITDA ajustado, parcialmente compensado pelo ajuste caixa negativo dos derivativos (vs. elevado ajuste positivo no 4T23), maior capex competência de manutenção e menor liberação de capital de giro (sobretudo aumento na rubrica de contas a receber pelo maior volume de vendas de celulose e papel).

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

A movimentação da dívida líquida no 4T24 ocorreu conforme abaixo:



¹Em regime competência exceto o capex referente ao Projeto Cerrado (regime caixa), alinhado com a Demonstração de Fluxo de Caixa.

²Líquidas das variações cambiais sobre caixa e aplicações financeiras.

³Considera valores base caixa relativos a ajuste de derivativos, contratos de arrendamentos, entre outros itens.

ESG

No âmbito social a Suzano implementou no 4T24 uma iniciativa em colaboração com sua cadeia de valor para a contratação de profissionais em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa envolve mais de 100 fornecedores da Companhia e está alinhada com sua estratégia de sustentabilidade, contribuindo no avanço da meta de retirar pessoas da linha da pobreza.

Ainda nesse trimestre, a Suzano firmou parcerias com a *RainForest Alliance* (RFA) e com a *The Nature Conservancy* (TNC) nos temas de biodiversidade e conservação de recursos hídricos, respectivamente. Além das instituições, estas parcerias reúnem outras partes interessadas como setor público, privado e da sociedade civil. A parceria com a RFA contribuirá para a implementação de projetos na Bacia Amazônica e para a concretização do compromisso de longo prazo da Suzano com a biodiversidade. Já a parceria com a TNC, desenvolverá mecanismos voltados à restauração, conservação e adoção de melhores práticas de gestão da terra, uma questão de importância estratégica para a Suzano.

Em novembro, a Suzano emitiu o primeiro *Green Panda Bond* (aproximadamente US\$ 165 milhões) do continente americano, considerando empresas não governamentais ou financeiras na região. Os recursos captados serão destinados ao plantio de florestas de eucalipto sustentáveis, certificadas pelo FSC e/ou PEFC, reafirmando o compromisso da empresa com práticas ambientalmente responsáveis.

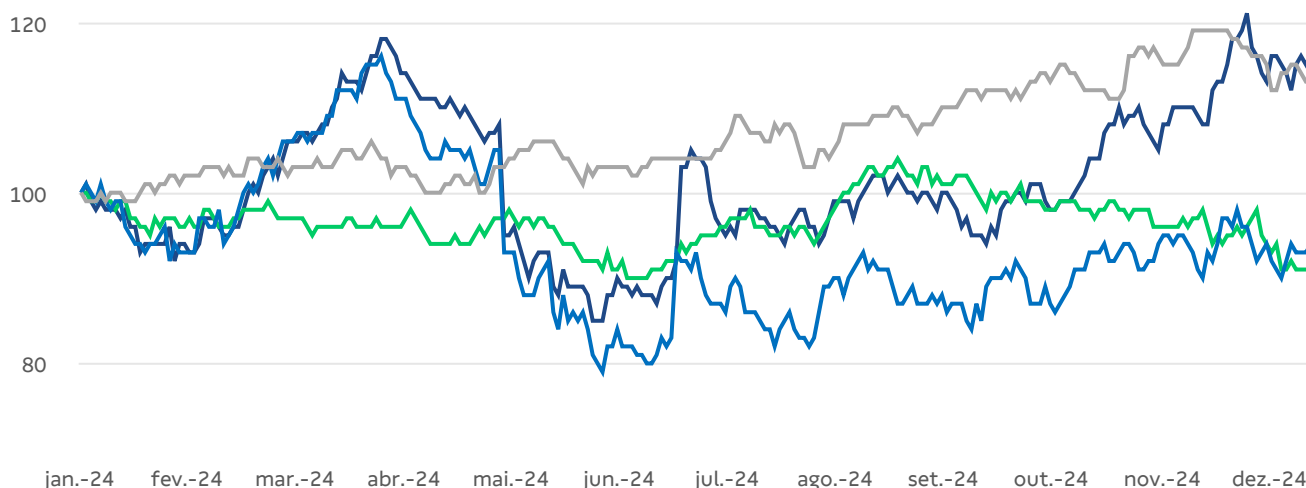
DESEMBOLSO TOTAL OPERACIONAL – CELULOSE

Conforme divulgada por meio de Fato Relevante em 12/12/2024, a previsão de desembolso total operacional previsto para 2027 é de aproximadamente R\$ 1.900 por tonelada e a evolução do indicador segue conforme planejado, considerando as premissas cambiais e monetárias utilizadas. Tal estimativa refere-se à moeda em termos reais de 2025. A Companhia também informa que o DTO de 2024 ficou em R\$ 2.172/t, composto por custo caixa de produção (incluindo paradas) de R\$ 875/t, capex de manutenção de R\$ 607/t e Frete mais SG&A de R\$ 690/t.

MERCADO DE CAPITAIS

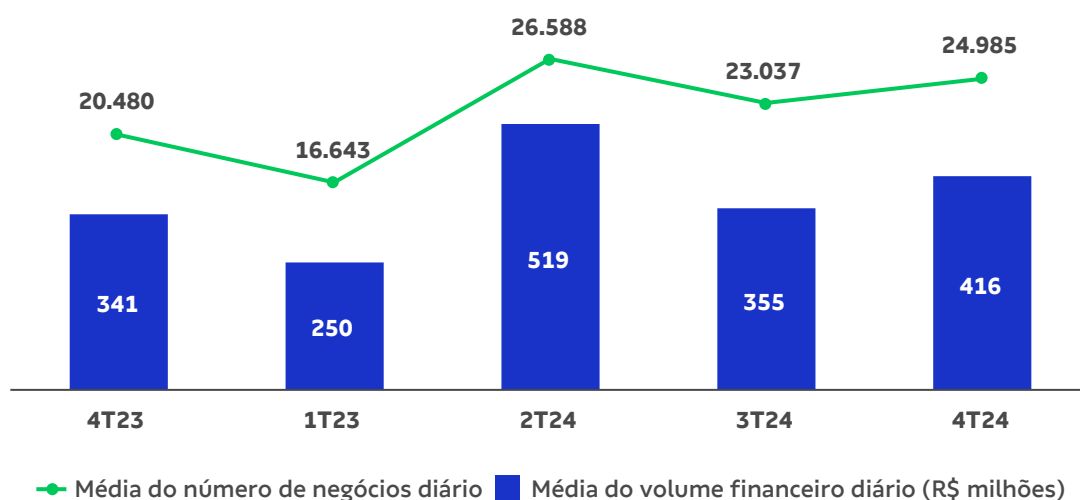
Em 31 de dezembro de 2024, as ações da Suzano estavam cotadas em R\$ 61,78/ação (SUZB3) e US\$ 10,12/ação (SUZ). Os papéis da Companhia integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e são negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – Nível II. O desempenho da ação considera o ajuste por pagamento de proventos a partir do dia 17 de dezembro de 2024 (data “ex” para os proventos pagos em 10 de janeiro de 2025).

Desempenho da Ação



Fonte: Bloomberg.

Evolução da Liquidez - SUZB3

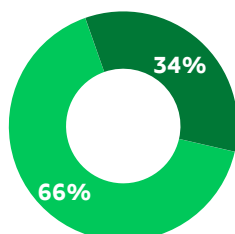


Fonte: Bloomberg.

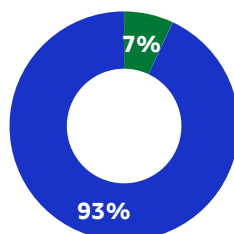
No âmbito do 5º programa de recompra de ações anunciado e atualmente em aberto, o "Programa Agosto/2024", até o final de dezembro de 2024 a Companhia havia negociado 11.115.300 ações, ao custo médio de aquisição de R\$ 55,18, representando R\$ 613 milhões em valor de mercado, de acordo com os relatórios mensais divulgados pela Companhia no âmbito da Intr. CVM nº 44.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era representado por 1.264.117.615 ações ordinárias, sendo 24.875.787 ações ordinárias mantidas em Tesouraria. O valor de mercado da Suzano (ex-ações em tesouraria), na mesma data, era de R\$ 76,6 bilhões. O *free float* no 4T24 ficou em 49% do total das ações.

Distribuição do Free Float em 31/12/2024
(B3 + NYSE)

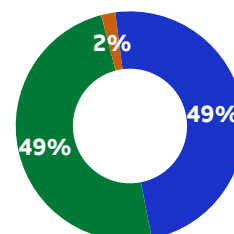


■ Estrangeiros
■ Nacionais



■ Pessoa Física
■ Pessoa Jurídica

Composição Acionária em
31/12/2024



■ Outros Acionistas
■ Tesouraria
■ Controladores

RENTA FIXA

	Unidade	Dez/24	Set/24	Dez/23	Δ Q-o-Q	Δ Y-o-Y
Suzano 2026 - Preço	USD/k	100,56	101,68	101,30	-1%	-1%
Suzano 2026 - Yield	%	5,36	4,76	5,20	13%	3%
Fibria 2027 - Preço	USD/k	100,20	101,84	101,20	-2%	-1%
Fibria 2027 - Yield	%	5,40	4,64	5,07	16%	6%
Suzano 2028 - Preço	USD/k	89,49	91,34	87,93	-2%	2%
Suzano 2028 - Yield	%	5,69	4,94	5,44	15%	5%
Suzano 2029 - Preço	USD/k	100,20	103,31	102,25	-3%	-2%
Suzano 2029 - Yield	%	5,94	5,13	5,48	16%	8%
Suzano 2030 - Preço	USD/k	96,08	99,69	96,81	-4%	-1%
Suzano 2030 - Yield	%	5,91	5,07	5,63	17%	5%
Suzano 2031 - Preço	USD/k	88,43	92,15	88,30	-4%	0%
Suzano 2031 - Yield	%	6,07	5,23	5,80	16%	5%
Suzano 2032 - Preço	USD/k	83,01	87,03	83,16	-5%	0%
Suzano 2032 - Yield	%	6,14	5,29	5,77	16%	6%
Suzano 2047 - Preço	USD/k	104,72	110,25	105,31	-5%	-1%
Suzano 2047 - Yield	%	6,59	6,15	6,55	7%	1%
Treasury 10 anos	%	4,57	3,79	3,88	21%	18%

Nota: Senior Notes emitidos com valor de face de 100 USD/k.

RATING

Agência	Escala Local	Escala Global	Perspectiva
Fitch Ratings	AAA	BBB-	Estável
Standard & Poor's	br.AAA	BBB-	Estável
Moody's	Aaa.br	Baa3	Positiva

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência de Resultados (4T24)

Data: 13 de fevereiro de 2025 (quinta-feira)

Português (tradução simultânea)

10h00 (horário de Brasília)

08h00 (horário de Nova York)

13h00 (horário de Londres)

Inglês

10:00 a.m. (horário de Brasília)

08:00 a.m. (horário de Nova York)

01:00 p.m. (horário de Londres)

A teleconferência será realizada em inglês e acompanhada por uma apresentação de slides e transmitida simultaneamente via webcast. Os links de acesso estarão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (www.suzano.com.br/ri).

Se não for possível a sua participação, o conteúdo do evento estará disponível para futura consulta no website de Relações com Investidores da Suzano.

CONTATO DE RI

Marcos Assumpção

Camila Nogueira

Roberto Costa

Mariana Spinola

André Azambuja

Luísa Puccini

Arthur Trovo

Tel.: +55 (11) 3503-9330

ri@suzano.com.br

www.suzano.com.br/ri

ANEXOS

ANEXO 1 – Dados Operacionais

Abertura da Receita (R\$ mil)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	11.522.651	9.715.968	19%	7.946.224	45%	37.829.439	30.892.283	22%
Celulose	10.610.274	9.143.023	16%	7.316.042	45%	35.298.204	28.533.066	24%
Papel	912.377	572.945	59%	630.182	45%	2.531.235	2.359.217	7%
Mercado Interno	2.654.347	2.557.578	4%	2.425.321	9%	9.573.843	8.863.292	8%
Celulose	585.349	659.962	-11%	453.846	29%	2.295.259	2.144.199	7%
Papel	2.068.998	1.897.616	9%	1.971.475	5%	7.278.584	6.719.093	8%
Receita Líquida Total	14.176.998	12.273.546	16%	10.371.545	37%	47.403.282	39.755.575	19%
Celulose	11.195.623	9.802.985	14%	7.769.888	44%	37.593.462	30.677.265	23%
Papel	2.981.375	2.470.561	21%	2.601.657	15%	9.809.820	9.078.310	8%

Volume de Vendas (em t)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	3.251.298	2.556.854	27%	2.698.453	20%	10.600.114	9.882.402	7%
Celulose	3.113.900	2.459.208	27%	2.580.950	21%	10.167.658	9.514.618	7%
Papel	137.398	97.646	41%	117.503	17%	432.456	367.784	18%
Papelcartão	60.920	9.120	—	5.468	—	87.218	21.427	—
Imprimir e Escrever	75.627	86.053	-12%	111.994	-32%	340.318	346.194	-2%
Outros papéis ¹	851	2.473	—	41	—	4.920	163	—
Mercado Interno	463.036	438.268	6%	449.089	3%	1.700.318	1.624.336	5%
Celulose	169.992	176.069	-3%	180.111	-6%	696.972	700.823	-1%
Papel	293.044	262.199	12%	268.978	9%	1.003.346	923.513	9%
Papelcartão	42.524	42.579	—	37.343	14%	153.412	145.047	6%
Imprimir e Escrever	186.763	155.896	20%	161.449	16%	600.807	580.196	4%
Outros papéis ¹	63.757	63.724	—	70.186	-9%	249.127	198.270	26%
Volume Total	3.714.334	2.995.122	24%	3.147.542	18%	12.300.432	11.506.738	7%
Celulose	3.283.892	2.635.277	25%	2.761.061	19%	10.864.630	10.215.441	6%
Papel	430.442	359.845	20%	386.481	11%	1.435.802	1.291.297	11%
Papelcartão	103.444	51.699	100%	42.811	142%	240.630	166.474	45%
Imprimir e Escrever	262.390	241.949	8%	273.443	-4%	941.125	926.390	2%
Outros papéis ¹	64.608	66.197	-2%	70.227	-8%	254.047	198.433	28%

¹Papéis de outros fabricantes comercializados pela Suzano e papel tissue.

Preço líquido médio (R\$/t)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	3.544	3.800	-7%	2.945	20%	3.569	3.126	14%
Celulose	3.407	3.718	-8%	2.835	20%	3.472	2.999	16%
Papel	6.640	5.868	13%	5.363	24%	5.853	6.415	-9%
Mercado Interno	5.732	5.836	-2%	5.401	6%	5.631	5.457	3%
Celulose	3.443	3.748	-8%	2.520	37%	3.293	3.060	8%
Papel	7.060	7.237	-2%	7.330	-4%	7.254	7.276	—
Total	3.817	4.098	-7%	3.295	16%	3.854	3.455	12%
Celulose	3.409	3.720	-8%	2.814	21%	3.460	3.003	15%
Papel	6.926	6.866	1%	6.732	3%	6.832	7.030	-3%

RELEASE DE RESULTADOS 4T24



Preço líquido médio (US\$/t)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	607	685	-11%	594	2%	662	626	6%
Celulose	583	670	-13%	572	2%	644	600	7%
Papel	1.137	1.058	7%	1.082	5%	1.086	1.284	-15%
Mercado Interno	982	1.052	-7%	1.090	-10%	1.045	1.092	-4%
Celulose	590	676	-13%	509	16%	611	613	—
Papel	1.209	1.305	-7%	1.479	-18%	1.346	1.457	-8%
Total	654	739	-12%	665	-2%	715	692	3%
Celulose	584	671	-13%	568	3%	642	601	7%
Papel	1.186	1.238	-4%	1.359	-13%	1.268	1.407	-10%

Taxa R\$/US\$	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Fechamento	6,19	5,45	14%	4,84	28%	6,19	4,84	28%
Média	5,84	5,55	5%	4,96	18%	5,39	5,00	8%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultado Consolidado e Amortização da Mais Valia

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y	2024	2023	Δ Y-o-Y
Receita Líquida de Vendas	14.176.998	12.273.546	16%	10.371.545	37%	47.403.282	39.755.575	19%
Custo dos Produtos Vendidos	(8.760.717)	(6.847.701)	28%	(6.775.564)	29%	(27.401.527)	(25.076.675)	9%
Lucro Bruto	5.416.281	5.425.845	—	3.595.981	51%	20.001.755	14.678.900	36%
Margem Bruta	38%	44%	-6 p.p.	35%	4 p.p.	42%	37%	5 p.p.
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.000.460)	(1.316.446)	—	(438.153)	128%	(4.310.663)	(2.462.612)	75%
Despesas com vendas	(856.759)	(728.319)	18%	(711.641)	20%	(2.938.547)	(2.596.377)	13%
Despesas gerais e administrativas	(990.245)	(568.854)	74%	(614.892)	61%	(2.619.844)	(1.923.228)	36%
Outras receitas operacionais, líquidas	845.547	(7.945)	—	901.929	-6%	1.261.573	2.076.372	-39%
Equivalência Patrimonial	997	(11.328)	—	(13.549)	—	(13.845)	(19.379)	—
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	4.415.821	4.109.399	7%	3.157.828	40%	15.691.092	12.216.288	28%
Depreciação, Exaustão e Amortização	2.809.949	2.303.266	22%	1.787.944	57%	9.223.995	7.321.110	26%
EBITDA	7.225.770	6.412.665	13%	4.945.772	46%	24.915.087	19.537.398	28%
Margem EBITDA	51%	52%	-1 p.p.	48%	3 p.p.	53%	49%	3 p.p.
EBITDA Ajustado¹	6.480.919	6.522.508	-1%	4.504.505	44%	23.849.200	18.272.970	31%
Margem EBITDA Ajustada ¹	46%	53%	-7 p.p.	43%	2 p.p.	50%	46%	4 p.p.
Resultado Financeiro	(15.556.184)	867.762	—	2.269.458	—	(28.802.145)	5.780.928	—
Receitas financeiras	435.391	420.938	3%	610.005	-29%	1.737.434	1.825.649	-5%
Despesas financeiras	(1.691.603)	(1.567.007)	8%	(1.175.488)	44%	(5.541.903)	(4.659.162)	19%
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	(5.370.257)	782.452	—	1.492.094	—	(9.112.683)	5.526.714	—
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(8.929.715)	1.231.379	—	1.342.847	—	(15.884.993)	3.087.727	—
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(11.140.363)	4.977.161	—	5.427.286	—	(13.111.053)	17.997.216	—
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.403.791	(1.739.810)	—	(912.564)	—	6.066.347	(3.890.835)	—
Resultado Líquido do Exercício	(6.736.572)	3.237.351	—	4.514.722	—	(7.044.706)	14.106.381	-150%
Margem Líquida	-48%	26%	-74 p.p.	44%	-91 p.p.	-15%	35%	-50 p.p.

¹Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

Amortização de mais valia – PPA (R\$ mil)	4T24	3T24	Δ Q-o-Q	4T23	Δ Y-o-Y
CPV	(114.953)	(115.596)	-1%	(145.285)	-21%
Despesas com Vendas	(206.637)	(207.374)	—	(207.467)	—
Despesas gerais e administrativas	(7.978)	(7.974)	—	(2.377)	236%
Outras receitas (despesas) operacionais	12.365	11.044	12%	20.782	-41%

ANEXO 3 – Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo (R\$ mil)	31/12/2024	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9.018.818	5.818.031	8.345.871
Aplicações financeiras	12.971.547	11.311.861	12.823.886
Contas a receber de clientes	9.132.860	7.268.889	6.848.454
Estoques	7.962.324	7.729.122	5.946.948
Tributos a recuperar	1.109.619	1.303.399	888.539
Instrumentos financeiros derivativos	1.006.427	1.232.059	2.676.526
Adiantamentos a fornecedores	92.133	118.167	113.743
Outros ativos	889.232	996.174	925.105
Total do Ativo Circulante	42.182.960	35.777.702	38.569.072
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	391.964	465.639	443.400
Tributos a recuperar	1.179.125	1.220.442	1.373.647
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.984.015	3.316.202	545.213
Instrumentos financeiros derivativos	2.880.673	2.791.429	1.753.928
Adiantamentos a fornecedores	2.503.537	2.502.248	2.242.229
Depósitos judiciais	487.993	485.353	361.693
Outros ativos	156.880	139.656	182.463
Ativos biológicos	22.283.001	20.832.432	18.278.582
Investimentos	1.816.923	1.917.844	608.013
Imobilizado	64.986.040	64.474.165	59.289.069
Direito de uso	5.180.691	5.150.077	5.196.631
Intangível	13.902.303	14.138.800	14.749.085
Total do Ativo Não Circulante	123.753.145	117.434.287	105.023.953
Total do Ativo	165.936.105	153.211.989	143.593.025
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)			
CIRCULANTE			
Fornecedores	6.033.285	5.341.937	5.572.219
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.501.387	7.721.426	4.758.247
Contas a pagar de arrendamentos	872.228	794.647	753.399
Instrumentos financeiros derivativos	2.760.273	565.392	578.763
Tributos a recolher	363.715	612.585	443.454
Salários e encargos sociais	1.232.971	889.889	766.905
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	21.166	17.596	93.405
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.200.917	3.106	1.316.528
Adiantamentos de clientes	145.200	170.124	172.437
Outros passivos	346.796	374.219	339.683
Total do Passivo Circulante	24.477.938	16.490.921	14.795.040
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	90.934.144	80.049.026	72.414.445
Contas a pagar de arrendamento	6.100.687	5.814.627	5.490.383
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.694.547	4.853.868	1.857.309
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	99.324	90.152	93.782
Provisão para passivos judiciais	2.926.750	2.961.539	2.860.409
Passivos atuariais	721.560	850.987	833.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.596	12.596	11.377
Pagamento baseado em ações	361.974	307.798	268.489
Adiantamentos de clientes	74.715	74.715	74.715
Outros passivos	116.295	104.002	83.093
Total do Passivo Não Circulante	109.042.592	95.119.310	83.987.685
Total do Passivo	133.520.530	111.610.231	98.782.725
Patrimônio Líquido			
Capital Social	19.235.546	19.235.546	9.235.546
Reservas de Capital	60.226	48.162	26.744
Ações em tesouraria	(1.339.197)	(1.339.197)	(1.484.014)
Reservas de Lucros	12.978.898	22.472.411	35.376.198
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.348.796	1.322.487	1.538.296
Resultados acumulados	—	(268.657)	—
Patrimônio Líquido de Acionistas Controladores	32.284.269	41.470.752	44.692.770
Patrimônio Líquido de Acionistas Não Controladores	131.306	131.006	117.530
Patrimônio Líquido	32.415.575	41.601.758	44.810.300
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	165.936.105	153.211.989	143.593.025

ANEXO 4 – Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	4T24	4T23	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do período	(6.736.572)	4.514.723	(7.044.706)	14.106.381
Depreciação, exaustão e amortização	2.715.071	1.705.090	8.874.931	6.999.839
Depreciação do direito de uso	94.878	82.855	349.064	321.271
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	115.925	107.797	451.148	441.596
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado e biológico, líquido	30.340	157.277	163.033	331.285
Resultado de equivalência patrimonial	(997)	13.549	13.845	19.379
Variações cambiais e monetárias, líquidas	8.929.715	(1.342.847)	15.884.993	(3.087.727)
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.470.404	1.259.595	5.413.707	4.797.094
Custos de empréstimos capitalizados	(76.567)	(343.601)	(959.968)	(1.160.364)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(295.228)	(510.591)	(1.254.424)	(1.352.522)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio	22.383	17.358	80.099	67.353
Ganhos com derivativos, líquidos	5.370.257	(1.492.094)	9.112.683	(5.526.714)
Atualização do valor justo dos ativos biológicos	(892.527)	(733.516)	(1.431.530)	(1.989.831)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.728.751)	779.975	(7.431.946)	3.495.443
Juros sobre passivo atuarial	18.962	17.242	75.850	69.231
Provisão de passivos judiciais, líquido	44.166	58.923	138.318	139.934
Constituição parcelamento do programa de redução de litigiosidade fiscal	—	(14.031)	—	—
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	3.460	12.088	2.585	35.202
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida	57.557	17.115	77.353	31.419
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida	82.918	86.450	130.727	348.628
Outras	52.275	37.610	69.535	66.938
Decréscimo (acréscimo) em ativos	(679.788)	(59.197)	(1.761.659)	1.768.894
Contas a receber de clientes	(1.041.445)	(431.979)	(808.785)	2.155.448
Estoques	173.477	314.714	(863.648)	(48.673)
Tributos a recuperar	165.895	(47.361)	(95.411)	(666.681)
Outros ativos	22.285	105.429	6.185	328.800
Acréscimo (decréscimo) em passivos	1.242.425	525.688	2.798.112	588.117
Fornecedores	1.081.803	398.533	2.164.832	463.003
Tributos a recolher	(132.453)	103.405	296.169	329.556
Salários e encargos sociais	238.378	(529)	364.817	73.096
Outros passivos	54.697	24.279	(27.706)	(277.538)
Caixa gerado das operações	6.840.306	4.897.458	23.751.750	20.510.846
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(844.088)	(792.060)	(5.241.389)	(4.728.998)
Custos de empréstimos capitalizados pagos	76.567	343.601	959.968	1.160.364
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	232.446	165.267	1.500.437	681.268
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(102.357)	(52.559)	(366.339)	(308.002)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.202.874	4.561.707	20.604.427	17.315.478
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado	(2.014.333)	(2.849.649)	(9.190.589)	(11.674.183)
Adições de intangível	(19.277)	(99.205)	(162.042)	(104.931)
Adições de ativos biológicos	(1.822.887)	(1.445.859)	(7.180.450)	(5.777.952)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado e biológico	55.055	38.360	167.983	183.576
Aumento de capital em controladas e coligadas	(4.017)	(13.387)	(41.281)	(48.462)
Aplicações financeiras, líquidas	(1.514.192)	1.995.227	205.954	(5.296.370)
Adiantamentos para aquisição (recebimento) de madeira de operações com fomento e parcerias	(13.511)	(137.050)	(294.952)	(690.908)
Dividendos recebidos	—	39.920	—	44.789
Aquisição de ativos	(452.153)	—	(2.595.974)	(1.615.140)
Aquisição de controladas	—	—	—	(1.060.718)
Aquisição de outros investimentos	—	—	(1.440.503)	—
Caixa líquido de aquisição de controladas	—	—	19.113	5.002
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.785.315)	(2.471.643)	(20.512.741)	(26.035.297)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	3.579.754	973.054	15.692.905	10.944.794
Recebimento de operações com derivativos	(198.308)	1.174.172	(550.581)	3.559.286
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(279.463)	(812.456)	(9.410.807)	(4.296.447)
Pagamento de contratos de arrendamentos	(379.193)	(348.426)	(1.325.398)	(1.218.399)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(306.333)	(190.120)	(1.624.653)	(192.532)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	—	—	(58.467)	(116.924)
Recompra de ações	—	—	(2.806.764)	(880.914)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	2.416.457	796.224	(83.765)	7.798.864
EFEITO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	366.771	(66.880)	665.026	(239.125)
Decréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.200.787	2.819.408	672.947	(1.160.080)
No início do período	5.818.031	5.526.463	8.345.871	9.505.951
No final do período	9.018.818	8.345.871	9.018.818	8.345.871
Decréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.200.787	2.819.408	672.947	(1.160.080)

ANEXO 5 – EBITDA

(R\$ mil, exceto quando indicado)	4T24	4T23	2024	2023
Resultado Líquido do período	(6.736.572)	4.514.722	(7.044.706)	14.106.381
Resultado financeiro, líquido	15.556.184	(2.269.458)	28.802.145	(5.780.928)
Imposto de renda e contribuição social	(4.403.791)	912.564	(6.066.347)	3.890.835
EBIT	4.415.821	3.157.828	15.691.092	12.216.288
Depreciação, amortização e exaustão	2.809.949	1.787.944	9.223.995	7.321.110
EBITDA¹	7.225.770	4.945.772	24.915.087	19.537.398
<i>Margem EBITDA</i>	<i>51%</i>	<i>48%</i>	<i>53%</i>	<i>49%</i>
Atualização Valor Justo - Ativo Biológico	(892.529)	(733.516)	(1.431.532)	(1.989.831)
Baixa de inventário de madeira	11.930	22.998	11.930	22.998
Créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	—	15.108	(265)	15.108
Doações para catástrofes e pandemias	141	—	416	—
Equivalência Patrimonial	(997)	13.549	13.845	19.379
Extinção linha de negócio de embalagens na subsidiária	(15)	8.974	1.205	8.974
Multas e distratos de contratos	—	—	—	49.737
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios	11.993	829	34.069	25.171
Perda efetiva do Programa de adiantamento de contrato de fomento	4.435	52	4.435	3.265
Reversão (Provisão) - Perda de crédito ICMS	82.919	86.451	130.726	348.628
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico	37.272	144.288	169.284	232.143
EBITDA Ajustado	6.480.919	4.504.505	23.849.200	18.272.970
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>46%</i>	<i>43%</i>	<i>50%</i>	<i>46%</i>

¹EBITDA da Companhia calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

ANEXO 6 – Demonstração de Resultado Segmentado

Demonstração de Resultado Segmentada (R\$ mil)	4T24				4T23			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	11.195.623	2.981.375	–	14.176.998	7.769.888	2.601.657	–	10.371.545
Custo dos Produtos Vendidos	(6.836.873)	(1.923.844)	–	(8.760.717)	(5.155.822)	(1.619.742)	–	(6.775.564)
Lucro Bruto	4.358.750	1.057.531	–	5.416.281	2.614.066	981.915	–	3.595.981
Margem Bruta	39%	35%	–	38%	34%	38%	–	35%
Receitas (Despesas) Operacionais	(509.026)	(491.434)	–	(1.000.460)	(128.762)	(309.391)	–	(438.153)
Despesas com vendas	(554.266)	(302.493)	–	(856.759)	(453.103)	(258.538)	–	(711.641)
Despesas gerais e administrativas	(678.631)	(311.614)	–	(990.245)	(426.723)	(188.169)	–	(614.892)
Outras receitas (despesas) operacionais	732.168	113.379	–	845.547	764.588	137.341	–	901.929
Equivalência Patrimonial	(8.297)	9.294	–	997	(13.524)	(25)	–	(13.549)
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	3.849.724	566.097	–	4.415.821	2.485.304	672.524	–	3.157.828
Depreciação, Exaustão e Amortização	2.497.196	312.753	–	2.809.949	1.570.420	217.524	–	1.787.944
EBITDA	6.346.920	878.850	–	7.225.770	4.055.724	890.048	–	4.945.772
Margem EBITDA	57%	29%	–	51%	52%	34%	–	48%
EBITDA Ajustado¹	5.729.507	751.412	–	6.480.919	3.756.297	748.208	–	4.504.505
Margem EBITDA Ajustada ¹	51%	25%	–	46%	48%	29%	–	43%
Resultado Financeiro, líquido	–	–	(15.556.184)	(15.556.184)	–	–	2.269.458	2.269.458
Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.849.724	566.097	(15.556.184)	(11.140.363)	2.485.304	672.524	2.269.458	5.427.286
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–	4.403.791	4.403.791	–	–	(912.564)	(912.564)
Resultado do Exercício	3.849.724	566.097	(11.152.393)	(6.736.572)	2.485.304	672.524	1.356.894	4.514.722
Margem Líquida	34%	19%	–	-48%	32%	26%	–	44%

¹Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

Demonstração de Resultado Segmentada (R\$ mil)	2024				2023			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	37.593.462	9.809.820	—	47.403.282	30.677.265	9.078.310	—	39.755.575
Custo dos Produtos Vendidos	(21.261.705)	(6.139.822)	—	(27.401.527)	(19.694.674)	(5.382.000)	—	(25.076.675)
Lucro Bruto	16.331.757	3.669.998	—	20.001.755	10.982.591	3.696.309	—	14.678.900
Margem Bruta	43%	37%	—	42%	36%	41%	—	37%
Receitas (Despesas) Operacionais	(2.815.877)	(1.494.786)	—	(4.310.663)	(1.537.433)	(925.179)	—	(2.462.612)
Despesas com vendas	(1.946.573)	(991.974)	—	(2.938.547)	(1.842.818)	(753.559)	—	(2.596.377)
Despesas gerais e administrativas	(1.861.148)	(758.696)	—	(2.619.844)	(1.338.831)	(584.397)	—	(1.923.228)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.042.887	218.686	—	1.261.573	1.678.929	397.443	—	2.076.372
Equivalência Patrimonial	(51.043)	37.198	—	(13.845)	(34.713)	15.334	—	(19.379)
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	13.515.880	2.175.212	—	15.691.092	9.445.158	2.771.130	—	12.216.288
Depreciação, Exaustão e Amortização	8.137.857	1.086.138	—	9.223.995	6.606.870	714.240	—	7.321.110
EBITDA	21.653.735	3.261.352	—	24.915.087	16.052.028	3.485.370	—	19.537.398
Margem EBITDA	58%	33%	—	53%	52%	38%	—	49%
EBITDA Ajustado¹	20.866.160	2.983.040	—	23.849.200	15.194.660	3.078.310	—	18.272.970
Margem EBITDA Ajustada ¹	56%	30%	—	50%	50%	34%	—	46%
Resultado Financeiro, líquido	—	—	(28.802.145)	(28.802.145)	—	—	5.780.928	5.780.928
Resultado antes do IRPJ e CSLL	13.515.880	2.175.212	(28.802.145)	(13.111.053)	9.445.158	2.771.130	5.780.928	17.997.216
Imposto de Renda e Contribuição Social	—	—	6.066.347	6.066.347	—	—	(3.890.835)	(3.890.835)
Resultado do Exercício	13.515.880	2.175.212	(22.735.798)	(7.044.706)	9.445.158	2.771.130	1.890.093	14.106.381
Margem Líquida	36%	22%	—	-15%	31%	31%	—	35%

Afirmações sobre Expectativas Futuras

Algumas afirmações contidas neste documento podem ser projeções ou afirmações sobre expectativas futuras. Tais afirmações estão sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Estes riscos incluem entre outros, modificações na demanda futura pelos produtos da Companhia, modificações nos fatores que afetam os preços domésticos e internacionais dos produtos, mudanças na estrutura de custos, modificações na sazonalidade dos mercados, mudanças nos preços praticados pelos concorrentes, variações cambiais, mudanças no cenário político-econômico brasileiro, nos mercados emergentes e internacional. As afirmações sobre expectativas futuras não foram revisadas pelos auditores independentes.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4436A0C7-61BF-4D55-95ED-7ABB9D46A5CE	Status: Concluído
Assunto: Complete com o Docusign: 2024-12-DFP Suzano PT.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Envelope fonte:	
Documentar páginas: 178	Assinaturas: 1
Certificar páginas: 6	Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado	Remetente do envelope:
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado	Alessandra Arakaki
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	alessandra.arakaki@pwc.com
	Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Alessandra Arakaki	Local: DocuSign
12 de fevereiro de 2025 17:41	alessandra.arakaki@pwc.com	
Status: Original	Portador: CEDOC Brasil	Local: DocuSign
12 de fevereiro de 2025 17:45	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Daniel Vinicius Fumo daniel.fumo@pwc.com Partner PricewaterhouseCoopers Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital	DocuSigned by: 530CEC3095D241B... Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada Usando endereço IP: 201.56.164.188	Enviado: 12 de fevereiro de 2025 17:43 Visualizado: 12 de fevereiro de 2025 17:43 Assinado: 12 de fevereiro de 2025 17:45
Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Alessandra Arakaki alessandra.arakaki@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 12 de fevereiro de 2025 17:45 Visualizado: 12 de fevereiro de 2025 17:45 Assinado: 12 de fevereiro de 2025 17:45
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Felipe Bonfim felipe.bonfim@pwc.com Gerente PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 12 de fevereiro de 2025 17:43
Gabriela Callejon gabriela.callejon@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 05 de setembro de 2023 02:30 ID: 13d8e658-a9be-41b4-b76d-b7b702fbc0ba Nome da empresa: PwC	Copiado	Enviado: 12 de fevereiro de 2025 17:43
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de fevereiro de 2025 17:43
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2025 17:43
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2025 17:45
Concluído	Segurança verificada	12 de fevereiro de 2025 17:45
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.